

Defesa Nacional

3390



DE ABRIL
9 4 2

NÚMERO
3 3 5

Diretores responsáveis

Gen. Heitor A. Borges

Cel. Orozimbo M. Pereira

Ten. Cel. Lima Figueirêdo

Ten. Cel. Djalma Dias Ribeiro

Maj. Batista Gonçalves

A DEFESA NACIONAL

Fundada em 10 de Outubro de 1913

Ano XXIX

Brasil — Rio de Janeiro, 10 de Abril de 1942

N.º 335

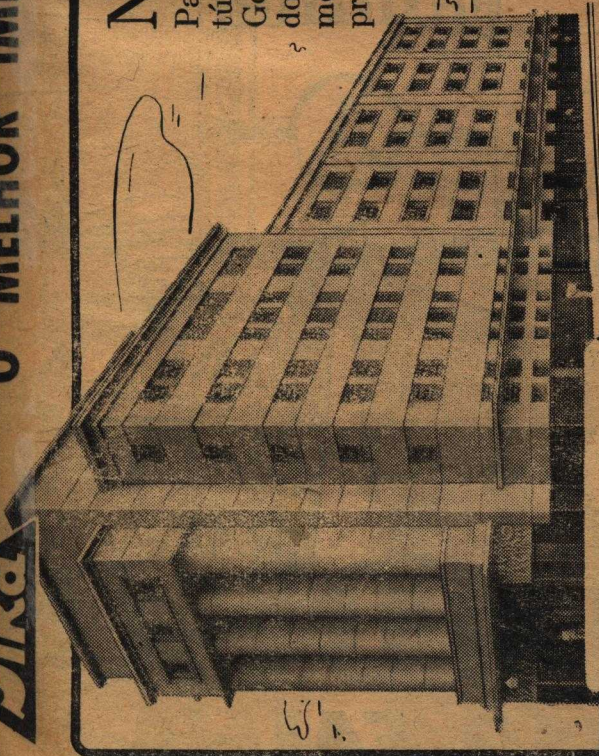
SUMÁRIO

Pags

Editorial	51
O Centenário do Marechal Conde d'Eu — Ten. Dr. Guilherme Auler	51
Getúlio Vargas e a conquista do sertão — Ten.-Cel. Lima Figueirêdo	52
A defesa de Château-Thierry — Trad. do Cel. Renato Batista Nunes	54
Escola de Sargentos — Cel. T. A. Araripe	54
Estudo sobre a Bussola Bézard — Maj. Eduardo Peres Capelo	55
Engenheiros na batalha — Trad. do Cap. A. Andrade Araujo	57
Introdução às aulas de Administração Militar — Cap. I. E. J. Salles	57
Instruções provisórias para o emprego do aparelho para exercício em sala, do tiro e observação da Artilharia — Cap. P. Pinto Leite	58
Fotografias aéreas — Cap. Lindolpho Ferraz Filho ..	60
Combate em localidades — Maj. Augusto Maggesi ..	62
Tática de Cavalaria — 3.ª Série — Maj. Heitor Paiva ..	64
Livros do Exército — 1.º Ten. Umberto Peregrino ..	64
Noticiário e Legislação	65



O MELHOR IMPERMEABILIZANTE



NA impermeabilização de grandes edifícios do Rio e São Paulo, de numerosas piscinas e túneis, de obras sanitárias do Governo e reservatórios de água do Nordeste, os produtos impermeabilizantes Sika gozam sempre de preferência.

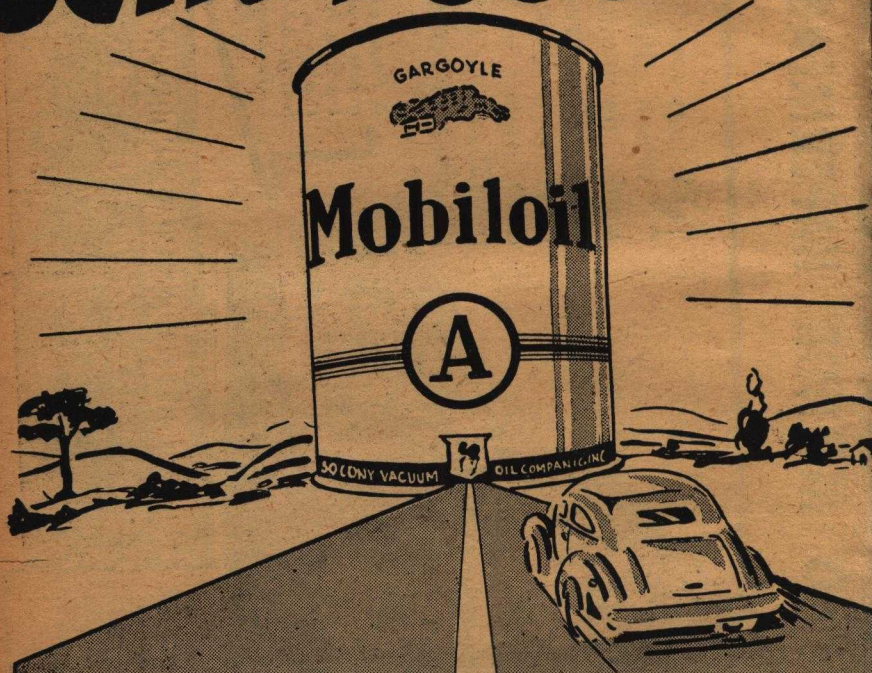
● Peça informações sobre os impermeabilizantes Sika de péga normal, rápida e ultra-rápida, imunizadores de pisos, fachadas e superfícies á

● Entrepoto Federal de Caça e Pesca, no Rio de Janeiro. Tôda a impermeabilização desta importante obra foi realizada com o nosso produto SIKAL-1.

SOCIEDADE COMISSÁRIA E INDUSTRIAL MONTANA LTDA.
DISTRIBUIDORA DOS PRODUTOS "SIKA"

NO RIO DE JANEIRO: R. Visc. de Inhaúma, 64-4.º and.
EM SÃO PAULO: R. Xavier de Toledo, 70-9.º and.

Siga sem receio!



Mobiloil

NÃO FALHA!

VIA INDUSTRIAS REUNIDAS F. MATARAZZO

FUNDADA EM 1881

A MAIOR ORGANIZAÇÃO INDUSTRIAL DA AMERICA LATINA

SOCIEDADES SUBSIDIÁRIAS

• Industrias Matarazzo do Paraná Soc.
Paulista de Navegação Matarazzo Ltda. •
Fazenda Amalia-Conde Francisco Matarazzo
Junior • Armazens Geraes Matarazzo •
S/A Les Parfums de Chimène • S/A Indus-
trias de Seda Nacional • S/A Tecelagem de
Seda Italo-Brasileira •

Moinhos de trigo, frigoríficos, fabricas
de oleos: de caroço de algodão,
gergelim, coco, linhaça, ricino; refi-
narias de sal, banhas, açúcar, com-
posto Paulista; fabricas de velas,
sabões, sabonetes, perfumes e cos-
meticos; giz, pregos, produtos quimi-
cos, gasolina, kerozene e oleo cru,
louça e azulejos, amido e dextrina
de mandioca; conservas citricas;
papel, papelão; fiação, tecelagem,
tinturaria e estamparia de seda,
raion e algodão; oficina mecanica
e fundição.

POTENCIALIDADE

Area ocupada pelas fabricas 1 milhão de m²
Operarios 20.000
Funcionarios 1.200
Técnicos 600
Força matriz 30.000 H. P.
Consumo mensal de energia
de 8 a 10 000.000 Kw. H.
Superficie caldeiras instaladas 12.000 m²

Material Ferroviario

10 locomotivas e 146 vagões

Teares 5.000

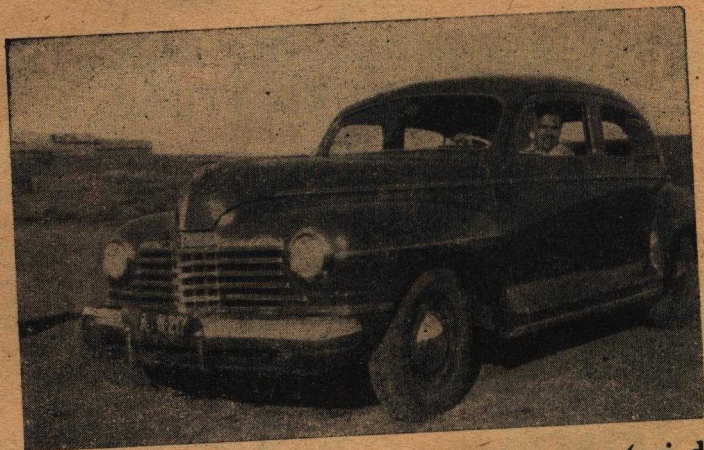
Fusos 150.000

Produção de tecidos de seda, raion e algodão
50.000.000 de metros por ano

Mercadorias transportadas em caminhões
próprios 300.000.000 de Kgs. por ano

Predio Conde Matarazzo: Praça do Patriarcha - Fone, 3-5151 — S. PAULO

**Viaje confortavel e modernamente sob a bandeira da
S. A. N. T. A. !**



Uma das limousines ultra modernas, Kingsway (rei da estrada) que os americanos chamam de cavalo de ferro, Dodge, 1942, da esquadilha da S. A. N. T. A. !

...e uma limousine de luxo irá buscar V. S., á sua porta

CONFORTO. SEGURANÇA, DISTINÇÃO
S. A. N. T. A. — uma grande companhia organizada para um
serviço de “detalhe”.

RIO-S.LOURENÇO EM 6 HORAS, SOMENTE

Serviço especial de porta a porta. — Transporte de bagagem a cargo da Companhia.

Venda de passagens:

RIO — Visconde de Inhaúma, 65 - Tel.: 43-8770/9, ramal
S. LOURENÇO — Av. Pedro II, 587 - Tel.: 210.

EDITORIAL

Andaram muito acertadamente as autoridades militares, determinando que, a 28 de abril próximo, fosse festivamente comemorado a passagem do centenário de nascimento do marechal Gastão de Orléans, último Conde d'Eu.

Jamais deve o Exército esquecer-se daqueles que, brasileiros ou não, contribuíram para exornar de louros as suas armas, oferecendo a inteligência, o labor e até a vida, para melhorar seu valor técnico e vencer o inimigo no campo da luta.

O Conde d'Eu foi um desses, especializado em artilharia empregou-se com denodo em dotar, eficientemente, o nosso Exército desse material. E' sabido o carinho com que o Príncipe olhava a Fortaleza de S. João, e, também, são conhecidos os esforços por ele dispendidos para pôr, aqui, em prática, o que aprendera na Espanha e em Marrocos, onde se batera com grande vigor e coragem.

Todavia, entre os inestimáveis serviços por ele prestados ao Brasil, destaca-se o comando geral das forças que operaram no Paraguai, após a queda de Assunção.

Ao ser nomeado para aquele cargo, devotou-se a fundo e energicamente, conseguindo, com relativa pressa pôr fim a luta cruenta que tantas vidas preciosas havia roubado.

Saiu-se galhardamente no desempenho da intrincada missão, graças à habilidade com que se conduziu desde o início da mesma, conseguindo não ferir suscetibilidades por parte dos chefes e oficiais patrícios. Começou chamando o general Osório que, ferido no queixo em Avaí, estava retirado do campo de batalha; e levando consigo o Visconde de Taunay, o primoroso escritor de "Retirada da Laguna".

O nome de Osório era sinônimo de Deus para a nossa soldadesca e a sua volta ao convívio dos antigos com-

panheiros de armas foi uma apoteose indescritivel. Todos queriam vê-lo, ouvi-lo e, se possível, abraçá-lo.

Estava a primeira etapa vencida, o Príncipe se fez admirado e querido, através do grande amor e da incommensurável dedicação que o nosso soldado tinha ao Marquês de Helval.

Depois, tudo foi facil graças ao seu arrojo, intelligência e coragem — Peribebui, Campo Grande, Garaguataí, Aquidabã.

E, para que jámais fossem olvidados seus serviços, o estilista de "Inocência" escreveu a "Campanha das Cordilheiras" que reflete o valor e a energia dos bravos que, na derradeira etapa da guerra, souberam, com a vitória final, elevar bem alto o nome do Brasil.

O Príncipe, apesar de secarrão, pouco amigo de conversas, retraído e simples, sabia querer bem aos seus amigos; e isto se pode ver na carta que escreveu a Fernando Luiz Osório por ocasião do falecimento do grande cavaleriano: "Se, porém, choro com o Brasil inteiro um dos filhos mais eminentes do país e de seus servidores mais prestimosos, tambem perdi no General Osório um amigo e companheiro de armas por muitos títulos prezado, de cuja dedicada cooperação recordava-me sempre com gratidão, lembrando-me que coberto de glórias e de ferimentos não duvidou vir prestar-me o concurso de seus conselhos e de seu braço".

Não podia ser o Príncipe mais grato e mais leal, pondo o amigo acima do seu próprio eu, como afirmando à História — tudo que fiz, devo exclusivamente a ele.

Um outro documento que integra bem o espírito de disciplina do Conde, foi o que enviou ao Ministro da Guerra a 17 de novembro de 1889.

"Illmo. e Exmo. Sr. — Rogo a V. Ex. me conceda exoneração do cargo de comandante geral de Artilharia, que exerço desde o dia 19 de novembro de 1865, e licença para retirar-me do país.

"Diz-me a consciência que sempre servi à Nação

Brasileira, na medida de minhas forças e inteligência, e procurei guardar justiça para com os meus comandados. Dela me despeço saudosamente, assim como de todos os meus camaradas do Exército Brasileiro.

“Se não fossem as circunstâncias que bem contra minha vontade me obrigam a sair do país, e que não são desconhecidas de V. Ex., ESTARIA PRONTO A CONTINUAR A SERVIR DE QUALQUER FORMA DE GOVERNO À NAÇÃO, que por tantos anos me acolheu no seu seio, cumulando-me de honras e enchendo-me de imorredouras saudades, e cuja prosperidade e glória serão sempre um dos meus mais ardentes anhelos.

“Deus Guarde a V. Ex. Illmo e Exmo. Sr. Tenente-coronel Dr. Benjamin Constant Botelho de Magalhães, ministro da guerra. — Gastão de Orleans (Conde d’Eu), marechal do Exército Brasileiro”.

No mesmo dia expediu aos brasileiros um manifesto que, entre outras cousas, dizia o seguinte:

“Não guardo rancor a ninguém e não me acusa a consciência de ter ciente a alguém feito mal.

“Sempre procurei servir lealmente o Brasil, na medida de minhas forças.

“Desculpo as acusações menos justas e juízos infundados de que por vezes fui alvo

“A todos ofereço a minha boa vontade em qualquer ponto a que o destino me leve.

“Com a mais profunda saudade e intenso pezar afasto-me deste país no qual vivi, no lar doméstico ou nos trabalhos públicos, tantos dias felizes e momentos de imorredoura lembrança.

“Nestes sentimentos acompanham-me minha muito amada esposa e nossos ternos filhinhos, que debulhados em lágrimas conosco empreendem hoje a viagem de exílio.

“Praza a Deus que, mesmo de longe, ainda me seja dado ser, em alguma cousa, útil aos Brasileiros e ao Brasil”.

Um homem que fala dessa maneira não pode estar fingindo, fala a voz do coração, do coração no qual sente um amor profundo e grandioso pela terra onde constituiu seu lar, pelo chão onde nasceram seus filhos e pela Pátria a quem ofereceu, em momento de perigo, até a própria vida.

E, mesmo de longe, o proscrito continuou com o pensamento voltado para nós, correndo para cá, assim que, por lei, foi autorizado o repatriamento dos restos de D. Teresa Cristina e daquele que expirara repousando a cabeça num travesseiro com terra do Brasil — D. Pedro II.

Após mais de três décadas de ausência, desembarca no Rio de Janeiro, em dezembro de 1920, o exilado que foi carinhosamente recebido pelos militares brasileiros, oferecendo-lhe inesquecível recepção na Vila Militar, na qual teve ele a oportunidade de falar, com frases repassadas de emoção e saudades, da sua ação no campo da honra, em franca camaradagem com oficiais e soldados do Brasil.

Em fevereiro de 1921 regressa à França, mas com o sentido de voltar pressuroso à pátria dos seus filhos. Parecia que adivinhava o fim de sua atribulada existência e desejava, ardentemente, assistir às festas comemorativas do centenário da nossa Independência.

Quando para cá viajava, a bordo do “Massília”, sentiu-se dominado por um mal súbito, a 28 de agosto de 1922. Recostou-se, calmamente, ao ombro de sua nora, D. Maria Pia e, como um passaro ferido, expirou sem dar um ai, o homem que conhecia a si mesmo, quando afirmava: “Car je sais combien je suis difficile pour les personnes que je ne connais pas intimement”.

E assim, mesmo depois de morto, esteve em plagas brasílicas o vencedor da campanha das Cordilheiras.

Sua alma, no Ceu, vela pelo Brasil.

Soldados do Brasil! Em continência ao Conde d’Eu, marechal do Exército Brasileiro !



O CENTENÁRIO DO MARECHAL CONDE D'EU

Tenente Dr. GUILHERME AULER

(Do Instituto Arqueológico e Histórico Pernambucano)

O centenário do nascimento, 28 de abril, do Príncipe Gastão de Orleans, não merece só a comemoração do Instituto Histórico Brasileiro, do qual ele era o sócio mais antigo quando faleceu. Cabe ao Exército, este mesmo Exército que esteve sob seu comando, gloriosamente, a iniciativa vibrante de solenizarmos com dignidade a sua memória, que nos recorda os louros da chamada Campanha das Cordilheiras.

O General Osório, glorioso Marquez de Herval, no banquete que lhe foi oferecido no Rio de Janeiro, a 25 de maio de 1887, deixou-nos um julgamento definitivo sobre o esposo da Princesa Isabel, a Redentora: "Brindo o Sr. Conde d'Eu, meu companheiro d'armas, que sempre prodigalizou-me as maiores provas de consideração, brindo-o pelo seu valor, pela sua coragem e pela justiça com que administrou o Exército; brindo-o por que no Paraguai deu sempre provas de amar o Brasil e dedicar-se ao seu serviço como os Brasileiros que lá serviram" (1).

Recapitulemos algumas das fases da vida do Marechal, que a 22 de março de 1869, assumiu o comando em chefe das nossas tropas, no Paraguai.

Nasceu Gastão de Orleans, a 28 de abril de 1842, no castelo Neuilly-sur-Seine, França, primogenito do Duque de Nemours, segundo filho do Rei Luiz Felipe. Aos seis anos de idade, foi exilado para a Inglaterra, devido ao movimento político que destronou o avô. O palácio de Claremont, propriedade do Rei Leopoldo da Bélgica, foi o asilo que acolheu os banidos.

(1) "Algumas cartas do Conde d'Eu", por MAX FLEIUSS, anexo ao volume 61 da Coleção Brasileira, página 238.

Cedo, escolheu a carreira das armas, que era uma tradição da sua estirpe. Na Espanha, onde seu tio o Duque de Montpensier ocupava lugar de relevo, pois era casado com uma irmã da rainha Isabel II, obteve licença para cursar uma academia militar, a de Segovia. Teve os seus estudos interrompidos pela atração que todo verdadeiro militar sente: a participação ativa em combate, no campo de batalha. A dois passos estava o misterioso Marrocos, onde seu pai e seus tios fizeram maravilhas de coragem e arrojo. Concedida licença especial, Gastão de Orleans combateu valentemente nas areias africanas, sob as ordens do General Leopoldo O'Donell, mais tarde Duque de Tetuan, em 1860. Regressou à Academia de Segovia, a fim de terminar seu curso, trazendo a medalha de São Fernando e os galões de capitão, conquistados bravamente em campo de batalha.

Em 1864, a 2 de setembro, o Conde d'Eu chegou ao Rio de Janeiro, viajando a bordo do "Paraná". E, a 15 de outubro, contraia matrimônio com a Princesa Dona Isabel, herdeira do trono do Imperador Pedro II. Logo em seguida, os recém-casados viajaram para a Europa, onde passaram a lua de mel.

Nesse mesmo ano, em dezembro, o Paraguai invadiu o Brasil, ocupando Mato Grosso e Rio Grande do Sul, isto é, parte do território dessas então províncias. O Imperador, a 10 de julho, seguiu para o teatro da guerra, animando e encorajando com sua presença as nossas tropas, numa posição de grande inferioridade.

Às pressas, regressaram da sua viagem nupcial o Conde d'Eu e Dona Isabel. Chegados ao Rio de Janeiro, tiveram notícia que havia sete dias Dom Pedro partira, fardado de "Voluntário da Pátria". Gastão de Orleans seguiu o sogro, alcançando-o finalmente a 15 de agosto, em Caçapava. As impressões dessa viagem foram escritas num valioso diário, intitulado "Diário de uma viagem ao Rio Grande do Sul", que foi publicado no tomo 25 da Revista do Instituto Histórico Brasileiro, e muito posteriormente impresso em livro (2).

(2) "Viagem militar ao Rio Grande do Sul", pelo CONDE D'EU, Comp. Editora Nacional, 1936.



MARECHAL GASTÃO DE ORLEANS
CONDE D'EU

De volta, o Príncipe Consorte insiste com Dom Pedro para que lhe permita reunir-se às tropas. Até em carta, de 11. de outubro de 1866, ele assim se manifesta: "Senhor. Acusando o recebimento da carta de V. M. datada de hoje, só me resta agradecer-lhe a prontidão com que V. M. me anuncia que submeterá meus desejos a seus conselheiros, e declarar que, no caso de achar exequível a minha aspiração, a posição que prefiro, mas não exijo, é a de comandante de artilheria do Exército em operações sob as ordens do Marquez de Caxias (ou outro general em chefe). Si eu não puder, nessas condições ou em outras, reunir-me àquele Exército, não tenciono conservar o comando geral da Arma de Artilheria, — cargo que, exercido aqui, me parece sem eficácia, enquanto durar o estado de guerra. Repito-me, com todo respeito, de V. M. filho e subdito dedicado".

A impressão, que nos deixa essa carta, é a independência de caráter cuja qualidade máxima sempre foi a sinceridade, a franquesa. Ou ele seguia para a frente de combate, como lhe competia, ou renunciaria o comando "honorario" da Artilheria. Finalmente, a 22 de março de 1869, Dom Pedro nomeou-o Comandante em chefe das tropas brasileiras. E' ainda, o Príncipe Consorte quem comenta: "Fiz todo esforço possível para conseguir do Imperador que me permitisse acompanhar o exército que ia transpor o Uruguai e invadir o território paraguaio. Foi debalde, assim como também o Governo Imperial sempre se negou a anuir aos instantes pedidos que em 1866, 1867 e 1868 sucessivamente formulei para ser autorizado a ir juntar-me ao exército que combatia no Paraguai, com qualquer posto que se me designasse. Só em fim de fevereiro de 1869, achando-me em Petropolis, fui repentinamente convidado por carta do Imperador a ir tomar o comando do exército paralizado depois das brilhantes vitórias do mês de dezembro anterior e da ocupação de Assunção" (3).

A 13 de abril, o Conde d'Eu já estava em Assunção. E, três dias após, assumia o comando em chefe. O seu primeiro cuidado foi conseguir a volta do General Osório para a frente de combate, o qual tendo recebido um ferimento no rosto ainda estava convalescente. Osorio, "o primeiro a carregar e o último

(3) Idem, idem, página 167.

a sair", com as suas feridas ainda não cicatrizadas, falando com dificuldade e o queixo preso por ataduras, recebe ao regressar à frente "uma verdadeira apoteose, uma consagração extraordinária ao insigne brasileiro" (4).

O que foi a ação do novo comandante em chefe, relata-nos o "Diário do Exército" escrito pelo então Tenente Alfredo d'Escragnotle Taunay, mais tarde Visconde de Taunay. Posteriormente, esse "Diário" foi editado em dois volumes, intitulados "A campanha da cordilheira" e "De Campo Grande a Aquidaban". Outra fonte histórica de valor é a tese do 1.º Congresso de História Nacional, intitulada "A campanha das cordilheiras" de autoria do Cel. Antônio Dias de Oliveira, publicada no quinto volume dos anais, e sobre a qual o próprio Conde d'Eu escreveu: "pareceu-me excelente esse trabalho" (5).

Há quem procure crear uma atmosfera de pouca cordialidade entre Caxias e o Príncipe Consorte, atribuindo existência de susceptibilidades, o que levara o primeiro, na sua ordem de dia n.º 272, dar a guerra como terminada. Ora, é o próprio Caxias quem desmente tudo, no seu discurso de 15 de julho de 1870: "Senhores, nunca dei a guerra por acabada. Apenas manifestei a minha opinião. Depois do que vi, depois do que se passou, eu não podia supor que Lopez pudesse ainda continuá-la do modo como a tinha sustentado até então. Qual foi o ato que pratiquei, quais as forças que mandei retirar das posições em que se achavam, dando por finda a guerra? Não há nenhuma" (6).

O exército brasileiro, sob o novo comandante, estava assim constituído: 1.º Corpo sob o comando do General Manuel Osório; 2.º Corpo sob comando do General Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão; Artilharia sob comando do General Emilio Malet; Comandantes da Infantaria: Brigadeiro Carlos Resin, José Auto da Silva Guimarães e Coronel Herculano Pedra; Comandantes da Cavalaria: Brigadeiros Mena Barreto, Correia da Camara

(4) "Osório", pelo Cap. DE PARANHOS ANTUNES, página 23.

(5) Carta ao Sr. MAX FLEIUSS, em 12 de setembro de 1917. Obra citada, página 253.

(6) Trecho do discurso do Duque de Caxias, n.º o Serado Imperial, em 15 de julho de 1870. Vide "Conde d'Eu", por LUIZ DA CAMARA CASCUDO, página 86.

(Visconde de Pelotas), Alves Pereira, Oliveira Bueno e Carlos Oliveira Neri.

Assim constituídas, as nossas tropas avançaram. Logo é a tomada de Peribebui, terceira capital de Solano Lopez. Em seguida, a esmagadora vitória de Campo Grande. Mas, não precipitemos os acontecimentos da campanha das cordilheiras. Será preferível relatá-los, usando uma espécie de "câmara-lenta". Tomemos como fonte histórica o capítulo 28 do livro "Sob o Cruzeiro do Sul", que foi escrito sob inspiração direta do Conde d'Eu, conforme ele próprio confessou em carta ao sr. Max Fleiuss (7).

Lopez, depois de ordenar um novo recrutamento geral e de criar em Caacupé um novo arsenal com capacidade de produção de 2 a 3 canhões por semana, abandonou as planícies e se entrincheirou fortemente atrás das montanhas de Ascurra, cuja única estrada comunicante era uma "verdadeira escadaria de pedra marginada de inacessíveis muros de rochedos". Seguir a estrada era impossível. Concebeu, então, o Príncipe Consorte um plano ousado: contornar pelo flanco. A manobra a executar apresentava sérios inconvenientes, devido ao serviço de intendência, bastante precário, pois tudo se precisava ir buscar em Buenos Aires, tal era o estado de esgotamento do país, que nem os gêneros de primeira necessidade podia suprir ao exército.

Enquanto se simulava um forte ataque direto contra a estrada de Ascurra, o grosso das tropas, aproveitando a escuridão da noite, em marchas forçadas, iniciava o contorno. A ousadia do plano era tamanha que nem o próprio Lopez suspeitou da sua execução. O desfiladeiro de Sapucaí foi contornado sem se disparar um tiro, e o de Valenzuela após breve escaramuça. Estava, pois, vencido o mais difícil, que era destruir as fortificações naturais.

(7) "Sob o Cruzeiro do Sul", por DOM LUIZ DE BRAGANÇA. Com referência à guerra do Paraguai há os capítulos 25, 26, 27 e 28, páginas 366 a 407. Solicitado a escrever uma tese sobre a Campanha das Cordilheiras, para o Congresso Nacional de História, realizado em 1914, o Conde d'Eu respondeu em carta ao Sr. Max Fleiuss, de 13 de julho de 1914, que "não teria podido neste curto espaço de tempo fornecer-lhe esclarecimentos mais desenvolvidos do que os que indiquei a meu filho Luiz e este enunciou na sua festejada obra "Sob o Cruzeiro do Sul".

À esquerda, o ditador paraguaio tinha fortificado a cidade de Peribebui. Logo, é assaltada pelas nossas tropas e tomada, sendo de se lamentar nessa jornada a perda do General Mena Barreto, caído no campo de honra. Mais adiante achava-se Caacupé, onde o inimigo improvisara um arsenal e se julgava que Lopez se encontrasse. Este, ao ter noticia da derrota da sua ala esquerda, abandona suas tropas ao general Caballero e escapa para o norte.

Essas tropas paraguaias ficam entre os dois corpos do exército brasileiro. A 16 de agosto trava-se a batalha de Campo Grande, cujo resultado foi catastrófico para o inimigo. A presença do ditador é assinalada em Caraguatái; imediatamente abalam para lá contingentes nossos, ocupando esse posto, mas de Lopez só havia a fumaça do incendio propositado do restante da esquadra inimiga encalhada no estreito do rio Jaguá.

Em menos de um mês, o inimigo perdera 3 mil mortos, 4.500 prisioneiros, 81 bocas de fogo e todo o seu material de intendência. Mas, Lopez ainda resistia hoje aqui, amanhã acolá, numa guerrilha estafante.

Chegado a esse ponto, as nossas possibilidades esgotaram-se. Não havia mais intendência, e diante das nossas tropas estavam pântanos desertos e desconhecidos. Era preciso organizar uma nova expedição.

Obtida a pacificação de todo Paraguai oriental, as nossas tropas concentraram-se em Rosário. O inimigo localizara-se numa nova capital: Curuguati. Enquanto duas colunas ficaram operando a norte e leste a-fim-de interceptar quaisquer comunicações, o Conde d'Eu à frente do 1.^o corpo do exército marcha contra Curuguati, que foi tomada a 2 de novembro. Em seguida, caíram Iguatemi, Itarara e Nanducarai, posições para onde o ditador se locomovera, uma após outra.

Lopez, encurralado, estabeleceu-se no extremo norte do Paraguai. Mas, se o inimigo estava desbaratado e sem nenhuma possibilidade de resistência, as nossas tropas mais uma vez estavam com o serviço de intendência desorganizado, sofrendo privações, quasi sem alimentos, comendo uma farinha vegetal extraída de uma arvore — a Mbopica, — ou fazendo sopa dos arreios dos

cavalos. Nessa situação, o Conde d'Eu ordenou a retirada, deixando porem tropas suficientes, sob comando do General Guimarães, que garantiam o prosseguimento da limpeza da região de bandos armados inimigos.

Desde então, o ditador vai sucumbindo gradativamente, cercado como está, numa região desprovida de recursos. Em fevereiro de 1870, chegam notícias que ele está acampado em Cerro Corá, na margem direita do Aquidaban. O General Câmara inicia a sua captura, cujo desfecho é trágico: prefere morrer a se entregar, como prisioneiro.

Sómente, com a captura ou morte de Solano Lopez a guerra estava terminada. E, assim aconteceu.

Que o Conde d'Eu deu provas de ser um estrategista consumado, indica o sucesso da campanha da cordilheira. O seu plano de contornar Ascurra pelo flanco fazendo crer ao inimigo que o ataque seria direto pela frente, é alguma coisa de genial. Dessa vitória dependeu tudo mais, pois nela Lopez perdeu a sua terceira capital e o seu quarto exército. Principalmente, se salientarmos que as nossas tropas tomaram o desfiladeiro de Sapucaí, sem disparar um tiro, sem nenhuma perda.

A narração de Taunay contém inúmeros exemplos de bravura pessoal, da coragem, sangue frio do Príncipe Consorte. É bastante citado o seguinte fato, que bem demonstra e ilustra o seu arrojo. Num avanço, o Príncipe está na primeira linha, onde as balas inimigas sibilam à direita e à esquerda. O capitão Salgado pede licença para observar-lhe que se estava expondo muito. A resposta do Conde d'Eu foi fustigar o seu cavalo e avançar ainda mais. Nesse momento, o seu ajudante de ordens, Capitão Almeida Castro, atravessa-se na sua frente e prende o cavalo pelas redeas. Gastão de Orleans ordena ao seu subordinado que largue as redeas, ao que não foi obedecido. — “Está preso, sr. Castro”, disse-lhe o Marechal, que obteve a seguinte resposta: — “Quero ser preso, mas quero salvar a vida de Vossa Alteza”.

O chamado episódio da batalha de Campo Grande, imortalizado pelo magnifico quadro de Pedro Américo, teve a seguinte descrição de Taunay: “Foi quando o Conde d'Eu por seu turno transpoz o ribeirão e, apenas do outro lado, correu gravissimo

perigo. Um batalhão paraguaio, reformado à borda do mato, de lá saiu com temível fúria e caiu sobre um corpo de infantaria, atrás de cuja linha singela então nos achavamos. Este não resistiu ao impeto do inimigo e debandou, deixando-nos absolutamente sem proteção. Vi-me perdido. O Conde d'Eu sacou da espada, no que todos o imitamos e pusemos os cavalos a galope indo ao encontro da carga. Aí, porém, outro batalhão nosso em desapoderado marche-marche pode a tempo repelir o ataque, encurralando os paraguaios de novo junto à beira do mato, onde os fusilou com a maior energia”.

E' ainda Taunay, quem nos conta o seguinte: “Nesses incessantes reconhecimentos, às vezes, seguindo um dia após outro, mostrou o Príncipe grande habilidade estratégica, paciência de experimentado capitão, indiscutível coragem e notavel sangue frio. Uma vez, diante da picada de Ascurra com cuja boca enfrentavamos, convidou-nos, a mim e ao Salgado, para nos aproximarmos mais que fosse possível. “Pelo menos, observei, convem que ponhamos as capas dos bonés para ocultarmos quem vai expor-se tanto e as nossas próprias divisas de oficial”. — “Com efeito, concordou o Conde d'Eu, é precaução bem lembrada”. E tirando do bolso as capinhas brancas tão de uso no exército todo, o que fazia com que os paraguaios nos chamassem numa palavra guaraní que agora me escapa — cabeças brancas — assim nos adiantamos. Chegamos, pois, mais e mais, e contamos sete ou nove peças de grosso calibre assestadas. Tão perto estavam que distingui perfeitamente as feições e barbas dos artilheiros a postos. Um daqueles canhões que disparasse então e estavam perdidos, o Conde d'Eu e nós dois. Precisava, porem, o comandante em chefe patentear bem claramente ao seu exército, que sabia ser valente e não tinha medo da morte. Nesse dia voltei para o meu quartinho, com a convicção de que nascera outra vez” (8).

Das suas ideias, queremos focalizar dois aspectos. O Príncipe Consorte era um abolicionista declarado. Sob sua inspiração, foi promulgada no Paraguai a lei da extinção dos escravos a

(8) “Recordação de guerra e de viagem”, pelo VISCONDE DE TAUNAY.

2 de outubro de 1869, o que não deixa de ser curioso, pois no Brasil, a lei do ventre-livre é de 1871, a dos sexagenários de 1885, e finalmente a da abolição total de 1888.

Nunca teve o preconceito da cor. Certa vez, por ocasião de um baile no palácio imperial, notou que André Rebouças fôra recusado por várias damas a quem convidára para dansar. Rebouças, bastante escuro, experimentou uma surpresa desconcertante, quando viu diante de si o Príncipe Consorte, que lhe trazia a Princesa Isabel como par de uma valsa.

Militar de alma, dedicou-se sempre ao exército. "Fez regulamentos, projetos de lei para organizar a tropa de acordo com o espírito militar moderno e aperfeiçoamento de seu material de guerra. Socialmente fundou escolas, bibliotecas, colonias orfanológicas, para a infância desvalida, visitando semanalmente os institutos de caridade e de educação técnica" (9).

Gastão de Orleans era um verdadeiro militar. Desse estribilho usaram até como arma política, em documentos, como o que foi divulgado pelo dr. Felício dos Santos, onde se lê: "O príncipe consorte, sr. Conde d'Eu, é um homem avarento, educado na fatal escola do direito divino e do predomínio militar" (grifo nosso). O seu amor pelo exército, o seu desvelo pelo nosso aparelhamento bélico, serviam de argumentos para ataque dos adversários: "educado na fatal escola do predomínio militar"... (10)

Para o Exército Brasileiro, esse ataque constitui a melhor prova de quanto o Conde d'Eu é credor de homenagens e celebrações.

Ao comemorarmos o centenário do seu nascimento, façamos continência ao Marechal vitorioso das Cordilheiras, ao herói de Campo Grande. Dentro da bruma do passado, a sua silhueta aparece comandando-nos um: Viva o Brasil !

(9) "Conde d'Eu", por CAMARA CASCUDO, página 114.

(10) Revista "Tradição", Recife, n.º 2, setembro de 1937, página 13.

GETÚLIO VARGAS E A CONQUISTA DO SERTÃO

(Conferência pronunciada pelo **Ten. Cel. LIMA FIGUEIRÊDO**,
no Instituto Nacional de Ciência Política, em memorável
sessão realizada na A. B. I.)

“Do Amazonas ao Chui” é o grito grandioso que exprime a nossa imensidão territorial; é a expressão eloquente da dimensão vastíssima do Brasil no sentido das latitudes. Essa quilometragem extraordinária, essa extensão fabulosa, para as pernas do general Rondon, torna-se reduzidíssima, pequeníssima, como se o campeão das selvas andasse com as célebres botas de sete léguas do gigante.

Durante o período de três anos, de 1927 a 1930, Rondon varou o Brasil em todas as direções, repetindo em pleno século da aviação e da T. S. F. as façanhas que tanta glória e tanta lenda emprestaram ao nome venerando do bandeirante destemido e audaz — Raposo Tavares. Apesar do progresso da nossa querida Pátria, durante quasi três centúrias, no terreno das dificuldades antolhadas, a caminhada de Rondon foi tão rude quanto a do respeitavel senhor de Piratininga.

Em 1927, zarpou o notavel sertanista pelo mar fora em demanda do nosso ponto extremo norte litorâneo. Atingida a foz do raiano Oiapoque, adentrou-se pelo rio até onde não mais pudessem as canôas navegar. Regressou ao escancarado estuário do Rio “pai das águas” e por ele foi subindo até o seu afluente, o Negro. Após curta parada na cidade rainha da selva, ele remonta o Negro e o seu tributário Branco e, numa ânsia inaudita de palmilhar terras, caminha como um judeu errante, quasi sem parar, até o cume do monte Roroimã, onde com o seu riso jovial goza a ventura de, com simples movimentos de rotação, admirar o chão de três nações — do Brasil, da Venezuela e da Guiana Inglesa. Estuda, esquadrinha, verifica, fotografa e filma tudo, não se esquecendo os detalhes mínimos que para qualquer outro pareceriam sem importância.

Não podendo o ilustre matogrossense, em curto prazo, percorrer a formidável linde brasileira, em cada ponto por ele atingido irradiava turmas dirigidas por abnegados oficiais que procuravam ver como o chefe querido, para, minuciosamente, informá-lo. Assim sucedeu no Rio Branco: enquanto o general vencía o terreno acívoloso da Pacaraimã e do Roroimã, antenas suas iam em busca das cabeceiras do Maí, do Tacutí, do Urariquera e do Uraricapará.

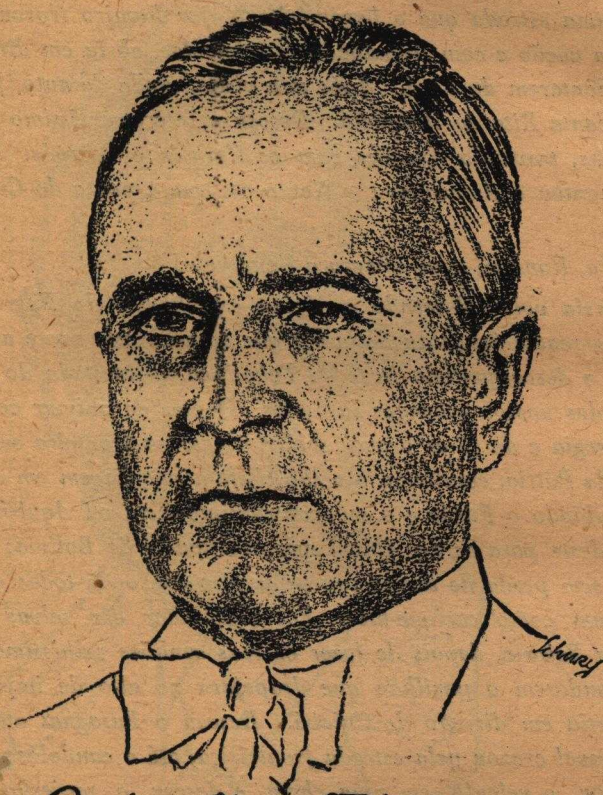
Terminada a rigorosa inspeção científica todos voltavam alegres e pressurosos em rumo do Rio de Janeiro onde suas famílias curtiam o amargo tramo da saudade. Fiz mal em dizer todos, porquanto o chefe ainda não se fartara de admirar a natureza selvática com todos os seus habitantes. Aquela mesmice de cenário levava o observador mais dinâmico à modorra, à sonolência doentia causada pela vontade de viver um pouco no ambiente citadino de onde saíra. Rondon, não. O que para todos nós era chatice, canseira e brutalidade, para ele era variegado, suave e agradável. Assim, logo após abraçar os companheiros de jornada, escapuliu em demanda da sua mataria amada — a selva majestática de Mato-Grosso. Desejava pisar o chão onde sofrera, rasgando com a trilha da linha telegráfica o véu misterioso que cobria aquelas impérvias e invias paragens. Rondon pelo Amazonas galgou o Madeira, sobre os trilhos da Madeira-Mamoré foi em busca do Guaporé histórico com seus fortes e cidades dos áureos tempos dos capitães-generais.

Contente em respirar aquele ar tão seu, Rondon seguiu para o Rio de Janeiro saudoso da família já acostumada com esses sacrifícios pátrios.

Quando ainda sentíamos os pés doloridos da áspera caminhada, já o ínclito militar se alvoroçava para novo empreendimento.

Sem comunicação com o grande rio, fugindo portanto ao convívio com o mundo civilizado, fica ainda, sob o pátio virgem das franças da floresta, a fronteira com a Guiana Holandesa. Por esse motivo no ano anterior não pudera o sertanista pisá-la, arrogantemente, com suas botas incansáveis.

A dificuldade do percurso era um atrativo para a vontade férrea de Rondon. Organizou pesada expedição e embarafustando pelo Trombetas e pelo Cuminá só parou quando sentiu sob seus pés o terreno lindeiro. Todos os entraves foram vencidos: cachoeiras, pedrais, índios, serras, atoleiros... Voltou dessa viagem satisfeitíssimo por haver des-



Getulio Vargas

coberto riquíssimos campos que a seu ver seriam a ressurreição da pecuária paraense, desde que para eles fosse aberta uma estrada.

Das três viagens empreendidas pelo extraordinário soldado, foi a última a mais movimentada.

De automovel Rondon foi daqui até às cachoeiras do Xingú, afim de visitar uma estrada que o benemérito Major Ramiro Noronha, sem onus para a nação e com trabalhadores selvícolas, abriu em direção da cidade de Santarem do Pará. Após esta visita, ainda de auto, foi ter à cidade de Santa Rita do Araguaia. Desceu o interessantíssimo afluente do Tocantins, travando relações com os Carajás e Caiapós. Saiu em Belém, remontou o Amazonas e o Negro até que a pedra do Cucuí avisasse:

— Pára, Rondon, aqui começa a Venezuela!

Deu meia volta, descendo as águas espelhantes do Negro e sulcando as barrentas águas do Solimões que adquire este nome ao passar no ruinoso e desconjuntado forte de Tabatinga — atestado do espirito combativo dos nossos avoengos lusitanos. Depois de animar com palavras de energia e de fé os bravos soldados que na fronteira servem de sentinelas da Pátria, continuou o velho chefe a sua viagem em demanda do Acre, subindo o Purús e o seu contribuinte Acre ou Aquirí, passou das águas deste para as do Abunã que nos aparta da Bolívia; saiu no Madeira e sem perda de tempo procurou o rincão onde todas as tribus o consideram como cacique-mór. Fez ressuscitar das selvas o forte Príncipe da Beira e, depois de fazer os seus canhões velhíssimos e ferugentos saudarem o pavilhão que drapejava no alto de improvisado mastro, partiu em direção de Cuiabá. Desceu o Paraguai até o Apa e de automovel cruzou pela estrada fronteiriça, até o caudaloso Paraná. Acondicionou o veículo em uma chata e desceu o majestoso curso d'água até Guaira.

Visitou os fantásticos saltos de Sete Quedas e de auto correu célere para os de Santa Maria do Iguazú, afim de melhor compará-los.

Concertando pontes e pontilhões, conseguiu, de automovel, ir até à mimosa cidade de Palmas, servida por magnífica rodovia recém-construída pelo 5.º Batalhão de Engenharia. Foi até à ponta da excelente estrada em Conrado e daí prosseguiu, em lombo de burro, até Barracon, na fronteira argentina, cavalgando quatro dias a fio, parando somente para dormir mesmo ao relento, alimentado apenas com uma dóse de gua-



raná. Digo mal, afirmando que o valoroso chefe só parava para dormir, porquanto, quando topávamos um ribeirão límpido e convidativo, ele, rapidamente, despia-se para brancejar um pouco e em seguida, sem enxugar-se, vestia-se e ao trote ia alcançar a comitiva já distanciada.

De volta da penosa viagem, cansadíssimos, demos graças a Deus ao sentirmos o conforto duma almofada de trem da S. Paulo-Rio Grande: íamos palmilhar o bombeante sólo gaúcho, que, como um pólo potentíssimo, nos atraía. Contudo, quis o Destino que logo na fronteira, em Marcelino Ramos, o formidável palmilhador de sertões fosse obrigado a descalçar suas benemerentes botas de sete léguas.

A revolução de 1930 foi o ponto final da obra monumental que Candido Rondon estava erguendo para bem do Exército, e por consequente da Pátria. Que pena !

* * *

A 2 de outubro de 1930, extenuadíssimos, atravessamos a magnífica ponte que une os territórios de Santa Catarina ao do Rio Grande do Sul, através do sussurrante Pelotas. O trem parou. Estamos em Marcelino Ramos. Olhei pela janela. Um movimento desusado na estação. Muitos homens com lenços vermelhos no pescoço, de cabeça erguida, com ar pimpão, agrupavam-se com olhares indagadores. Imaginei um dia festivo naquele rincão, ou uma manifestação de apreço preparada para o meu chefe, como muitas a que vínhamos assistindo na nossa longa peregrinação. De súbito batem à nossa porta. Abro-a. Um homem, alto, pálido, de olhos profundos, defronta-me e indaga: — “Posso falar ao General Rondon?” — “Não, o nosso general está muito fatigado e precisa descansar para levar de vencida o serviço que ainda o aguarda”, respondi. O meu interlocutor, mastiga em seco, deixa transparecer impaciência no semblante e sentencia: — “O senhor sabe com quem está falando?” Fiz um gesto de cabeça, negativo. E ele acrescentou: — “Aqui estão os generais Miguel Costa e Portilho”. Só então compreendi a realidade — a revolução explodira no Estado sulino, já éramos prisioneiros.

A nossa prisão foi o próprio vagão em que viajavamos e nele, num desvio, ficamos uns pares de dias, vendo desfilarem por nós as com-



Couto Magalhães

posições que seguiam para o Norte, levando gente animada de ardor guerreiro e disposta para a luta, por mais rude que fosse.

Naqueles dias inesquecíveis em que o nosso futuro e o das nossas famílias se apresentavam escuros, em que não sabíamos se na manhã seguinte estaríamos com vida, em que a nossa imaginação vagava procurando trazer para junto dos nossos corações a lembrança das nossas esposas, dos nossos filhos, dos nossos parentes, dos nossos amigos, procurávamos alívio para as nossas apreensões, conversando a respeito do Brasil que julgávamos amar mais do que ninguém. Víamos os nossos selvícolas abandonados, e o trabalho hercúleo desenvolvido para vencer a selva reduzido ao valor acabrunhador de um zero. As estradas, os caminhos, as trilhas rasgadas com suor e esforço inaudito, fechando-se incapazes de se oporem à "blitzkrieg" que, certamente, o tempo e a floresta desencadeariam sem dó nem piedade. Os rios despovoados, atravancados de paus, de pedras e de torrões, impedindo, como uma tropa que não se entrega, o avanço dos gaiolas e dos vaticanos na direção de suas cabeceiras. O povo descrente e abúlico, o exército dividido e ineficaz, a marinha sem existência. Lutas de idéias e ideais, confusão, caos. Era o panorama que víamos diante de nós nos dias tristes que vivemos naquele recanto onde os rios Pelotas e Peixe formam o Uruguai.

Conduzidos a Porto Alegre íamos adquirindo a certeza de que a luta que já se travava correspondia ao anseio geral e que era com alegria que as mães e as esposas encaminhavam seus filhos aos centros de concentração. O Rio Grande do Sul estava de pé pelo Brasil — afirmava o chefe dos rebelados — o Dr. Getúlio Vargas. E nós atestávamos aquela realidade, se bem que amargássemos o travo amargo da desdita a que o destino nos levou.

Os acontecimentos foram-se desenrolando para terminar, brevemente, na confraternização de 24 de outubro. As armas que se defrontaram uniram-se e os irmãos que se matavam, abraçaram-se com o pensamento voltado exclusivamente para a grandeza e para a felicidade do Brasil.

O "condotieri", o Dr. Getúlio Vargas, que era para nós um verdadeiro enigma psicológico, soube ser tão grande como o ideal que o norteava no momento difícil em que a nossa nacionalidade tremeu nos seus alicerces. Sufocou ódios, amenizou paixões, desviou as forças contrárias para agirem no mesmo sentido da sua. E todos os bons brasileiros pas-



Lyautey

saram a agir com ele, puxando na mesma corda, para elevar o Brasil à altura das suas grandes possibilidades.

* * *

A estrada é o principal elemento colonizador.

E' ela a única força capaz de fixar o homem longe dos centros populosos. O colono sabendo que tem uma via de comunicação por onde escoar-se-ão os produtos que ele e sua família vão extrair da nossa terra dadivosa, com facilidade abandona a cidade em busca do "hinterland". Quem pensar em colonizar, deve, primeiramente, resolver o problema viatório da zona que desejar pôr em estado dinâmico. A indústria extrativa do sub-solo, do solo, ou da vestimenta virente e bonita que o cobre está, para o seu desenvolvimento, na dependência direta da rede de estradas existentes.

A agricultura, a pecuária, enfim tudo que é fator de nossa riqueza se prende à lista aberta no chão pelo braço possante do homem. E por nós que temos a terra vazia de gente; florestas virgens, pujantes, prenhas de fibras utilíssimas, de folhas medicinais, de caules e de raízes preciosíssimas; minas de ouro e de pedras, montanhas dos mais variegados matos, jazidas incontáveis perdidas na vastidão do nosso território; cidades com notáveis populações isoladas no sertão, ou dependendo dum trilha tortuante e de mau leito; capitais litoraneas isoladas das suas vizinhas, igualzinho como no tempo remoto das capitanias hereditárias, jamais poderemos abandonar o lema — GOVERNAR E' ABRIR ESTRADAS. E mais do que ninguém, nosso Chefe, o Dr. Getúlio Vargas, reconheceu esta verdade e patrioticamente a tem aplicado, desde o dia em que empunhou o leme da nossa nacionalidade.

Estradas de ferro ou de rodagem começaram a surgir, rapidamente, de 1930 para cá, não por imposição de interesses de políticos que desejassem viajar para suas estâncias, fazendas ou engenhos de maneira cômoda, mas sim tendo em mira o bem-estar geral, buscando os locais onde a fortuna nacional fosse melhor favorecida, ou contribuindo para o entrelaçamento dos povos sul-americanos, sem desprezar as contingências da defesa nacional.

E o sertão passou a ser conquistado pelas fitas das rodovias e pelos trilhos das vias-férreas. Os grandes centros do próspero Estado montanhês estão ligados ao Rio de Janeiro e daqui já se pode escolher vários itinerários que nos levem ao sul, uns mais suaves e outros mais difíceis. Magnificamente se vai, sem maiores incomodos, por estrada de rodagem, até Porto Alegre e, em notável velocidade, até Curitiba, ou mesmo além. Os automóveis podem já rodar, via São Paulo, até Cuiabá, com variantes para os barrancos do Araguaia e para as cidades fronteiriças de Bela Vista e Ponta Porã levando a nossa cooperação, a nossa simpatia e a nossa amizade aos nossos irmãos paraguaios. A ponta dos trilhos já chegou a São Borja, na fronteira da Argentina, prolongando a linha que morria em Jaguarí. Trabalhos estão sendo levados a efeito ligando-nos ao sul pela estrada de ferro do Rio Negro, desafogando a que passa em São Paulo-Itararé-Ponta Grossa-Porto União-Santa Maria, ao mesmo tempo que uma boa estrada de rodagem, também em plena construção, busca as plagas sulinas, passando por Lages e Vacaria.

Progredindo a olhos vistos, seguem os trabalhos das ferrovias de Corumbá a Santa Cruz de La Sierra na Bolívia e de Campo Grande a Ponta Porã, na linde paraguaia — pulmões novos para o comércio dos nossos amigos e vizinhos que não tem saída para o mar. Damos, assim, agindo como bom irmão, uma fácil comunicação a nobre pátria de Penranda, ligando-a ao ecumênico Atlântico, ao mesmo tempo que dobramos as portas de saída do bravo e querido Paraguai.

Estudos estão sendo feitos para traçar uma diagonal ferroviária no Rio Grande do Sul, unindo Pelotas a Santa Maria, sob o imperativo de facilitar o desenvolvimento econômico da feracíssima zona que vai atravessar.

Uma estrada de rodagem pondo em comunicação Ponta Grossa a Foz do Iguaçu através do sertão paranaense, dará aos produtos deste dois pontos de escoamento — o litoral e o rio Paraná, permitindo ao mesmo tempo o afluxo de turistas que desejarem visitar as belezas incomparáveis das duas maravilhosas fontes de bulha branca — Santa Maria do Iguaçu e Sete Quedas.

Pelas veredas e pelos rios, outrora adentravam-se os bandeirantes em busca de riquezas no amago da terra; hoje pela rede de comunicações que está sendo estabelecida, conquistaremos nossa própria Pátria,

levando braços ao sertão para pôr em estado cinético tudo aquilo que, sendo elemento da fortuna, ainda esteja dormindo, em estado potencial.

Como acabamos de ver, Getúlio Vargas, conservando, melhorando e construindo estradas está concretizando o seu célebre grito de — **RUMO AO OESTE!**

Numa década de 1930 a 1940, foram construídos 116.049 Km. de novas estradas de rodagem, ficando o Brasil, hodiernamente com cerca de 230.000 Km. dos quais 2.205 Km de excelentes rodovias foram construídos pelo Exército.

Sem falar da eletrificação da E. F. C. B. que por si só representa grande vitória, há outra representada nos 1.688,8 Km. de ferrovias feitas pelo Exército, de 1930 a 1941.

* * *

Se há país em que as rotas aéreas devam ser exploradas a fundo — é o Brasil.

O nosso vasto território, com cerca de 23.000 Km. de perímetro e desenvolvido no sentido dos meridianos, necessita de uma força de coesão formidável para manter unidos os habitantes das diferentes zonas, cujos climas, costumes e interesses são os mais variados e algumas vezes antagônicos.

País de vias de comunicação ainda incipientes não permite que haja o entrelaçamento entre as idéias e as aspirações de todos os seus filhos. A ínvia mataria impede a marcha do civilizado e, em alguns trechos, os incólas, em plena barbarie como em 1500, ainda servem de “bicho-papão” para assustar os tímidos.

O norte de Mato Grosso, Goiás, Pará, Amazonas e Acre possuem quasi sómente as estradas que Deus lhes deu — os rios, os célebres caminhos que andam.

Mato-Grosso contem em seu território o pequenino traço de união entre as duas imensas bacias do Amazonas e do Prata. O grande Estado separa a vasta planície amazônica, onde o homem para locomover-se necessita da canôa que, lembrando os antigos donos da terra, é tratada de ubá —, da região alcantilada onde o cavalo é a principal condu-

ção, enquanto não são rasgadas as rodovias — pistas para cavalos vapor — e as ferrovias — caminhos seguros do progresso.

Para unir o caboclo amazonense — que sulca em pirogas interminos caudais, — ao gaúcho que percorre os pagos sulinos, “riscando” de esporas os “pingos” inseparáveis, era mistér um élo forte.

Para ligar o galhojeiro carioca ao nordestino educado na escola do sofrimento, era necessária uma força atrativa.

Para confundir os dinâmicos paulistas à gente trabalhadora de Guaiabá, um poderoso veículo, também se impunha.

Nortistas, nordestinos, baianos, matogrossenses, mineiros, paulistas, cariocas, gaúchos, enfim todos devem estar unidos em torno da idéia de manter sempre fortes a Pátria unida e indivisível. E o veículo, a força atrativa, o élo capaz de aproximar assim tão intimamente os brasileiros — é o avião.

Getúlio Vargas viu que com a aviação podia mais facilmente conquistar o sertão, desbravando as zonas incultas e impérvias, vencendo em horas, facilmente, as distâncias que os impávidos bandeirantes talavam em meses, e às vezes, em anos. E, para que a nossa vitória seja completa já estamos construindo aparelhos, procuramos com afan o petróleo e nos empenhamos a fundo, para tornar uma realidade a grande siderurgia.

No panorama mundial o Brasil ocupa o 3.º posto pela importância e extensão de suas linhas aéreas. Possui 512 aeroportos e 68.923 Km. de rotas.

* * *

O principal argumento, para que tudo entre nós seja difícil, é a falta de braços, sinônimo de mão de obra cara. Seria ridículo que, sob qualquer pretexto, abandonáremos o contingente indígena, na obra da conquista do sertão.

Perdidos nas nossas majestosas florestas se acham os incolos aliados em cerca de dois milhões. Reuní-los em pontos bem escolhidos,

recrutá-los para o trabalho e para a defesa do país, trazê-lo ao convívio da civilização é obra útil além de humanitária.

Nos trabalhos levados a efeito pelas Comissões de Limites, o aborigine é o primordial trabalhador — sóbrio, resistente, humilde, leal. Com um tratamento na conformidade da sua formação — mixto de criança e de adulto — pode-se obter dele tudo em troca de muito pouco.

Na Inspetoria de Fronteiras, vi-os transportar presados fardos em longas e extenuantes caminhadas, sempre de bom humor, com um sorriso nos lábios, exigindo pouco para seu alimento e vestiário. É verdadeiro afirmar-se que sem o auxílio do aborícola será impossível o trabalho na selva infinda, prodigiosa e agressiva, que cobre quasi a totalidade do nosso Brasil.

Getúlio Vargas quis conquistar o sertão e, por isso, não desprezou o índio. Pelo contrário, foi ao encontro dele nas barrancas do Araguaia, desprezando o conforto das cidades, para “de visu” traçar a diretriz, na resolução do intrincado problema indígena. E com tal entusiasmo enfrentou a questão que tem ao seu lado, colaborando com ele, o inclito General Rondon que não lhe regateia aplausos pela magnífica obra que está levando a cabo.

Antes de dar seu apoio decisivo à proteção dos amerabas, o Presidente da República mandou organizar as companhias de fronteiras, verdadeiras guardas avançadas da nossa nacionalidade e núcleos formadores das cidades de amanhã.

O Major Aluisio Ferreira lá nas barrancas do Mamoré e do Guaporé dá uma amostra do que pôde ser feito com o Exército, para o desenvolvimento de uma região. Abriu estradas e escolas, localizou famílias que começaram a lavrar a terra e agora colhem fartas mêsSES.

Procedendo do mesmo modo para o resto do Brasil ainda não conquistado, breve teríamos sementes de cidades espalhadas por nosso “hinterland”. Nos Estados sulinos topamos grande quantidade de vilas e cidades que surgiram de um acampamento militar, e, no tempo do Brasil colônia, era em torno da capela que atestava a nossa fé católica e do quartel que abrigava o soldado que garantia a posse da terra que surgiram importantes agrupamentos humanos, alguns dos quais são garridas capitais de Estados.

O nosso grande Chefe tem procurado, por todos os meios e modos, esbravar o nosso interior, ao mesmo tempo que movimenta suas riquezas, utilizando à larga os músculos e o cérebro do Exército.

* * *

E para findar esta "despretenciosa palestra vamos repetir o que já dissemos em "Cidades e Sertões".

É necessário que o Brasil seja descoberto pelos próprios brasileiros. O órgão mais adequado que vejo para exercer essa missão sagrada é o Exército. Ao invés da caserna, o sertão; ao invés do canhão, a enxada, o arado, o trator. para uma parte do Exército que tomaria o nome de sertanejo.

Enquanto nas cidades o Exército ativo continuaria a missão sublimar e de preparar cidadãos para a defesa da pátria, o outro — o sertanejo — rasgaria o nosso "hinterland" fazendo o progresso correr célere pelas chapadas de Mato Grosso, pela mata intermina do Amazonas, pelo agreste do nordeste, pelo sertão da Baía e pelo oeste gracioso do Paraná, onde as belezas naturais pululam aos borbotões.

Veríamos as fitas das estradas varando as selvas, contornando as montanhas e transpondo os rios. Aqui aborícolos aldeados, instruídos militarmente, enfim, transfigurados em cidadãos brasileiros. Ali campos de pouso, onde os aviões chegam e partem barulhosamente. Acolá povoados caminhando para vilas e vilas com aspirações de cidade. Tudo movimento, tudo dinamismo. Riquezas que se vão buscar no sub-solo. Lanchoeiras iluminando cidades e movimentando engenhos e fábricas. Campos cultivados. Pastagens. Gado em abundância. Fartura. Alegria. Felicidade.

Dizem que nós, brasileiros, temos tendência para tudo macacinar. Podíamos aproveitar esse defeito ou virtude que nos atribuem para imitar o que fez a França — o seu exército colonial é a mola que movimenta o progresso das suas colônias.

Lvautey, o sublime discípulo de Galieni, transmudou Marrocos em pouco tempo, conseguindo erguer cidades ao lado de pitorescos lugares indígenas, abrir portos e explorar as riquezas inúmeras do solo senho.

Organização do trabalho intelectual

Estudo de um catálogo de assuntos de instrução

(Continuação)

Pelo 2.º Ten. FRANCISCO RUAS SANTOS

82. — Ordem unida de metralhadoras (tanto para a tropa que dispõe do material Hotchkiss quanto para que dispõe do Madsen) o de morteiros. (R. 10).
821. — Escola do soldado.
- .1 — Instrução sem arma (como em 811, 1).
 - .2 — Instrução com arma (fuzil ordinário ou mosquetão) (como em 811.2).
 - .3 — Instrução do condutor. (Anêxo n.º 1).
 - .30 — Generalidades. (ns. 1 a 3 e 16).
 - .31 — Embridamento. (n.º 4).
 - .32 — Encilhar (ns. 5 e 6).
 - .321 — “Encilhar!” (n. 6).
 - .322 — “Tal luar!” — Pronto!” (n.6).
 - .33 — “Desencilhar!” (n.7).
 - .331 — “Desencilhar!” (n. 7).
 - .332 — “Tal luar! — Pronto!” (n. 7).
 - .34 — Desembridar. (n. 7).
 - .35 — Posições (n. 9, além das prescritas em 811.1).
 - .36 — Movimentos do cargueiro (ns. 11 e 12).
 - .360 — Chamar a atenção do animal (n. 10).
 - .361 — Marchar e parar (n. 11).
 - .361.1 — “Marche!” (n.11).
 - .361.2 — “Alto!” (n.º 11).
 - .362 — “Recuar!” (n.º 12).
 - .362.1 — “Recuar!” (n.º12).
 - .362.2 — “Alto!” (n.º 12).
 - .37 — Voltas a pé firme e em marcha (n.º 13).
 - .371 — “Direita — Volver!” (n.º 13).
 - .372 — “Esquerda — Volver!” (n.º 13).
 - .373 — “Meia volta — Volver!” (n.º 13).
 - .38 — Marchas (n.º 14).
 - .4 — Escola do soldado de metralhadoras quando em forma com os muare.
822. — Escola da peça (cap. II).
- .1 — Formações (art. I, n. 71).
 - .11 — Linha em uma fileira (n.º 72).
 - .12 — Coluna por um (n.º 73).
 - .13 — Formação para inspeção de material e pessoal (n.º 74).
 - .2 — Formaturas.
 - .21 — Coluna por um (n.º 73).
 - .25 — Formatura para inspeção de pessoal e material (n.º 74).
 - .331 — “Formação para inspeção — Marche!” (n.74).

- .3 — Reunião (n.º 75).
- .31 — “Frente para (tal) ponto — Reunir!” (n.º 75).
- .4 — Movimentos (n.º 76).
- .41 — Movimento no passo ordinário (n.º 76).
- .411 — “Ordinário — Marche!” (n.º 76).
- .42 — Movimento no passo sem cadência (n.º 76).
- .421 — “Sem cadência — Marche!” (n.º 76).
- .43 — Movimento no passo acelerado (n.º 76).
- .431 — “Acelerado — Marche!” (n.º 76).
- .44 — Movimento em marche — marche (n.º 76).
- .441 — “Marche — marche!” (n.º 76).
- .5 — Mudanças de direção e de frente (n.º 77).
- .51 — Mudança de direção em marcha (como em 812.7).
- .52 — Mudanças de frente (n.º 77).
- .521 — Mudanças de frente a pé firme (como em 812.7).
- .522 — Mudanças de frente em marcha (como em 821.37).
- 822.6 — Cobertura (Não regulamentada). Alinhamento. (Como em 812.4).
- .7 — Passagem de uma formação à outra. (ns. 79 e 80).
- .71 — Passagem da formação em linha para a em coluna. (n.º 79).
- .711 — Coluna por um — Marche! (n.º 79).
- .712 — “Direita — Volver!” (n.º 79).
- .713 — “Esquerda — Volver!” (n.º 79).
- .72 — Passagem da formação em coluna para a em linha. (n.º 80).
- .721 — “Linha em um fileira. — Marche!” (n.º 80).
- .722 — “Direita — Volver!” (n.º 80).
- .723 — “Esquerda — Volver!” (n.º 80).
- .8 — Carregamento, descarregamento e transporte do material. (art. II).
- .81 — “Carregar o material!” (n. 81).
- .82 — “Descarregar o material!” (Não existe este comando no Regulamento. É empregado porem, na prática, em situações que não sejam as da formatura para inspeção e do combate, procedendo-se como no primeiro caso, (n.º 74), colocando-se entretanto, o material, no local previsto ou indicado).
- 823. — Escola da seção. (Inst. III).
- 823.1 — Formações. (cap. II art. I).
- .11 — Formações em fileira.
- .111 — Linha em uma fileira. (n. 142).
- .112 — Linha em duas fileiras. (n.º 143).
- .12 — Formações em coluna.
- .121 — Coluna por um. (n.º 144).
- .122 — Coluna por dois. (n.º 145).
- .13 — Formação para inspeção do pessoal e material. (n.º 146).
- .2 — Formaturas. (Comandos em 21 e 22, não regulamentados) (Cap. II, art. 1).
- .21 — Formaturas em fileira.
- .211 — “Linha em uma fileira — Em fôrma!”.
- .212 — “Linha em duas fileiras — Em fôrma!”.
- .22 — Formaturas em coluna.
- .221 — “Coluna por um — Em fôrma!”.
- .222 — “Coluna por dois — Em fôrma!”.
- .23 — Formatura para inspeção do pessoal e material. (n.º 146).
- .231 — “Formação para inspeção — Marche!” (n.º 146).
- .3 — Reunião. (n.º 147).
- .31 — “Frente para tal ponto — Reunir!”.

- .4 — Movimentos.
- .41 — Movimento no passo ordinário.
- .411 — "Ordinário — Marche!"
- .42 — Movimento no passo sem cadência.
- .421 — "Sem cadência — Marche!"
- .43 — Movimento no passo acelerado.
- .431 — "Acelerado — Marche!"
- .44 — Movimento em marche-marche.
- .441 — "Marche-Marche!"
- .5 — Mudanças de direção e de frente. (Como em 822.5).
- .51 — Mudança de direção em marcha.
- .52 — Mudanças de frente a pé firme.
- .6 — Cobertura. Alinhamentos. (Como em 822.6).
- .7 — Passagem de uma formação à outra. (ns. 148 a 153).
- .71 — Passagem das formações em linha para as em coluna.
- .711 — Passagem da formação em linha em uma fileira para a em coluna por dois. (n.º 151).
- .711.1 — "Coluna por dois — Marche!" (n.º 151).
- .712 — Passagem da formação em linha em uma fileira para a em Coluna por um. (n.º 150).
- .712.1 — "Coluna por um — Marche!" (n.º 150).
- .712.2 — "Direita — Volver!"
- .712.3 — "Esquerda — Volver!"
- .72 — Passagem das formações em coluna para outras em coluna.
- .721 — Passagem da formação em coluna por um para a em coluna por dois. (n.º 152).
- .721.1 — "Coluna por dois — Marche!" (n.º 152).
- .722 — Passagem da formação em coluna por dois para a em coluna por um. (n.º 153).
- 823.722.1 — "Coluna por um — Marche!" (n.º 153).
- .73 — Passagem das formações em fileira para outras em fileira.
- .731 — Passagem da formação de linha em uma fileira, para a em duas fileiras. (n.º 148).
- .731.1 — "Linha em duas fileiras — Marche!" (n.º 148).
- .732 — Passagem da formação de linha em duas fileiras para a em uma fileira. (n.º 149).
- .732.1 — "Linha em uma fileira — Marche!" (n.º 149).
- .74 — Outras mudanças de formação.
- .8 — Carregamento e descarregamento do material. (Comandos não regulamentados).
- .81 — "Carregar o material!"
- .82 — "Descarregar o material!"
- 824. — Escola do pelotão. (Subdivisão não regulamentada).
- 824.1 — Formações.
- .11 — Formações em fileira.
- .111 — Linha em uma fileira.
- .112 — Linha em duas fileiras.
- .12 — Formações em coluna.
- .121 — Coluna por um.
- .122 — Coluna por dois.
- .123 — Coluna dupla.
- .13 — Formação para inspeção de pessoal e material.
- .2 — Formaturas.
- .21 — Formaturas em fileira.
- .211 — "Linha em uma fileira — Em formação!"

- .212 — “Linha em duas fileiras — Em fôrma!”.
- .22 — Formaturas em coluna.
- .221 — “Coluna por um — fôrma!”.
- .222 — “Coluna por dois — Em fôrma!”.
- .223 — “Coluna dupla — Em fôrma!”.
- .23 — Formatura para inspeção de pessoal e material.
- .231 — “Formação para inspeção — Marche!”.
- .3 — Reunião.
- .31 — “Frente para tal ponto — Reunir”.
- .4 — Movimentos. (Como em 823.4).
- .5 — Mudanças de direção e de frente. (Como em 823.5).
- .6 — Cobertura, Alinhamento. (Como em 823.6).
- .7 — Mudanças de formação.
- .71 — Passagem das formações em linha para as em coluna.
- .711 — Passagem da formação em linha em uma fileira para a em coluna dupla.
- .711.1 — “Coluna dupla — Marche!”.
- .712 — Passagem da formação em linha em uma fileira para a em coluna por dois.
- .712.1 — “Coluna por dois — Marche!”.
- .713 — Passagem da formação em linha em uma fileira para a em coluna por um.
- .713.1 — “Coluna por um — Marche!”.
- .713.2 — “Direita (esquerda) — Volver!”.
- .72 — Passagem das formações em coluna para outras em coluna.
- .721 — Passagem da formação em coluna por um para outras em coluna.
- .721.1 — “Coluna por dois — Marche!”.
- .721.2 — “Coluna dupla — Marche!”.
- .722 — Passagem da formação em coluna por dois para outras em coluna.
- .722.1 — “Coluna por um — Marche!”.
- .722.2 — “Coluna dupla — Marche!”.
- .723 — Passagem da formação em coluna dupla para outras em coluna.
- .723.1 — “Coluna por um — Marche!”.
- .723.2 — “Coluna por dois — Marche!”.
- 824.73 — Passagem das formações em fileira para outras em fileira.
- .731 — Passagem da formação em linha em uma fileira para a em duas fileiras.
- .731.1 — “Linha em duas fileiras — Marche!”.
- .732 — Passagem da formação de linha em duas fileiras para a em uma fileira.
- .732.1 — “Linha em uma fileira — Marche!”.
- .74 — Outras mudanças de formação.
- .75 — Carregamento e descarregamento do material. (Como em 823.8).
- 825. — Escola da companhia (Tit. IV).
- 825.1 — Formações. (Art. 1).
- .11 — Formações em fileira. (ns. 161 e 162).
- .111 — Linha em uma fileira. (n. 161).
- .112 — Linha em duas fileiras (n. 162).
- .12 — Formações em coluna. (n. 163 a 165).
- .121 — Coluna por um. (n. 163).
- .122 — Coluna por dois. (n. 164).
- .123 — Coluna dupla. (n. 165).
- .13 — Formação para inspeção de pessoal e material. (n. 166).

- .2 — Formaturas.
- .21 — Formaturas em fileira.
- .211 — Linha em uma fileira.
- .212 — Linha em duas fileiras.
- .22 — Formaturas em coluna.
- .221 — Coluna por um.
- .222 — Coluna por dois.
- .223 — Coluna dupla.
- .23 — Formatura para inspeção de pessoal e material. (n. 166).
- .231 — "Formação para inspeção — Marche!". (n. 166).
- .3 — Reunião. (n. 166).
- .31 — "Frente para tal ponto — Reunir!" (n. 166).
- .4 — Mudanças de formação. (Art. II). (V. o n. 169).
- .41 — Passagem das formações em coluna para outras em coluna.
- .411 — Da coluna por dois para a coluna dupla. (n. 167).
- .411.1 — "Coluna dupla — Marche!". (n. 167).
- .412 — Da coluna dupla para a coluna por dois. (n. 168).
- .412.1 — "Coluna por dois — Marche!". (n. 168).
- .413 — Da coluna por dois para a coluna por um.
- .413.1 — "Coluna por um — Marche!".
- .414 — Da coluna dupla para a coluna por um.
- .414.1 — "Coluna por um — Marche!".
- .42 — Passagem das formações em linha para a em coluna.
- .421 — Da linha em uma fileira para a em coluna.
- .421.1 — "Coluna por um — Marche!".
- .421.2 — "Coluna por dois — Marche!".
- .421.3 — "Coluna dupla — Marche!".
- .422 — Da linha em duas fileiras para a em coluna.
- .422.1 — "Coluna por um — Marche!".
- .422.2 — "Coluna por dois — Marche!".
- .422.3 — "Coluna dupla — Marche!".
- .43 — Passagem das formações em fileira para outras em fileira.
- .431 — Da linha em uma fileira para a em duas fileiras.
- .431.1 — "Linha em duas fileiras — Marche!".
- .432 — Da linha em duas fileiras para a em uma fileira.
- .432.1 — "Linha em uma fileira — Marche!".
- .5 — Carregamento e descarregamento do material.
- .6 — Desfiles.
- .84 — MANEABILIDADE.
- 840. — Questões diversas relativas à maneabilidade.
- 841. — Maneabilidade de fuzileiros. (R. E. C. I., 1ª parte).
- 840.0 — Generalidades.
- 841.01 — Sinais e gestos de comando. (cap. III, ns. 36, 37 e 40).
- 841.1 — Instrução individual.
- .11 — Exercícios de vivacidade. (cap. III, art. I, n. 136).
- .12 — Mecanismo de marcha rastejante. (art. VI, n. 172).
- .121 — Primeiro processo da marcha rastejante. (n. 172).
- .122 — Segundo processo da marcha rastejante. (n. 172).
- .13 — Mecanismo do lanço. (art. VI, n. 173).
- .131 — Mecanismo do lanço de amplitude normal, estando o homem em posição. (ns. 173 e 177).
- .131.1 — "Preparar para partir!". (n. 177).
- .131.2 — "Por lanço!" (ns. 173 e 177).
- .131.3 — "Marche!" ("Marche-Marche!"). (n. 173).
- .131.4 — "Alto!". (n. 173).

- .132 — Mecanismo do lanço de pequena amplitude, estando o homem em posição; comandos em sua sequencia. (n. 177).
- .132.1 — "Mochilas na mão!" (n. 177).
- .132.2 — "Preparar para partir!" (n. 177).
- .132.3 — "Por lanço!" (n. 177).
- .132.4 — "Marche!" ("Marche-Marche!"). (n. 177).
- .132.5 — "Alto!" (n. 173).
- .2 — Escola do grupo de combate. (Tit. II, art. III).
- .20 — Generalidades. (art. I).
- .21 — Formações. (art. II, ns. 140 a 144).
- .211 — Coluna por um. (n. 140, § 1º).
- .212 — Esquadras sucessivas. (§ 2º).
- .212.1 — Esquadras sucessivas, em coluna. (letra a).
- .212.2 — Esquadras sucessivas, a da testa desenvolvida. (letra b).
- .213 — Esquadras juxtapostas. (§ 3º).
- .213.1 — Esquadras juxtapostas, em coluna. (letra a).
- .213.2 — Esquadras juxtapostas, desenvolvidas. (letra b).
- .214 — Em linha para o assalto. (§ 4º).
- .22 — Movimentos: execução e cessação. (art. III, n. 145).
- .221 — Movimento no passo sem cadência. (n. 145).
- .221.1 — "Sem cadência — Marche!" (n. 145).
- .221.2 — "Alto!" (n. 145).
- .222 — Movimento em Marche-Marche. (n. 145).
- .222.1 — "Marche-Marche!" (n. 145).
- .222.2 — "Alto!" (n. 145).
- .23 — Mudanças de frente. (art. III, n. 146).
- .231 — Mudanças de frente a pé firme. (n. 146).
- .231.1 — "Frente para (tal) ponto!" (n. 146).
- .231.2 — "Frente para a direita!" (n. 146).
- .231.3 — "Frente para a esquerda!" (n. 146).
- .231.4 — "Frente para a retaguarda!" (n. 146).
- .232 — Mudanças de frente em marcha. (n. 146).
- .232.1 — "Frente para (tal) ponto!" (n. 146).
- .232.2 — "Frente para a direita!" (n. 146).
- .232.3 — "Frente para a esquerda!" (n. 146).
- .232.4 — "Frente para a retaguarda!" (n. 146).
- .24 — Mudanças de direção. (n. 146).
- .241 — Mudanças de direção a pé firme. (n. 146).
- .241.1 — "Direção à direita!" (n. 146).
- .241.2 — "Direção à esquerda!" (n. 146).
- .242 — Mudanças de direção em marcha. (n. 146).
- .242.1 — "Direção à direita!" (n. 146).
- .242.2 — "Direção à esquerda!" (n. 146).
- 841.25 — Passagem de uma formação à outra. (art. IV).
- .251 — Passagem da coluna por um à formação por esquadras sucessivas. (n. 150).
- .251.1 — "Base (tal) esquadra — Por esquadras sucessivas — a (tantos) passos!" (n. 150).
- .251.11 — "Esquadra (tal) — Em coluna!" (n. 150).
- .251.12 — "Esquadra (tal) — Desenvolvida!" (n. 150).
- .252 — Passagem da coluna por um à esquadra juxtaposta. (n. 151).
- .252.1 — "Base (tal) — Esquadra — Por esquadras juxtapostas — a (tantos) passos — Esquadra (tal) à direita (Esquerda)!"
- .252.11 — "Esquadra (tal) — em coluna!" (n. 151).
- .252.12 — "Esquadra (tal) — Desenvolvida!" (n. 151).

- .252.13 — “Esquadra desenvolvida!” (n. 151).
- .253 — Passagem de coluna por um à formação em linha para o assalto. (n. 152).
- .253.1 — “Para o assalto!” (n. 152).
- .254 — Passagem da formação por esquadras sucessivas à formação por esquadras juxtapostas. (n. 151).
- .254.1 — “Base (tal) esquadra — por esquadras juxtapostas — a (tantos) passos — Esquadra (tal) à direita (esquerda)!” (n. 151).
- .254.11 — “Esquadra (tal) em coluna!” (n. 150).
- .254.12 — “Esquadra (tal) desenvolvida!” (n. 150).
- .254.13 — “Esquadras desenvolvidas!”
- .255 — Passagem da formação por esquadras sucessivas à formação em linha para o assalto. (n. 152).
- .255.1 — “Para o assalto!” (n. 150).
- .256 — “Passagem da formação por esquadras juxtapostas à formação em linha para o assalto!” (n. 152).
- .256.1 — “Para o assalto!” (n. 152).
- .257 — Passagem de qualquer formação à coluna por um. (n. 153).
- .257.1 — “Base (tal) esquadra — coluna por um!” (n. 153).
- .258 — Modificação das distâncias e intervalos. (n. 154).
- .258.1 — Modificação das distâncias. (n. 154).
- .258.11 — “A (tantos) passos abrir (cerrar) distâncias entre as esquadras (entre os soldados)” (n. 154).
- .258.2 — Modificação dos intervalos (n. 154).
- .258.21 — “A (tantos) passos abrir (cerrar) intervalos entre as esquadras (entre os soldados)!” (n. 154).
- .26 — Mecanismos para execução dos fogos. (art. V.).
- .261. — Mecanismo preparatório para execução dos fogos. (n. 155).
- .261.1 — Disposições para o combate. (n. 153).
- .261.11 — “Preparar para o combate!” (n. 153).
- .261.2 — Em posição. (n. 156 e 157).
- .261.21 — “Frente para (tal) ponto — em posição (n. 158).
- .261.22 — Em posição quando não há necessidade de abrir fogo imediatamente. (n. 158).
- .261.221 — “Frente para (tal) ponto — preparar a posição! “Em posição!”
- .261.3 — Reunião. (n. 159).
- .261.31 — “Grupo — Reunir!” (ns. 159 e 160).
- .262 — Mecanismo para execução do fogo do fuzil-metralhador como 862.117. (ns. 163 e 164).
- .262.1 — “Tiro contínuo (intermitente)!”.
- .262.2 — “Rajadas de (tantos a tantos) tiros!” (apenas no caso de tiro contínuo).
- .262.3 — “Alça (tantos)!”
- .262.4 — “Sobre (tal) ponto!”
- .262.5 — “Fogo!”
- .262.6 — “Suspender (cessar) — Fogão!”
- .263 — Mecanismo para execução do fogo dos volveadores ou de todo o grupo, como em 861.118. (n. 156).
- .263.1 — No fogo à vontade (Comandos em uma sequência). (n. 166).
- .263.11 — “Esquadra de volveadores (Esquadra)!”
- .263.12 — “Fogo à vontade!”
- .263.13 — “Alça (tanto)!”
- .263.14 — “Sobre (tal)!”
- .263.15 — “Começar o fogo!”

- .263.16— "Suspender (cessar) fogo!"
- .263.2 — No fogo de salva — Como em 861.118 — (n. 166).
- .263.21— "Esquadra de volteadores (Esquadras)!"
- .263.22— "Fogo de salva!"
- .263.23— "Alça (tanto)!"
- .263.24— "Sôbre (tal) ponto!"
- .263.25— "Começar o fogo!"
- .263.26— "Apontar — fogo!"
- .263.27— "Suspender (cessar) fogo!"
- .264 — Mecanismo para execução do tiro da granada de mão e de fuzil. (n. 163).
- .264.1 — No tiro da granada de mão. (n. 163).
- .264.2 — No tiro da granada de fuzil. (n. 163).
- .27 — Mecanismo dos movimentos sob as vistas e fogos do inimigo (art. VI).
- .271 — Mecanismo dos movimentos em marcha rastejante. (n. 172)
- .271.1 — De todo o grupo simultâneamente. (n. 172).
- .271.11— "Todo o grupo — de rastros!" (n. 172).
- .271.2 — Homem a homem. (n. 172).
- .271.21— "Homem a homem — de rastros!" (n. 172).
- .272 — Mecanismos dos movimentos por lanços. (n. 173).
- .272.1 — Execução dos lanços por todo o grupo qualquer que seja a amplitude do lanço. (n. 173).
- .272.11— "Todo o grupo — por lanço!" (n. 173).
- .272.12— "Marche (marche-marche)!" (n. 173).
- .272.13— "Alto!" (n. 173).
- .272.2 — Execução do lanço esquadra por esquadra. (ns. 174 e 175)
- .272.21— "Quando a amplitude do lanço é normal!" (n. 174).
- .272.211 — "Esquadra (tal) por lanço!" (n. 174).
- .272.212 — "Marche (marche-marche)!" (n. 174).
- .272.213 — "Alto!" (n. 174).
- .272.22 — Quando a amplitude do lanço fôr muito grande. (n. 175).
- .272.221 — "Por lanços sucessivos de esquadra — esquadra (tal)!" (n. 175).
- .272.222 — "Marche (marche-marche)!" (n. 175).
- .272.223 — "Alto!" (n. 175).
- .272.3 — Execução do lanço homem a homem. (n. 176).
- .272.31— "Esquadra (tal) — homem a homem. — Por lanços!" (n. 176)
- .272.32— "Marche (marche-marche)!" (n. 176).
- .3 — Escola do Pelotão. (tit. III, cap. III).
- .30 — Generalidades sôbre a maneabilidade do Pelotão. (art. I).
- .31 — Formações. (art. II).
- .310 — Questões diversas sôbre as formações. (ns. 216 e 217).
- .311 — Coluna por três. (n. 215, 1.^o).
- .312 — Por grupos juxtapostos. (n. 215, 2^a).
- .313 — Por grupos sucessivos. (n. 215, 3^a).
- .314 — Escalão com a direita (esquerda) avançada. (n. 215, 4^a).
- .315 — Em triângulo. (n. 215, 5^a).
- .32 — Movimentos. Execução e cessação (como em 841.22 — art. III)
- .33 — Mudança de frente. (Como em 841.23). (Art. III).
- .34 — Mudanças de direção. (Como em 841.34). (Art. III).
- .35 — Passagem de uma formação à outra. (Art. IV).
- .351 — Passagem de qualquer formação para a formação em grupos juxtapostos. (n. 220).

- .351.1 — "Base (tal) grupo — (tal) grupo à direita a (tantos) passos (tal) grupo à esquerda a (tantos) passos — marche!" (n. 220).
- .352 — Passagem de qualquer formação para a formação em escala com a direita avançada. (n. 220).
- .352.1 — "Base (tal) grupo (tal) à direita a (tantos) passos de intervalo e (tantos) de distância (tal). Grupo à esquerda, à retaguarda, (tantos) passos de intervalo e (tantos) de distância — Marche!" (n. 220).
- .36 — Mecanismo para execução dos fogos. (arts. V e VI).
- .361 — Mecanismo preparatório para execução dos fogos. (n. 222).
-

Geografia da Produção do Ferro

Sem uma noção clara de geografia economica, especialmente no que diga respeito à geografia das grandes indústrias, de que são principais a do carvão e a do ferro, será impossível compreender-se o prestígio relativo das nações modernas, a ordem de sua importância política.

Eis a razão pela qual o "Jornal do Brasil" frequentemente publica informações estatísticas bem organizadas, quadros de algarismos que valem por uma lição de economia.

Ha tempos, publicavamos o quadro da produção mundial de carvão de pedra; hoje publicamos o da produção mundial de ferro. Aos que fixarem de memória êsses quadros, será facil o entendimento dos fatos da vida internacional.

Quem conheça a capacidade industrial das grandes nações, baseada na produção de carvão e de ferro, não terá surpresas com os fatos da guerra passada e com os da conflagração atual. Valem os milhões de toneladas de carvão e de ferro por milhões de soldados bem armados. São grandes potências as nações que produzem centenas de milhões de toneladas de carvão de pedra e dezenas de milhões de toneladas de ferro guza.

Em primeiro lugar, os Estados Unidos da America do Norte. Depois, a Alemanha, a Inglaterra, a Russia, a França, no Continente europeu. Na Asia, o Japão, isolado, vale pelos milhões de toneladas de carvão e de ferro que produz uma região do globo em que êle fica sem rivais. O quadro

que temos à vista é fotografia da pagina 304 do último número do "The Mineral Industry". Nele a produção é expressa em milhares de toneladas o que significa que os grandes produtores fundem dezenas de milhões de toneladas.

WORLD'S PRODUCTION OF IRON

(In thousands of gross tons)

Pig Iron

	1913	1929	1931	1933	1935	1937	1938	1939
United States....	30,966	42,614	18,426	13,346	21,373	37,127	19,161	31,604
Canadá	1,015	1,080	420	229	600	898	758	831
Great Britain....	10,260	7,580	3,773	4,124	6,426	8,497	6,763	8,130
France	5,126	10,439	8,217	6,327	5,799	7,917	5,956	7,820
Belgium	2,445	3,970	3,231	2,744	3,060	3,843	2,426	3,019
Luxemburg.....		2,906	2,053	1,888	1,872	2,513	1,527	1,811
Italy.....	424	678	509	517	622	790	914	950
Spain	418	709	476	347	350	108	397	403
Sweden	732	490	389	319	566	646	702	615
Germany	19,000	13,401	6,063	5,267	12,539	15,957	18,226	19,828
Austria	2,344	450	145	88	193	389	+	+
Czecho-Slovakia..		1,643	1,165	499	811	1,675	1,215	900
Poland.....		704	347	306	394	724	952	810
Hungary		350	200	75	85	362	345	350
Russia.....	4,563	4,018	4,900	7,250	12,493	14,520	14,479	15,374
Japan	236	1,750	1,408	2,032	2,716	3,261	3,050	3,320
China	150	250	252	200	250	200	200	200
India	204	1,348	820	913	1,056	1,598	1,628	(c) 1,800
Australia.....	47	333	129	350	572	664	0,072	(c) 1,285
Saar Territory....	1,371	2,088	1,515	1,592	+	+	+	+
Netherlands		256	257	253	234	307	295	272
Varios.....	200		100	100	100	697*	500	
Total mundial....	77,813	96,263	54,795	48,781	72,111	102,848	80,452	104,490

Esse quadro merece a atenção diturna dos estudantes de geografia economica, materia fundamental do estudo de economia politica.

(Do "Jornal do Brasil", de 7-3-941)

Casa Souza Baptista Ltda.

Móveis, Tapeçarias e Ornatações

Largo da Carioca, 9 e 11

Fones: 22-0640 e 22-4611

Rio de Janeiro

O Engenho Blindado Alemão

(Tradução de revista alemã)

FORMAÇÕES DE ATAQUE EM TERRENO LIVRE

A quantidade de carros empregados varia de um só, isolado, até unidades completas.



O CARRO BLINDADO MODERNO

Tendo uma velocidade de cerca de 40 kms. por hora, em terreno livre e grande raio de ação, o moderno engenho de combate da cavalaria é uma arma que pode operar independentemente a grandes distâncias.

Pondo de parte a atuação da aviação, os carros desempenharam papel decisivo na rápida conquista da Holanda, da Bélgica e dos distritos industriais do Norte da França. Certamente, possuíam as Potências Ocidentais, grande quantidade de carros, porém os acontecimentos provaram que estes não eram da mesma qualidade dos engenhos alemães. O próprio carro pesado francês, em que o seu exército depositava grandes esperanças, não confirmou o seu papel na batalha de destruição. A superioridade alemã resultou de esclarecido e oportuno emprego dos carros em formações acen tuadamente largas e em manobras que foram controladas rigorosamente durante todo tempo, do começo ao fim da operação.



MUDANÇA DA COLUNA DUPLA PARA A COLUNA POR UM

Durante o avanço em terreno livre os carros procuram diminuir a profundidade de coluna deslocando-se a dois de frente (coluna dupla). Graças à sua mobilidade, podem passar rapidamente à coluna por um, em fácil manobra, se o espaço limitado o exigir.

Além disso, cuidou-se do perfeito adestramento das guarnições e de tornarem-se fáceis e suaves as operações de abastecimento, o que previne qualquer demora na progressão. Esses fatores, — excelente regra de emprego, melhor material, adestramento individual dos homens e ininterrupto desembaraço no ataque, mantidos sempre em ótimas condições

particularmente, a ideal cooperação com todos os outros organismos militares, — alcançaram um êxito que os mais experimentados profissionais julgavam muito difícil ser alcançado.



Para atacar resistência isolada, como por exemplo, engenho anti-carros e ninho de metralhadora, passa-se da coluna de marcha para a formação em cunha. Os carros se colocam à direita e à esquerda do guia. O ataque se processa em escalão, tendo cada carro grande campo de tiro e apresentando a cunha um alvo diminuto.

Os atuais carros alemães vingaram-se dos clássicos carros de batalha dos campos de Cambrai.



FOGO COM O CARRO PARADO

Os carros dispõem-se bem intervalados por trás da ondulação do terreno, o qual lhes proporciona boa cobertura e grande campo de tiro. Abrem fogo simultaneamente, concentrando-o tanto quanto possível. A pesada armadura do carro constitui reparo ideal para as armas e garante boa precisão e justeza. Fazem o tiro em rajadas curtas, em tiro direto. A grande velocidade do projétil dá-lhe grande força de penetração. Essa formação se assemelha à de bateria de artilharia de campanha em posição.

E' impossível dar nos limites dêste artigo um compreensível esboço sôbre o emprêgo das modernas formações de carros. Aqui fazemos apenas uma tentativa para dar ao leitor uma idéia aproximada de como se emprega essa arma, por meio de ilustrações sôbre as manobras das pequenas unidades.



ATAQUE CONTRA FORTIFICAÇÕES DE CAMPANHA

Em frente reduzida, a formação de carros progride por escalões sucessivos e ataca a posição da infantaria utilizando tôdas as cobertas que ofereça o terreno. Os carros partem em coluna dupla de posições de partida bem disfarçadas e cobertas. Ao se aproximar do inimigo tomam a formação de batalha e o avanço prossegue por frações sucessivas, penetrando as formações em cunha na posição inimiga, que deve ter sido submetida aos tiros de artilharia, durante a preparação e o início do ataque.



LIGAÇÃO COM OS AVIÕES DE OBSERVAÇÃO

A observação aérea mantem-se em constante ligação com os carros que estão na posição de espera. Pode-se aproveitar as situações favoráveis a uma estreita cooperação. Por meio do rádio o observador orienta os carros sôbre as posições inimigas e sôbre as colunas em marcha. Informa-lhes também sôbre os melhores itinerários e sôbre a chegada dos reforços inimigos.

A moto-mecanização e a cavalaria

1.º Ten. MOACIR POTIGUARA

O problema da Motorização e da mecanização, para nós de CAVALARIA, se apresenta sob um prisma diferente do que para as outras armas, porquanto, não raro suscita comentários desagradáveis e profundas discordâncias de opinião.

Penso que, bem analisado o problema, não restarão dúvidas que permitam tais discordâncias. Procuraremos, abaixo, analisar alguns pontos que nos parecem interessantes e que podem trazer algum auxílio na solução do problema.

P — Quais as missões da CAVALARIA.

R — Informar, Cobrir e Combater.

P — Será que a adoção de elementos Moto-Mecanizados, veio prejudicar a execução dessas missões ou fez-nos perder a oportunidade de servir?

R — Não. Ao contrário, colocou nossa arma em plano superior, dando-lhe outros meios que permitem a execução das missões, vencendo o desequilíbrio criado com a aparição de meios cada vez mais potentes.

P — Quais as características da nossa arma?

R — Mobilidade aliada à Potência do Fogo

P — O emprêgo de elementos Moto-Mecanizados veio modificar as características da arma?

R — Não; continuam as mesmas, isto é: o princípio da Potência de Fogo aliada à mobilidade, "permanecem como condição essencial de rendimento da CAVALARIA".

P — Será que as qualidades exigidas para o bom desempenho das missões, diminuíram de valor para os Cavaleiros Motorizados ?

R — Não; continuam as mesmas: “audácia, desprezo ao perigo, disciplina, espírito de dever e de sacrifício, solidariedade — VIRTUDES de CAVALARIA”, e “um espírito de decisão ainda mais aguçado do que outrora” devido à rapidez cada vez mais crescente com que se podem apresentar e modificar as situações de combate.

Um saudoso Mestre em assuntos referentes à nossa arma, disse: “O Cavaleiro de hoje, deverá ser dextro na prática de todos êsses **gestos novos**, e fiel ao seu **espírito de arma** possuirá o mesmo espírito esportivo e mordaz, a mesma alegria, elegância e disciplina que seus antepassados testemunharam outrora em gestos agora fora de moda”.

P — Qual é, então, o motivo para tal grito sobre êsse assunto, se até agora só temos mais encargos que nos enobrecem e benefícios para o fiel desempenho de nossas missões?

R — Êsse é o ponto crítico. Geralmente à voz de motorização, pensa-se logo que a adoção desses modernos meios de combate traria como consequência, o abandono completo, por nós oficiais de CAVALARIA, da “mais bela conquista” do homem. Se isso em verdade se desse, creio, seria fato digno de lástima, pois é sabido a formidável soma de qualidades morais que o trato do cavalo e a prática de uma equitação ousada, criam e aprimoram.

P — Qual seria a solução para as unidades moto-mecanizadas ?

R — Impõe-se, a meu ver, nas unidades desse tipo, a existência de um certo número de cavalos para que os oficiais se conservem “em forma” e cheios desse “élan” e dessa alegria sadia que se nota em todo o quartel de CAVALARIA.

P — Como poderão, os soldados e graduados, adquirir esse “espírito de arma” tão necessário à própria existência da CAVALARIA ?

R — A Educação Moral seria um auxiliar valioso para a consecução dêsse fim. O relato de feitos dignificantes de Cavaleiros de todos os tempos, far-lhes-ia compreender o modo uno de sentir e agir dos de nossa arma; além disso o exemplo dado pelos oficiais e uma série de pequeninos nada surgidos ou criados na vida do quartel e na instrução, completarão o todo da obra.

Conforme acabamos de ver, essa última parte pertence inteiramente ao oficial e de sua maior ou menor habilidade dependerá o vermos uma **Cavalaria Moto-Mecanizada** ou então, simplesmente, uma tropa que se utiliza de engenhos mecânicos mas sem nada de comum com a nossa Cavalaria, ou seja, forte, alegre, e sempre disposta a enfrentar e atacar o inimigo com todos os meios de que disponha.

Para concluir essa série de observações, submeto à apreciação dos colegas, as qualidades que, conhecido chefe militar e ex-oficial de nossa arma, deixou expressas em livro, como exigências para um oficial de Cavalaria:

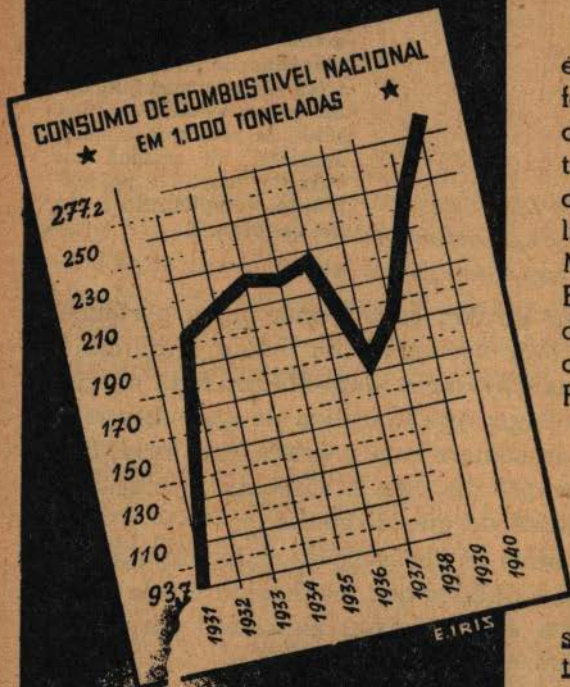
“completo como infante, habil no manejo e no emprêgo das armas, perfeito como ciclista e motociclista, prático na condução de automóvel e no conhecimento do motor, senhor dos meios de comunicação, calmo e operoso como observador aéreo, topógrafo expedito... e sempre e cada vez mais, impecável como **CAVALEIRO**”.

THE LEOPOLDINA RAILWAY Co. LTD.

é a maior estrada de ferro do BRASIL fundada com capital estrangeiro e cuja rede de 3.086 quilômetros liga os estados de MINAS GERAIS, ESPIRITO SANTO e do RIO DE JANEIRO com o DISTRITO FEDERAL.



Em 1939 esta Estrada transportou 26.416.518 de passageiros, e 1.835.592 toneladas de cargas e consumiu 277.212 toneladas de combustível nacional



Viaje com Economia e Segurança nos Trens
LEOPOLDINA



Instrução na Cavalaria

(Continuação)

Pelo Cap. JOÃO DE DEUS MENNA BARRETO

I

No número anterior deixamos demonstrado a necessidade da adoção de um programa único, geral ou básico (de período) para todas as unidades da mesma arma, fórmula prática de apresentação das determinações regulamentares atinentes à instrução nos corpos de tropa. Conquanto intuitivo, deixamos expresso que não se trata absolutamente de aplicar num corpo qualquer, o programa organizado especialmente para uma determinada unidade, o que constituiria absurdo, revelaria completa ignorância do assunto em causa. O que se impõe é justamente adaptar o programa único, geral ou básico a cada unidade da mesma arma, levando em conta os fatores gerais e locais que se lhe impõem à consideração. Portanto, não se trata do contrassenso de “copiar” um programa, e por “puro comodismo”, aplicá-lo indistintamente, por aí a fóra, a todas as unidades.

Não, o que se visa é, em vez de perder tempo, todos os anos, em “copiar” os mesmos objetivos, assuntos, métodos, processos, etc., cuidar de cumprir o que se acha estabelecido no “programa único” levando em conta, para execução, “apenas”, as possibilidades do corpo em cada ano.

Essas “restrições”, ao “programa único”, é que serão publicadas em boletim do Regimento, o qual, assim, ficará aliviado de toda a massa das disposições regulamentares, permanentes, terminantes, invariáveis, que não podem deixar de ser volumosas, “verdadeiros tratados de instrução”.

Baldado é procurar outro meio, tem que ser assim mesmo, pois se trata de trabalho complexo e não “problema de fácil formulação e solução, que se possa fabricar sobre a perna, em meia hora ou uma hora”.

E' como assinala o R.I.Q.T. (vêr ns. 12 e 14), um problema de comando e de pedagogia. Como poderá o Cmt. do Regimento “regular” a instrução de sua unidade, consultando o R.I.Q.T., o R.E.C.C., o R.I.S.G. e as “Diretrizes” dos generais, tendo em vista os diversos elementos heterogêneos a instruir, o estabelecimento do horário geral onde todos os tempos e trabalhos se engrenam para o funcionamento da máquina, e a justa repartição dos meios materiais, etc. etc., se não existir o correspondente “tratado” oficial, permanente? terá êle que dar-se irremissivelmente ao trabalho de organizar êsse “verdadeiro tratado”, todos os anos, e em todos os corpos que êle for comandar. E' necessário que o “programa” seja uma resenha de tudo que a respeito de instrução dispõem os diferentes regulamentos em vigor no Exército, **mas côordenado, seriado, ajustado**, sob o ponto de vista da aptidão para acionar a máquina. Assim sendo, serve para todos como um verdadeiro “guia” a-fim de seguir-se “com harmonia e unidade dentro do Regimento as pégadas regulamentares, tantas vezes antes emaranhadas que praticamente côordenadas”, permitindo “apreender de comêço, em conjunto a seriação a seguir no esforço para alcançar com seguridade um objetivo prático no labôr durante o ano”.

O Cel. T. A. Araripe, em trabalho publicado em número anterior desta revista, sob o título: **Organização da Instrução nos corpos de Infantaria**, **quadro anexo n. 31**, dá uma idéia de como devem ser organizados os “programas de instrução” nas unidades; evidentemente por mais que se reduza a exposição dos pormenores de tais assuntos, sempre surgirá “ver-

dadeiro tratado de instrução". Agora pergunto eu: será que esse "compêndio", uma vez posto em prática não terá "nenhuma objetividade" ou só dará resultado para uma determinada unidade, em determinado ano? Por que não aproveitá-lo também para todas as unidades da arma, a-fim de poupar aos Cmts. o trabalho de "copiá-lo" todos os anos ou fazê-lo semelhante?

O Cel. João Pereira de Oliveira, publicou — **"Um ano de Instrução no 13.º R.I. em Ponta Grossa — Paraná (936-937)**, também "verdadeiro tratado", de 212 páginas, **trabalho objetivo e praticamente** realizado sob sua orientação.

Mas retrucarão muitos: êsse programa foi organizado especialmente para êsse regimento! Estou de pleno acôrdo, mas é porque ainda não existe "programa único" e como diz o autor, em seu prefácio, **"tantos e tão insistentes, porém, foram os pedidos que, desde então, recebi, de cópia, dêsses documentos, que acabei por acreditar na utilidade de sua divulgação pela forma como é feita agora"**.

Ora, naturalmente os que se interessavam por êsse trabalho, eram também Cmts. de outras unidades da arma, localizadas em regiões diferentes, lutando com dificuldades outras, mas que sentiam necessidade de uniformização na organização da instrução em sua arma, no mesmo Exército; certamente não desejavam aplicar a "cópia" dêsses diversos documentos aos seus regimentos, mas sim adaptá-la de acôrdo com suas necessidades e possibilidades.

Voltando à Cavalaria, além do trabalho por mim publicado (de 349 páginas), encontramos também sob a forma de "polígrafos" mimeografiados, o "conhecido" programa do Cap. Lélío Ribeiro de Miranda, outro "tratado" no assunto e que tem servido de "modelo" a muitos programas ainda existentes hoje em dia...

Se olharmos época mais remota, 1922-1923, encontraremos também condensado em "compêndio" de 204 páginas — **"Um ano de Instrução dos quadros e da tropa no 4.º R.A.M., Itú — S. Paulo**, do insigne mestre, então Major Bertoldo

Klinger, brilhante figura de militar que deixou fama no Exército pelo valor de seus conhecimentos profissionais aliados a uma inteligência privilegiada e sólida cultura geral; a edição de 2.000 exemplares de seu trabalho foi rapidamente esgotada naquela época!

Este é outro exemplo frisante de que os artilheiros também de velha data reconheceram a necessidade da adoção de um “programa único” para todas as suas unidades, adaptando-o naturalmente à diversidade de suas condições.

Por fim, em escalão mais alto, abrangendo o conjunto das armas, justamente em nossos dias, os mais operosos Cmts. de Região e de Divisão, baixando as suas “diretrizes” de instrução, apresentam vastos “compêndios” que revelam a irreprimível necessidade da **unificação** dos programas, e que só poderão ser aliviados de tamanho volume quando tal volume existir permanente, em separado.

Mas o que é de ressaltar é que todos esses “tratados” são muito “simples e de fácil manuseio, com sua matéria bem distribuída”, pois documentos dessa natureza vêm quasi sempre acompanhados de “índices”, “sumários” e “**calendários**”, onde qualquer, que não seja leigo no assunto, poderá com a maior **facilidade** e **presteza** “achar a parte da instrução” que lhe interessar.

Em geral, o que se observa na tropa, é que uns copiam o programa dos outros, e são justamente os bem intencionados, não com o intuito de empregá-lo tal qual, mas adaptá-lo sob medida à sua unidade. Nada mais espontâneo e racional; é a “**unidade de doutrina**” que surge automaticamente entre aqueles que cursaram as mesmas escolas, estudaram com os mesmos mestres e pelos mesmos livros. Desde que exista o programa único, oficial, cessará esse recurso precário ao trabalho correspondente de lavras individuais; a fonte será uma única, a jorrar para todos. E só esse documento ou tratado permanente, espécie de fator comum posto em evidência, é que socegará o justificado pavor ante os tratados que — sem ele — nunca poderá deixar de ser o programa de cada Regimento.

Quanto à forma de exposição da matéria em “quadros” ou não é problema ainda discutível e que deverá ser resolvido com a adoção do aludido programa. Parece de bons resultados, à primeira vista, o “modelo” de “quadros”, quando êstes deixados **em branco**, mas quando se tiver que enchê-los e juntar os inúmeros “quadros” relativos às várias categorias de instruendos do regimento, bem como os relativos à fiscalização da instrução e exames, e nesse “**album**” tivermos de procurar uma particularidade referente a determinado assunto, creio que não será tão leve, tão magro o volume e não será “fácil” ao interessado, como parecia, “achar o que se deseja”.

Não há, pois, motivos para alarme com o número de páginas do programa, o que é preciso sim, é que êle seja, na realidade, cumprido de fato e à “risca”, a-fim de evitar que, pela falta de fiscalização dos órgãos dirigentes — “os órgãos executantes, por sua vez, divorciem-se dêle e sigam a rotina dos anos anteriores na direção da instrução” ou aquela que acharem mais conveniente, “ferindo todos os princípios pedagógicos” e “improvisando suas sessões de instrução”. Aliás, semelhantes males, muito mais facilmente se verificam com programas “leves”, deficientes, apenas constituídos por algumas diretivas, pois êstes é que dão margem a “improvisações” de tôda espécie, por deixarem ao critério dos executantes a sua interpretação e desenvolvimento.

Precisamos convencer-nos que só há um exército e êsse é nacional; as unidades da mesma arma têm organização idêntica; a doutrina, os métodos, os processos, os objetivos e a matéria da instrução consignada nos regulamentos, tudo é constante para as unidades de cada arma; os “quadros”, cujo efetivo está geralmente fixado sôbre a base da necessidade mínima e bastante, vêm de recrutamento idêntico e uma vez “formados” devem estar em condições de difundir seus conhecimentos adquiridos em escolas oficiais, pois, que por efeito mesmo da seleção inicial e subsequente preparação, ficam praticamente homogêneos, mórmente por postos e funções, não devendo, portanto, haver preferências por êstes ou

aqueles instrutores, às quais no fim de contas sempre trazem desharmonia e os detestáveis “grupos” dentro do Regimento.

O “recrutamento” dos soldados é o mesmo para todas as regiões do país: voluntariado, sorteio, e algumas vezes engajamento (principalmente para especialistas e artífices); e o tempo de serviço dos elementos incorporados é de igual duração para todos.

Pouco importa que as “características” do instruendo sejam diferentes, segundo sua “habitação na montanha, na planície, no interior ou no litoral”; desde que sua saúde seja perfeita, comprovada pela inspeção médica, ao ser incorporado às fileiras, ele terá que receber **a mesma preparação, para a mesma guerra**. Caberá aos órgãos competentes fazer selecionamento por armas e serviços, e feito isso, o seu valor como instruendo deverá ser tomado, em média, como constante para a confecção do programa. A falta de homogeneidade física, moral e intelectual dos incorporados é, sem dúvida, um fator fixo a dificultar o complexo problema da instrução e diante do qual o Exército, a Nação, só podem contar com a perseverança, boa vontade e habilidade dos instrutores.

Tal falta é uma questão de dilatada envergadura, pois, é realmente nacional e para isso os regulamentos mencionam os “métodos” e “processos” que devem ser seguidos na execução da instrução, levando em conta tais elementos a instruir. Como se vê é questão puramente de “execução” de instrução e não de “preparação”.

Naturalmente que os mais “aptos” e “letrados” serão aproveitados, na distribuição dos recrutas, tendo em vista o princípio da especialização que deve ser levado em conta desde a incorporação, para que as diversas sub-unidades sejam desde logo equitativamente contempladas de acordo com as necessidades correspondentes.

O Cavalo que por sua vez é elemento essencial para instrução dos homens na nossa arma, com a falta também de homogeneidade, dificulta o curso normal de preparo deles mes-

mos, bem como dos cavaleiros e o rendimento da arma. A Diretoria de Remonta do Exército encara a questão, procura fixar tipos de cavalos que pelas suas condições anatômicas assegurem rendimento uniforme. O que se observa, entretanto, é que em geral, com raras exceções, a cavallhada da cavalaria é bem "parelha". . . .

Resta, apenas, abordarmos a parte "material" de que dispõem os corpos, porque quanto "às condições climatéricas da região", sua influência não é considerada na elaboração do programa, é mera questão de adaptação de "horário" e nada mais, e só tem repercussão sobre os "planos semanais de trabalho" do cap..

As diferenças de meios materiais de que dispõem os corpos, é que obrigam os mesmos a adaptarem dessa ou daquela forma o programa único, tendo em vista executar aquilo que realmente é possível em tais ou quais circunstâncias.

II

Igualmente deixamos esclarecida a confusão reinante acêrca dos diversos documentos regulamentares básicos da instrução dos quadros e da tropa, que realizam praticamente a unidade de instrução.

Por isso mostramos quais os documentos em que tem ação decisiva os "fatores" gerais e locais, a que a instrução deve atender; e finalmente dissemos ser de tôda conveniência o estabelecimento, também, de "modelos" dêsses diversos documentos (plano semanal, seção e ficha), a-fim de que reine uniformidade e por conseguinte mais facilidade na fiscalização e execução da instrução.

III

Quanto ao "**programa — progressão**" de fase, tão falado entre nós, mas infelizmente raramente organizado e mais raramente executado na prática, apesar do nosso R. E. C. C. prescrever a sua confecção pelos Cmts. Esq., conti-

nuamos a pensar que é . . . muito mais racional, prático e real que êsse documento venha taxativo, preciso, com tôdas as determinações a respeito necessárias e bastantes, no próprio programa geral do Regimento; está êle por extenso nas disposições essenciais referentes à distribuição das matérias de ensino, selecionadas e seriadas através das fases e fases intermediárias. E isso é que representa o recurso decisivo para assentar a uniformidade do ensino e de sua progressão dentro do Regimento. Daí é que devem sair os “planos semanais” de trabalho do cap., que especialmente leva em conta, para cada semana, o grau de instrução atingida (ponto de partida), a aquisição de conhecimentos objetivada para a semana” (etapa a vencer)”. Se assim não se fizer, o “**selecionamento**” e a “**seriação**” da matéria a ser ministrada no Regimento ficarão ao critério de cada Cmt. Esq. que terá a liberdade de interpretar desta ou daquela forma (e o assunto se presta bem para divergência de interpretações), com repercussão na uniformidade da orientação da instrução que deve existir dentro da unidade, onde o Cmt. é o único responsável pela sua execução.

Mas, alegarão muitos, tais programas uma vez organizados pelos Cmts, Esq. serão submetidos à consideração do Cmd. do Regimento, com 15 dias de antecedência, conforme preceitua o regulamento, para a devida “**aprovação**” prévia.

Ora, o tempo que o Cmt. do Regimento terá de gastar para uniformizar tais programas, de acôrdo com sua “orientação” ou com a de um dos programas que escolher por base, seria muito mais bem empregado se êle mesmo confeccionasse tal programa e distribuisse aos Esqs., aos quais seria por essa forma poupado o correspondente trabalho e o dissabor de verem alterado o programa de sua lavra, ou ainda de fazerem combinações prévias uns com os outros ou de advinharem o pensamento do Coronel.

No trabalho por mim publicado “**A Instrução na Cavalaria**” — “**Programa do 1.º período**” encontrarão os leitores os “**assuntos**” detalhados por fases e ainda fases intermediárias, (recurso de que dispõem os Cmts. de Regimento baseado no

regulamento, para alcançar objetivos intermediários aos de fim de fase), isto é, o **“programa — progressão” do Regimento**, com tôdas as matérias a serem ministradas, sem necessidade de “quadro”, nem de maiores dificuldades, pois, êsse **“programa”** nada tem a vêr com “fatores” gerais e locais a que a instrução está subordinada, porque a origem de tal documento é não só a abundância e complexidade da matéria a ensinar e a brevidade do tempo de que se dispõe para ministrar a instrução, como também a necessidade de atender ao 3.º grande objetivo geral a que a instrução está subordinada. — Necessidade de ter no mais breve prazo possível os recrutas em condições de fazer campanha, pois que a mobilização pode sobrevir a qualquer momento.

E' irracional, é ineficiência do sistema de trabalho, que o Cmt. do Regimento peça em seu programa os “objetivos” a serem atingidos em determinadas épocas, pelos Esqs. (idêntico para todos) e não distribua também a matéria **“selecionada”** e **“seriada”** para atingir a êsses objetivos. Uma cousa é função da outra:

Além disso, a organização de um **“programa — progressão”** por fases (4 meses e 2 meses) é um documento traçado em linhas gerais, contendo tôda a instrução que deve receber o homem e as unidades elementares; basta mencionar os assuntos detalhadamente, do princípio ao fim, mesmo porque todos os ramos da instrução devem ser tratados paralelamente, são todos importantes para o apresto da mobilização.

No “plano semanal” de trabalho do cap. é que haverá praticamente **“selecionamento”** e **“seriação”** das matérias, levando em conta os **“fatores”** gerais e locais de cada corpo, em cada ano, bem como o 3.º objetivo geral da instrução — **Mobilização no prazo mínimo**. De que serve por exemplo, o Cmt. Esq. riscar o “seu” quadro de “programa — progressão” por fase, enchê-lo por semanas, de maneira que no fim da 16.ª semana (fim da 1.ª fase) apresente tôda a matéria que deve ser dada, se esta “progressão” não representa exequibilidade, não traça de fato a realidade do ensino a ser

ministrado? E' como se costuma dizer na "gíria", uma verdadeira "tapeação", unicamente para entrar "com tal documento exigido no E. M. no determinado dia D, fixado pela autoridade fiscalizadora" (de documentos).

Bastará por exemplo, que haja mau tempo numa semana, para "degringolar" tôda a progressão das semanas seguintes; ou mesmo uma visita de autoridade, das que não estejam consignadas no calendário para a competente inspeção.

O "**programa — progressão**" por fases pode ser considerado documento fixo e serve, por conseguinte, para todos os anos, pois nele deve vir consignada a matéria necessária e mínima que pelos regulamentos importa dar ao homem e às unidades elementares; nada tem a vêr com "fatores" que intervêm na execução da instrução, nem tão pouco com pontos de vista diferentes dos órgãos de direção, ou com afastamentos temporários ou não dêstes órgãos.

Justamente para evitar êsses inconvenientes e que não haja solução de continuidade na orientação da instrução, apesar da endêmica descontinuidade dos comandos, é que êsse documento deve ser elaborado pelo próprio Regimento, cabendo então ao cap. "**grifar**" por ordem de **urgência** e **importância**, as partes que devem ser subdivididas pelas 16 semanas.

Êsse trabalho particular, sim, é que é obra do cap., e êle o faz para si, com o fim de facilitar a organização de seus sucessivos "planos semanais", "planos" êsses que representam na realidade a verdadeira "progressão" na execução. Essa "progressão" gradual e sucessiva, por semanas, essa, sim, é que está sugeita aos diversos "fatores" gerais e locais de cada corpo e por isso ao contrário do "programa — progressão" da fase, não pode sêr fixo, tem de ser documento parcelado, sucessivo, variável.

Nada, pois, de confusões e de trabalhos redundantes de fazer "uma progressão por semana da matéria a ensinar, além dos quadros semanais de trabalho". Ao Cmt. Esq. não sobra tempo a desperdiçar, o tempo é pouco para que êle "seja como quer o R.I.Q.T. — o instrutor da sua sub-unidade, e não apenas o seu Cmt."

IV

Abordaremos agora a particularidade de “**verificações**”, “**exames**” e “**inspeções**”, terminologia em que reina obscuridade, malgrado pretensos lampejos com vistas a iluminar o que a respeito dispõe o R.I.Q.T. e o “quadro” de “verificação da instrução” contido no R.E.C.C. 1.^a parte, 1.^o volume.

Começa por faltar ordem no “pelotão” de termos: “inspeções”, “exames”, “verificações”, “visitas”, “concursos”, “provas”, “revistas”, “apuração”, “apreciação”. Como se vê, é matéria que pede “**padronização**”.

A nosso vêr o termo genérico, que gramaticalmente define — o **de que se trata** — é “**verificação**”.

Ensina a velha experiência que, em todos os ramos da atividade humana, tôda autoridade que baixa uma ordem, uma diretriz, que prescreve um regulamento, um programa, tem o dever de “**verificar**” o respectivo cumprimento.

No caso da instrução militar, se a autoridade “**verifica**” a instrução no fim de período é o “**exame**”; se “**verifica**” em outra época, no decorrer de um período, é uma “**inspeção**”, é uma “**revista**”, é mesmo uma “**verificação**” momentânea, preestabelecida ou inopinada. De qualquer de tais atos é que resulta apuração, apreciação, ensinamento.

Não se compreende que o Cmt. Esq. não faça também “verificações”: se o mencionado “quadro” da “verificação da instrução” (do R.E.C.C.), só lhe consigna “**apreciações**”, fatalmente isso implica que para chegar às mesmas êle tenha feito “verificação”, pois só dela é que pode resultar aquele ensinamento.

Eis porque incluímos no nosso livro, pág. 255 e 226, “verificações” pelo cap., pelo menos no fim da 1.^a e 2.^a fases intermediárias, no fim da própria 1.^a fase e no meio da 2.^a fase. E mais, — prevemos para o fim da 1.^a fase (17.^a semana), e para o meio da 2.^a fase (4.^a ou 5.^a semana da fase), plano de trabalho especial na respectiva semana. Outras “ve-

rificações”, a critério do cap., não exigem nem justificam plano especial; serão mencionados no respectivo “plano semanal” corrente, declarado nele quais as “sessões” em que, em vez de matéria nova, terá lugar a “verificação” do ponto atingido. Para as “verificações” por parte dos escalões superiores, regularão as ordens por êles emanadas (programa do Cel., programa de fiscalização da instrução dos escalões superiores ao Regimento).

E’ intuitivo que tais “verificações” quando não coincidirem com as regulamentares de fim de período (exames de período), não deverão fixar, inventar objetivos que queiram vêr atingidos em datas esporádicas: saberão enquadrar-se, cingir-se a “verificar” se está realizado aquilo que pelo programa deve na data da verificação em causa estar atingido.

Quando às fases intermediárias, que espontâneamente se impõem para verificações pelo cap., em tempo útil, de maneira a poder determinar providências para que no exame se chegue ao objetivo, também o programa define perfeitamente os objetivos que devem estar atingidos nas respectivas datas, e que importa justamente “verificar”.

V

As idéias por mim expendidas no Trabalho — “a Instrução na Cavalaria” — bem como nos artigos desta Revista, que ao mesmo se filiam, são baseados nos regulamentos e estão dentro da doutrina do E.M.E. Mas combinando-as com resultado de meditação e experiência, de esforço e bôa vontade, apresento ao leitor pontos de vista pessoas, no legítimo uso da liberdade de pensamento que os regulamentos proporcionam, principalmente quando não estabelecem prescrições a respeito.

Daí o E.M.E. o mais alto órgão de fiscalização da “doutrina”, dos “métodos” e dos “processos” de guerra e de instrução, permitir a publicação dêsses modos de vêr, a-fim de que sejam livremente ventilados, para melhor espírito de colaboração e de unidade de opiniões, sem entretanto opinar

ou associar sua responsabilidade. Fôra disso, o E. M. E. cairia em ominosa, retrograda centralização, estagnaria a circulação de idéia no Exército, mataria os estímulos, os esforços.

Estou bem certo de que minhas idéias pessoais não hão de pôr em perigo os novos regulamentos em vigor no Exército nem dispersar a Cavalaria...

Ao finalizar o presente artigo nutrimos a esperança de ser-nos concedido noutra ocasião o espaço para também oferecermos exemplo ou modelo de "plano semanal", "sessão" e de "ficha" "para que nossos camaradas possam ter uma idéia de como quer o R.E.C.C. que se façam".

Esses três problemas são abordados no 2.^o volume do nosso livro, a sair brevemente.

O molejo dos carros de 1941

Poucas coisas há que valorizem tanto um carro, no conceito dos automobilistas, quanto o seu molejo. Detalhe oculto à primeira vista, êle se faz sentir, entretanto, em tôda a sua importância, mal o carro inicia a sua marcha... Daí a justa preocupação dos fabricantes com êste característico básico. Ford, por exemplo, para 1941, oferece um novo tipo de molejo que tem merecido os mais favoráveis conceitos. Para isto, seus fabricantes introduziram nêstes novos modelos, novas molas, mais macias e sincronizadas, de ação lenta; estabilizador de marcha com gemelos oscilatórios e grandes amortecedores hidráulicos, de dupla ação, ajustáveis, obtendo, em consequência, um conforto de marcha digno de menção. E a preferência que o público tem dispensado ao novo Ford é bem um índice de que tanto aperfeiçoamento não foi à toa...

AS MELHORES
MATERIAS PRIMAS

OS MAIS MODERNOS
MÉTODOS DE FIAÇÃO,
TECELAGEM E ACABA-
MENTO DOS TECIDOS.

CÓRTE ESMERADO.

CAPRICO NA CON-
FECCÃO DAS ROUPAS.

PREÇOS BAIXOS.

SÃO CARATERISTICOS
DAS CONFECCÕES

RENNER



Cortume Julio Hedler S. A.

Caixa Postal, 295

Telegramas
Fonogramas

{ "CORÔA"

RUA PROF. DR. ARAUJO Ns. 469/71
PELOTAS — EST. R. G. DO SUL — BRASIL

COUROS para estofamento de Aviões, vagões, moveis, automoveis etc. — RASPAS em diversos tipos, próprias para perneiras e arreiamento. — COUROS (dossiers) para talabartes e obras militares. — MANGAS de couro para litografia, estamperia e ofset. — VAQUETAS e KIPS envernizados para fabricação de calçados. — ARTEFATOS de couro para a industria textil.

O Transferidor Universal

Pelo 2.^o Ten. Walter dos Santos Meyer

GENERALIDADES

O transferidor universal é um aparelho destinado a efetuar transformações de coordenadas polares.

Isto quer dizer que se conhecermos as coordenadas α e d de um ponto **P** no sistema de polo **O** e eixo polar **ov**, o transferidor universal permite determinarmos as coordenadas α' e d' de **P** em relação a um outro sistema de polo **O'** e eixo polar **O'V'**, desde que conheçamos a **posição relativa dos dois polos** e o **ângulo dos eixos polares**. (fig. 1).

Vemos imediatamente a utilidade de sua aplicação na Artilharia. Basta supôr que **P** é um objetivo qualquer, **O** o observatório de uma bateria **O'** e que **OV** e **O'V'** são duas direções definidas (ou por lançamentos ou em relação à vigiância). Consequentemente o problema passará a ter o seguinte enunciado:

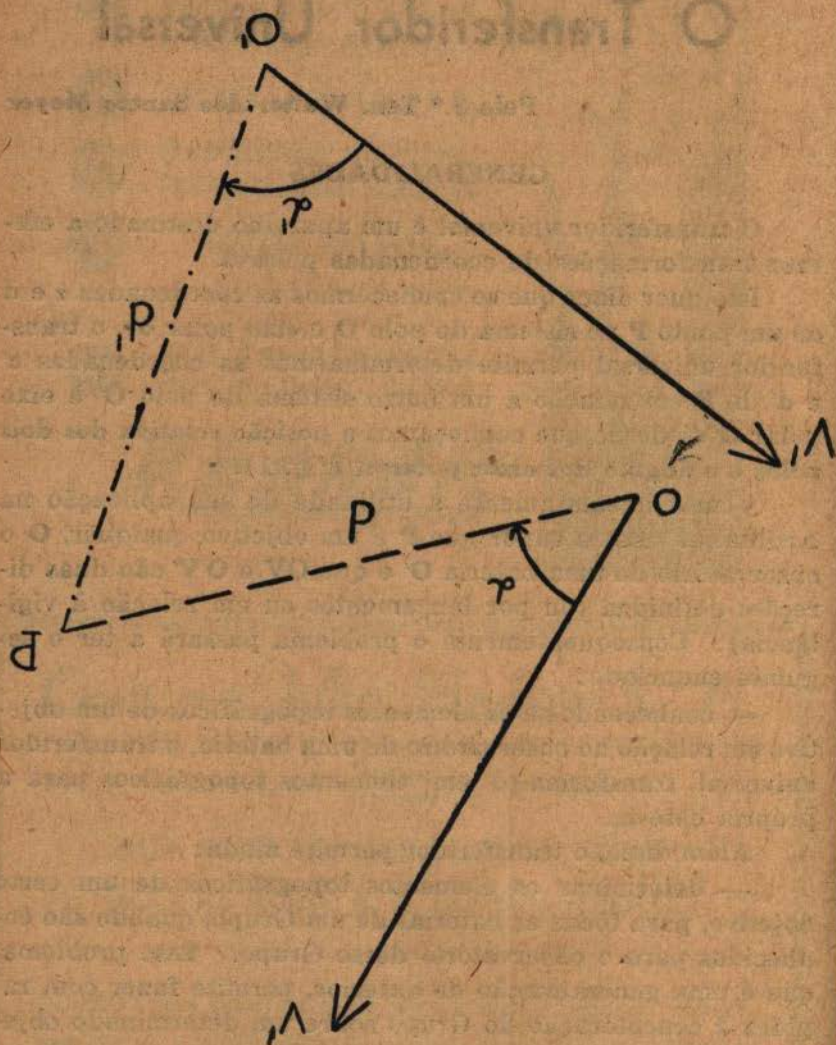
— conhecendo-se os elementos topográficos de um objetivo em relação ao observatório de uma bateria, o transferidor universal transforma-os em elementos topográficos para a própria bateria.

Além disso, o transferidor permite ainda:

— determinar os elementos topográficos de um certo objetivo, para tôdas as baterias de um Grupo, quando são conhecidos para o observatório dêsse Grupo. Esse problema, que é uma generalização do anterior, permite fazer com rapidez a concentração do Grupo sobre um determinado objetivo;

— designar, por suas coordenadas polares, para um observatório **O₁**, um objetivo visto de outro observatório **O₂**, resolvendo assim o difficil e delicado problema da designação de objetivos.

Pode ser utilizado com sucesso no tiro contra objetivos fugazes.



E' evidente que poderíamos obter todos os elementos desejados, locando o objetivo, os polos e os eixos polares sôbre uma prancheta, porém o transferidor simplifica as construções gráficas.

CONSTRUÇÃO

O aparelho compõe-se de um retângulo graduado lateralmente em milésimos. No centro, que materializa o polo, gira uma régua graduada numa escala convencional. Ela é de 1:20.000 para a Artilharia de 75 (no outro bordo pode-se graduá-la na escala de 1:50.000). A reta que liga o centro à origem da graduação milesimal materializa o eixo polar. (fig. 2).

O retângulo pode ser uma folha de papel milimetrado de 30x20 cm. A graduação comportando 1000'' para cada lado é suficiente. Pode-se fazê-la de 10 em 10'' até 700'' e de 20 em 20'' de 700 a 1000''. A régua será de cartolina ou celuloide, graduada de 50 em 50 m, quando a escala fôr de 1:20.000. Depois de graduado o papel milimetrado, cola-se-o em papelão e, sendo possível, cobre-se-o com celuloide para evitar sujar e permitir apagar com facilidade os traços de lapis.

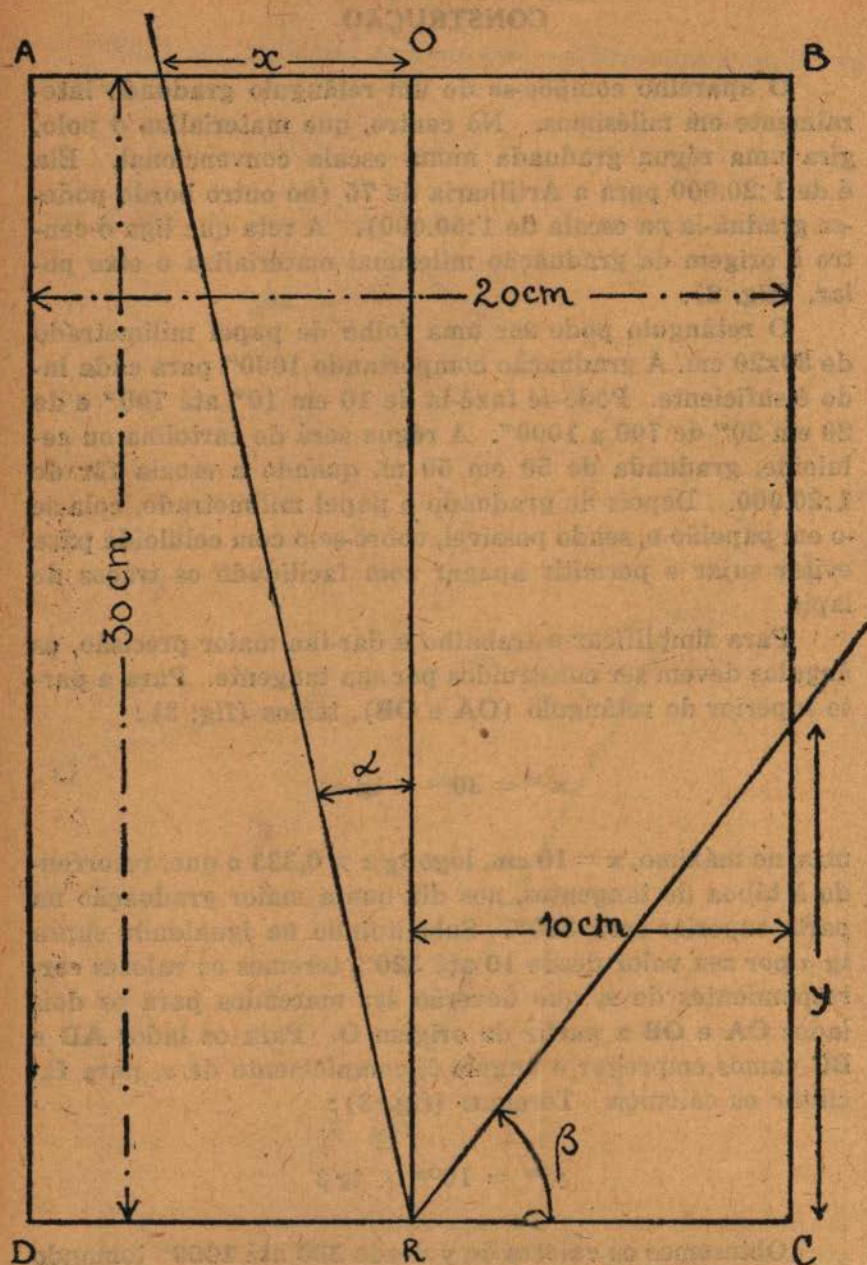
Para simplificar o trabalho e dar-lhe maior precisão, os ângulos devem ser construídos por sua tangente. Para a parte superior do retângulo (OA e OB), temos (fig. 3):

$$x^{Cm} = 30^{Cm} \times \operatorname{tg} \alpha;$$

mas, no máximo, $x = 10$ cm, logo $\operatorname{tg} \alpha = 0,333$ o que, recorrendo à táboa de tangentes, nos diz que a maior graduação na parte superior será 320''. Substituindo na igualdade supra $\operatorname{tg} \alpha$ por seu valor desde 10 até 320'', teremos os valores correspondentes de x , que deverão ser marcados para os dois lados OA e OB a partir da origem O. Para os lados AD e BC vamos empregar o ângulo β , complemento de α , para facilitar os cálculos. Teremos (fig. 3):

$$y^{Cm} = 10^{Cm} \times \operatorname{tg} \beta$$

Obteremos os valores de y desde 330 até 1000'' tomando os valores de $\operatorname{tg} \beta$ para β compreendido entre 1270''



(1600 — 330) e 600'' (1600 — 1000). E' claro que os valores de y serão marcados sôbre os lados **AD** e **BC** a partir de **D** e **C**.

O quadro abaixo fornece os valores de x e y em cm. desde 10 até 1000''.

Nota — Hoje já se encontra à venda um transferidor universal feito em metal, marca "Songadir".

EMPREGO

O emprego do transferidor universal é facilimo. Para melhor compreendê-lo, vamos estudar a solução teórica do problema.

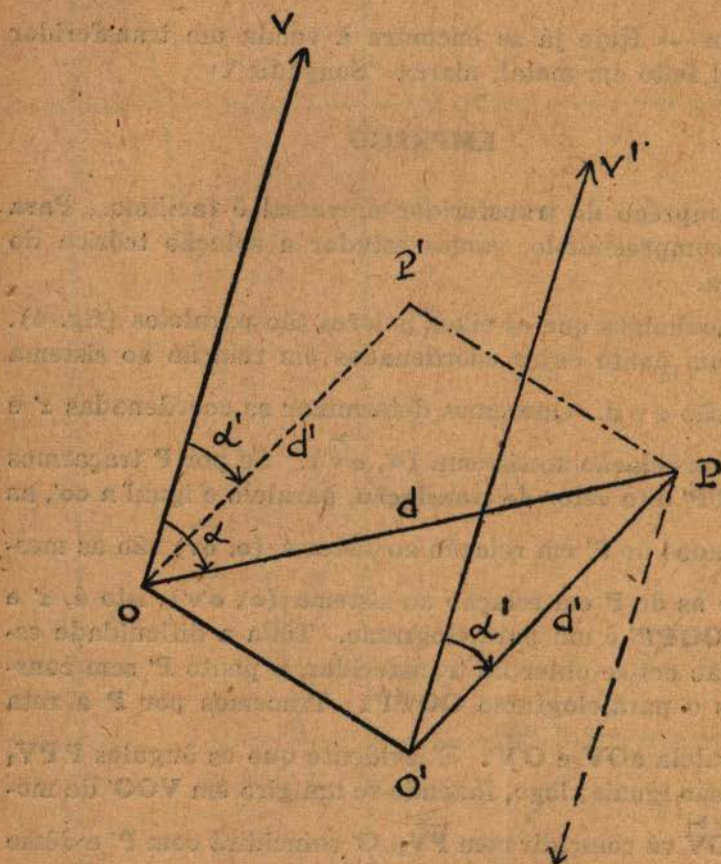
Suponhamos que os eixos polares são paralelos (fig. 4). Seja **P** um ponto cujas coordenadas em relação ao sistema $(o, \vec{ov})$ são α e d . Queremos determinar as coordenadas α' e d' de **P** em relação ao sistema $(o', \vec{o'v'})$. Se por **P** traçarmos o vetor **PP'** dito **vetor de translação**, paralelo e igual a $\vec{oo'}$, as coordenadas de **P** em relação ao sistema $(o, \vec{ov})$ são as mesmas que as de **P** em relação ao sistema $(o', \vec{o'v'})$, isto é, α' e d' , pois **OO'PP'** é um paralelogramo. Toda a dificuldade estará então em se obter no transferidor, o ponto **P'** sem construirmos o paralelogramo **OO'PP'**. Tracemos por **P** a reta $\vec{PV}_1$ paralela a $\vec{OV}$ e $\vec{O'V'}$. E' evidente que os ângulos $\angle P'PV_1$ e $\angle VOO'$ são iguais; logo, fazendo-se um giro em $\angle VOO'$ de modo que $\vec{OV}$ vá coincidir com $\vec{PV}_1$, **O'** coincidirá com **P'** e dê-se modo obtem-se o ponto **P'** no transferidor.

Na prática procedemos do seguinte modo:

1.º — sôbre um papel calco loca-se a figura **VOO'** na mesma escala do transferidor (escala da régua) (fig. 5);

2.º — loca-se no transferidor, o ponto **P** por suas coordenadas α e d (α na graduação milesimal e d na régua) (fig. 6);

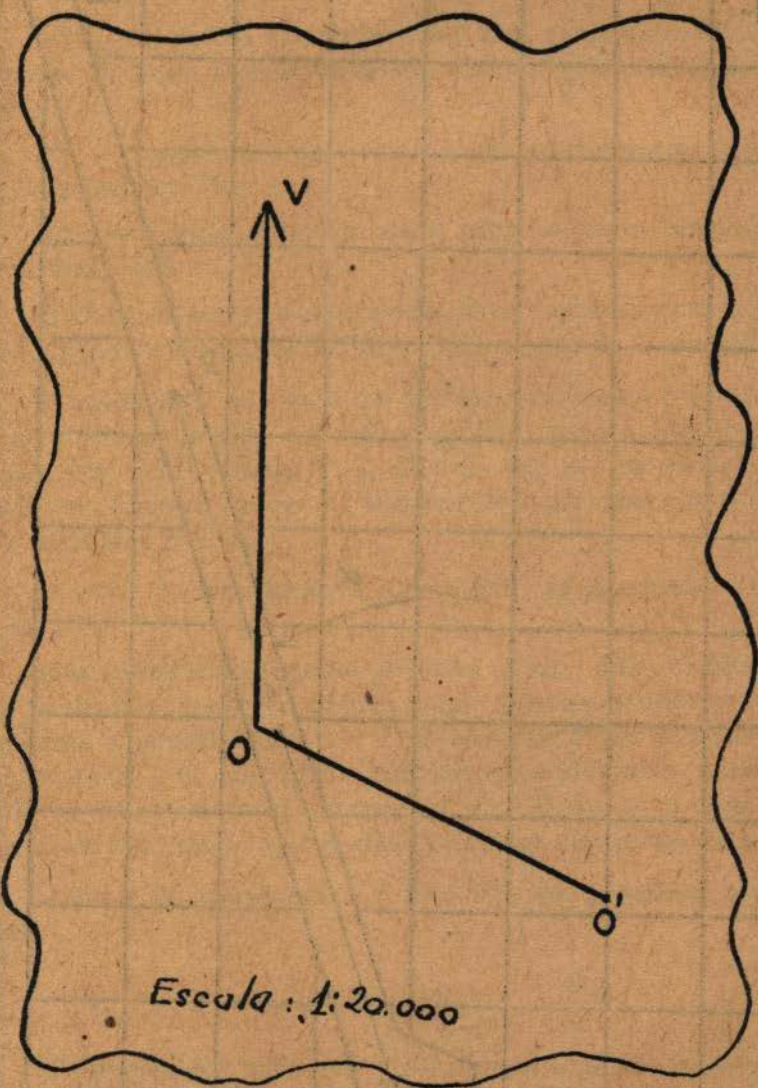
3.º — sôbre o ponto **P** coloquemos o calco de **VOO'** de modo que $\vec{OV}$ fique paralelo ao eixo polar e em sentido contrário (fig. 7);



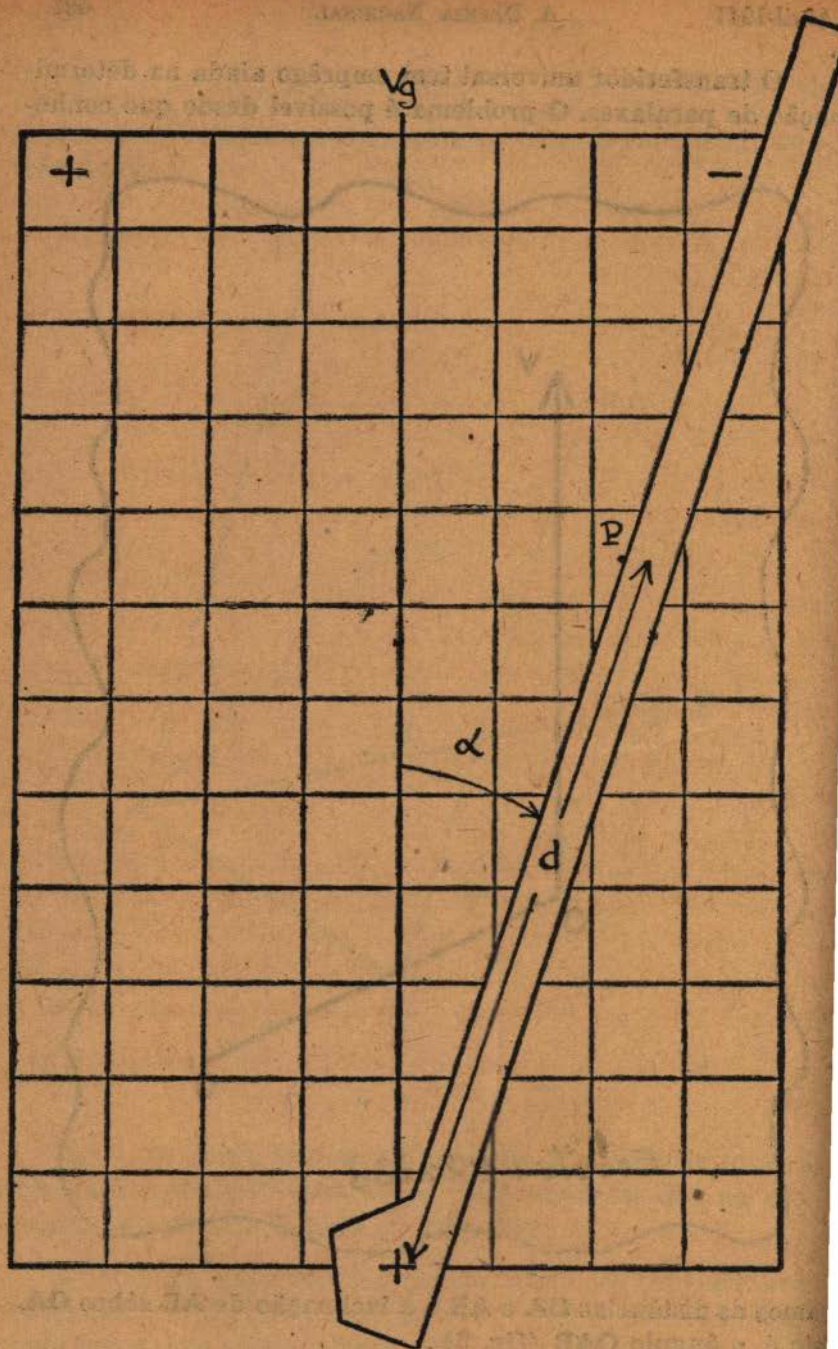
4.º — O ponto **O'** está no lugar de **P'**; basta deslocar a régua até o ponto **O'** e lêr sôbre ela a distância **d'** e na gradação millesimal o ângulo α' . (fig. 7).

Quando os eixos polares não são paralelos proceder-se-á análogamente, bastando corrigir o valor de α' do ângulo formado pelos dois eixos polares. (fig. 8).

O transferidor universal tem emprêgo ainda na determinação de paralaxes. O problema é possível desde que conhe-



amos as distâncias **OA** e **AB** e a inclinação de **AB** sobre **OA**,
to é, o ângulo **OAB** (fig. 9).



Na prática a ordem de operações é:

1.^o — num papel calco traça-se a figura **OAB** de modo que **AB** esteja na escala do transferidor;

2.^o — faz-se **OA** coincidir com o eixo polar de modo que o ponto **A** fique a uma distância **OA** do polo (medida na régua);

3.^o — basta deslocar a régua e lêr na graduação milesimal a paralaxe. (fig. 10).

Em particular, a leitura feita sobre a régua dar-nos-a a distância **OB**.

O transferidor universal pode servir também para a determinação da constante de observação (vetor de translação).

E' necessário que haja no terreno, um ponto visível ao mesmo tempo da Bia. e do observatório, para que se possa medir suas coordenadas **P** (α , **d**) e **P**₁ (α_1 , **d**₁) em relação a cada um. Loca-se depois, no transferidor, por suas coordenadas os pontos **P** e **P**₁.

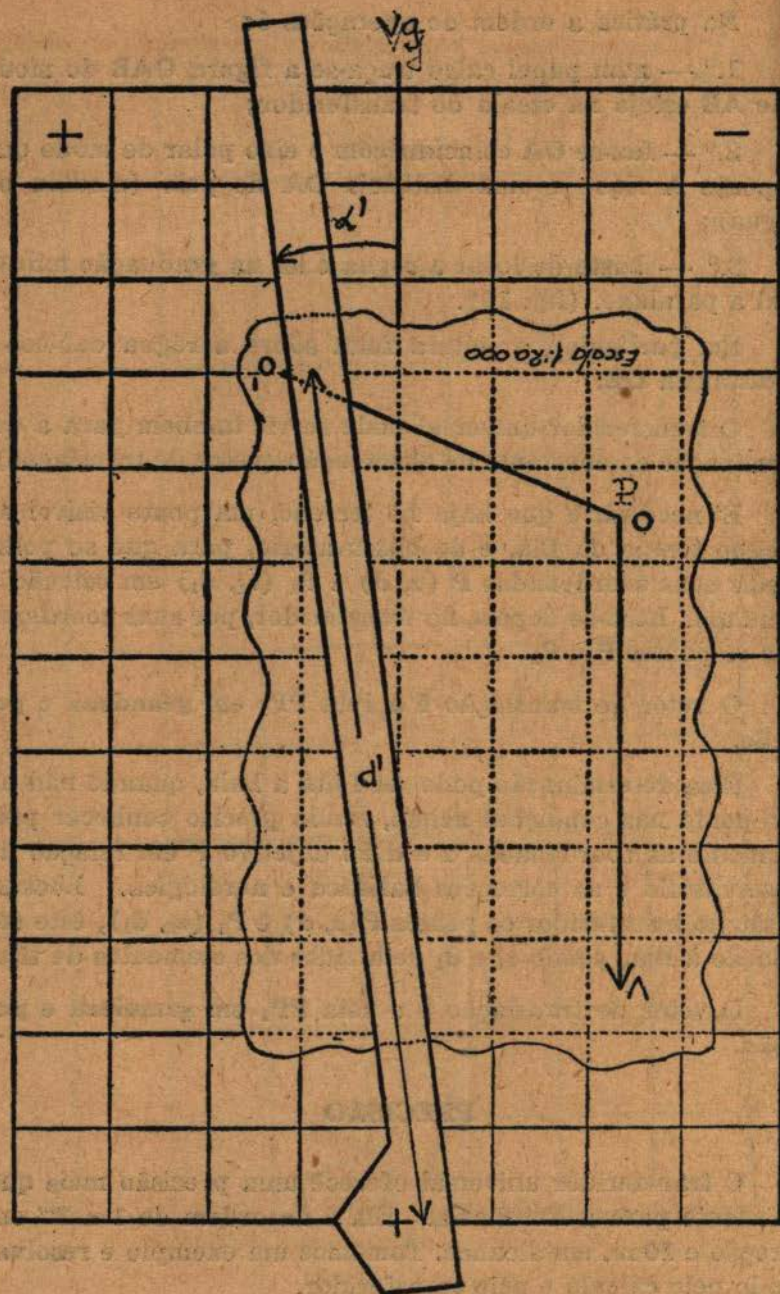
O vetor de translação é a reta **PP**₁ em **grandeza e posição**.

Essa determinação pode ser feita a bala, quando não há um ponto nas condições acima, sendo preciso conhecer previamente as coordenadas α e **d** do objetivo **P** em relação ao observatório e as correções balística e aerológica. Loca-se então no transferidor os pontos **P**(α , **d**) e **P**₁ (α_1 , **d**₁), êste em relação à Bia., sendo α_1 e **d**₁ deduzidos dos elementos de tiro.

O vetor de translação é a reta **PP**₁ em **grandeza e posição**.

PRECISÃO

O transferidor universal oferece uma precisão mais que suficiente para a Artilharia. Ela é da ordem de 1 a 3''' em direção e 10 m. em alcance. Tomemos um exemplo e resolvamo-lo pelo cálculo e pelo transferidor.



— “As coordenadas polares da Pd em relação ao observatório da Bia são:

$$\begin{cases} \alpha = + 2377'' \\ d = 720 \text{ m.} \end{cases}$$

Dado o objetivo:

$$\begin{cases} \alpha = + 150'' \\ d = 3750 \text{ m,} \end{cases}$$

determinar os elementos para a Pd batê-lo”.

Resolvendo pela geometria analítica, encontramos para elementos topográficos da Pd:

$$\begin{cases} \alpha' = + 7'' \\ d' = 4207 \text{ m.} \end{cases}$$

Com o transferidor universal “Songadir” obtemos:

$$\begin{cases} \alpha' = + 8'' \\ d' = 4210 \text{ m.} \end{cases}$$

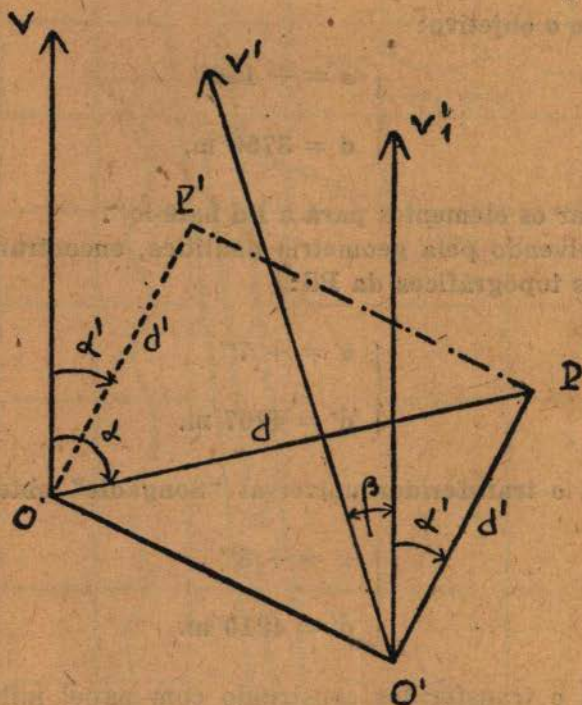
Com o transferidor construído com papel milimetrado obtemos:

$$\begin{cases} \alpha' = + 6'' \\ d' = 4200 \text{ m.} \end{cases}$$

Como vemos, os erros absolutos em direção e alcance são $1''$ e 3m — (para o transferidor “Songadir”) — o que nos

dá um erro relativo em alcance de aproximadamente $\frac{1}{1.400}$.

tres e meia vezes menor que o desvio provável teórico, que é de cerca de $\frac{1}{400}$ do alcance. Quanto à direção é suficiente lembrar que só a direção pode ocasionar desvios da ordem de 2".



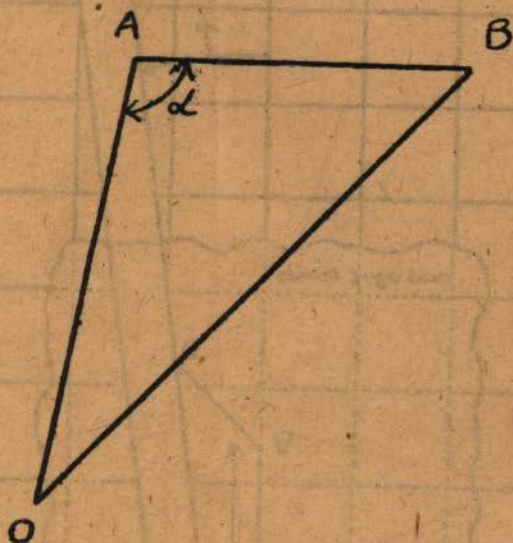
A seguir, dois exemplos com as respectivas respostas.

1.º — “De um observatório O_1 localizou-se um objetivo em

$$\left\{ \begin{array}{l} \text{Vig} - 430'' \\ d = 2300 \text{ m.} \end{array} \right.$$

Com que elementos será designado para um observatório se as coordenadas de O_1 em relação a O_2 são

$$\begin{cases} \text{Vig} + 1800'' \\ d = 2600 \text{ m.} \end{cases}$$



os lançamentos das vigilâncias de O_1 e O_2 são respectivamente $4900''$ e $4550''$?

Resposta:

$$\begin{cases} \text{Vig} + 412'' \\ d = 2470 \text{ m.} \end{cases}$$

2.º — “As coordenadas das Pd. das Bias. de um Grupo relação ao seu observatório são:

$$\begin{cases} \text{Vig} + 3550'' \\ d = 2800 \text{ m} \end{cases} \quad \text{Pd}_2 \quad \begin{cases} \text{Vig} + 3180'' \\ d = 950 \text{ m} \end{cases} \quad \text{Pd}_3 \quad \begin{cases} \text{Vig} + 2760'' \\ d = 2550 \text{ m.} \end{cases}$$

Nesse ponto a passagem por navegação se faz sob o fogo da artilharia, mas em melhores condições, pois às 9 horas a D.I. tinha 5 batalhões na margem direita.

12 horas — A tentativa de lançamento da ponte em Mercadelli se frustra, pela ineficiência da cia. sap. 3/4, a qual falta capacidade profissional.

Ao cair da noite a 17.^a D.I. tem apenas 6 batalhões na outra margem, quando entretanto às 9 horas já tinha 5, o que parece indicar que a partir de 9 horas a navegação em Mercadelli sob o fogo da artilharia deu pouco resultado, prova certa de que quando a artilharia inimiga não está dominada, a passagem por navegação dá pouco resultado.

A notar que a essa hora os Italianos perderam os observatórios de vista direta sobre o rio.

Linha atingida na tarde de 15: Collesel della Madonna — Parochia di Nervesa.

Noite 15/16: E' retomado o lançamento da ponte de Mercatelli. No momento em que ia ficar terminada um pontão à deriva destruiu-a. E' recomeçada de novo, mas de madrugada ainda não estava pronta.

Jornada de 16: — Os aviões italianos e aliados mostrando-se ativos e os sapadores austríacos estando esgotados, abandona-se o lançamento da ponte. Posto ao abrigo o material continua-se a passagem por navegação (meio descontínuos).

Como entretanto quasi tôdas as forças e meios foram aplicados no lançamento da ponte, nesse dia apenas poud passar um batalhão.

Resultado a guardar porque mostra bem que a passagem por navegação sob o fogo só dá resultado com o emprego de vultosos meios, não só de pessoal como de material.

Noite 16/17 — Reinicia-se a construção da ponte. O esgotamento dos sapadores é tal que ela não poud ficar pronta antes do dia. Chega como reforço uma cia. sap. d. 11.^o C. Ex.

Jornada de 17 — Graças a êsse refôrço e apesar das paradas incessantes do trabalho impostas pela aviação inimiga, a ponte fica pronta à tarde.

Entretanto, pela manhã cãe a chuva que se prolonga durante todo o dia.

Breve a cheia faz sentir seus efeitos; a ponte, pouco depois de pronta é carregada por madeiras e corpos flutuantes de pontes destruídas, vindas de montante. Com a maior abnegação os sapadores conseguem salvar a maior parte do material e a passagem por meios descontínuos continua.

Noite de 17/18 — A meia noite a velocidade do rio atinge 4 metros por segundo.

Uma viagem redonda de pontão dura 2 horas e meia. Os pontos de passagem são batidos por artilharia de grosso calibre. Apesar disso, os sapadores, durante a noite, embora extenuados, conseguem fazer passar um regimento da 41.^a D. I.

Jornada de 18 de Junho — A cheia torna o lançamento de uma ponte quasi impossível e a passagem por navegação se efetua com grandes dificuldades. Além disso os cachinhos para **Montello** estão intransitáveis.

Não se pode pensar em continuar o ataque pela impossibilidade de levar para a margem oeste os reaprovisionamentos necessários para a continuação da progressão.

As águas do Piave continuaram a crescer até às 18 horas, quando principiaram a baixar.

Noite 18/19 e dia 19 — As mesmas dificuldades do dia 18.

Noite 19/20 — Reinicia-se o lançamento da ponte que fica pronta pouco depois de meia noite.

No dia 20, às 2 horas, ela foi destruída por um pontão, estando ancorado a montante, tocado por um obuz, desmontado à deriva. Salvo a maior parte do material, foi entretanto possível reconstruir a ponte.

Dia 20 — Nada de novo. À tarde é ordenada a retirada.

Das operações técnicas realizadas se conclue o seguinte:

1.º) Devido à reação da artilharia e aviação inimiga o lançamento das pontes de dia com uma cabeça de ponte de 2 a 3 kms. foi impossível, **embora os Italianos tivessem perdido os observatórios de vista direta sobre o rio;**

2.º) Pela mesma reação, a passagem por navegação teve um rendimento insuficiente; a cheia do rio ainda influiu;

3.º) As pontes foram destruidas à noite por corpos flutuantes;

4.º) Essa Divisão só dispoz de ponte durante 2 horas no decurso de um ataque de 6 dias.

b) Setor da 13.ª D.I.

Jornada de 15 de Junho. — Às 5 horas começa a passagem e logo são construidas pistas sobre as duas ilhas com material de circunstância; prontas às 12 horas.

12 h. 45 min. — Ponte terminada; passagem assegurada entre as 2 margens. Batida pela artilharia de longo alcance. Durante a construção o encontro da margem de partida é destruido e reconstruido.

14 h. 40 min. — A I.D. e 3 bias de montanha passaram. A partir, porem, das 14 horas a artilharia italiana bate com mais intensidade. Seu fogo, combinado com o das metralhadoras de avião, impede que passem 6 bias. de campanha (13.ª R.A.) e 3 bias. de obuzes que aguardavam a hora de passar. Essa hora é transferida para o cair da tarde.

16 h. 30 min. — A ponte é destruida por uma portada que, sem guarnição, desce à deriva, cortada a ancoragem por um obuz.

Linha atingida na tarde de 15: **Busa della Runa** e segunda posição ao N. de **Giavêra**, dista em média 4 kms. da margem do rio.

Noite de 15/16 — A ponte é reconstruida.

Jornada de 16 — 10 horas — a ponte, próxima à margem de partida, é cortada por uma bomba de avião. Devid

ao fogo quasi ininterrupto dos aviões e artilharia ela não poudeser reparada. A passagem por meios descontínuos é consideravelmente prejudicada pelas mesmas razões. As concentrações de fogos inimigos são facilitadas pela pequena extensão das praias de embarque. As bias italianas mais prejudiciais são as situadas ao Sul de **Vidor** e a S. W. de **Nervesa**; a artilharia austríaca só consegue neutralizar êsse fogo de um modo intermitente e restrito. Apesar-de tudo continúa a passagem por navegação.

Noite 16/17 — Nada de novo.

Dia 17 — Nas primeiras horas da manhã, com auxílio de uma cia. de sapadores, vindas também do 11.º C. Ex., consegue-se construir uma ponte volante.

À tarde, apesar da chuva e da cheia inicia-se a construção de uma ponte 90 metros a jusante; não foi terminada devido ao fogo da artilharia inimiga.

Noite de 17/18 — Apesar da cheia os sapadores austríacos conseguem lançar a ponte, terminada às 3 horas de 18, embora à meia noite a velocidade da corrente atingisse 4 metros por segundo.

Dia 18 — Pouco antes das 6 horas, a ponte do lado direito, **apesar do serviço de proteção** é carregada por madeiras e partes de pontes vindas à deriva. A maior parte do material perdeu-se.

A cheia, crescendo cada vez mais, obriga a desmontar a parte da ponte da margem esquerda. Nesse local a velocidade atinge 4,20 metros por segundo.

Noite 18/19, dia 19 — Nada de novo.

Noite 19/20 — Recomeça-se o lançamento da ponte, pronta às 4 horas.

Dia 20 — Às 12 horas dois lances da margem esquerda são destruidos por uma granada; às 15 horas a ponte está reparada.

A notar que foram necessárias três horas para reparar 2 lances (cêrca de 12 metros) no Thalweg.

Às 19 horas uma granada destróe um lance da margem direita, reparado aliás em pouco tempo.

Embora a ponte estivesse batida constantemente pelo fogo inimigo foi grandemente utilizada nos dois sentidos.

Na tarde de 20, foi ordenada a retirada. A 13.^a D.I., menos exposta aos fogos de flanco que a 17.^a e a 31.^a D.I. ponde melhor fazer sua passagem. Observações:

1.^a) A reação da artilharia e aviação inimigas impediu no dia 15 a passagem de uma quantidade de artilharia necessária à progressão do ataque, apesar da perda dos observatórios desde as primeiras horas dessa progressão;

2.^o) Essa mesma reação exercida sobre as praias de embarque, prejudicou seriamente a passagem por navegação;

3.^o) As pontes foram destruídas por corpos flutuantes de madrugada e em pleno dia apesar do serviço de proteção;

4.^o) Essa Divisão só dispoz de ponte durante trinta a quarenta horas no período de 6 dias, embora no primeiro dia, sua progressão tenha sido de 4 quilômetros.

c) Setor da 31.^a D.I..

15 de Junho — O material em depósito próximo a **Villa Matta**, às 5 h. 10 min., esteve em perigo de destruição por um fogo cerrado de artilharia. O oficial, encarregado da passagem por navegação nesse ponto, toma a responsabilidade de lançar o material náguas antes da hora marcada na ordem (isto é, meia hora antes) e leva os pontões para o braço principal do lado da margem inimiga, porque a Infantaria deve passar em botes nos outros braços do lado da margem esquerda.

A Infantaria, apesar da oposição dos sapadores, precipita-se com muita pressa nas embarcações, o que faz algumas delas sossobrem.

No braço do meio, a passagem deve fazer-se em uma ponte volante de um pontão.

A construção é prejudicada pelo atropelo da Infantaria. Por essas diversas razões a chegada das tropas no braço principal é retardada, o que deu ocasião a que os pontões nesse local fossem destruídos antes de utilizados.

Apesar, entretanto, do fogo violento do inimigo até 9 h. 30 min., efetua-se a passagem por navegação.

Como aconteceu com a 17.^a D.I. ela em seguida parou nesse local e foi transportada para a outra praia de embarque a Leste de **Falzé** onde a passagem se fez segundo as previsões.

Entretanto tôdas as tentativas de lançamento de ponte foram frustradas devido ao fogo da artilharia inimiga.

Durante a jornada, parte das tropas passa por navegação, parte pela ponte da 13.^a D.I..

Na tarde de 15, a 31.^a D.I. atinge a linha **Agostini** e a região a W. de **Collesel della Sotta**.

Noite de 15/16 e dia 16 — Não houve alteração.

Noite de 16/17 — No fim do dia 16 e no começo da noite retomou-se o lançamento da ponte.

Recorreu-se aos cavaletes de 2 pés, não só para economizar os pontões, como porque os cavaletes são menos vulneráveis.

O trabalho é grandemente prejudicado pelo fogo de metralhadoras e bombas dos aviões voando baixo.

Vários pioneiros foram mortos e dois pontões afundados. A ponte fica pronta às 4 horas da manhã. É um belo resultado porque a ponte tinha 180 metros, contando 27 lances e o rio era algo difícil, sobretudo no thalweg.

Dia 17 de Junho — Passam 4 Regimentos, parte na ponte, parte por navegação.

Apesar da cheia a ponte é mantida em serviço todo o dia. Entretanto a passagem de 4 Regimentos somente, é rendimento fraco para uma jornada, o que prova que o fogo inimigo foi eficaz e prejudicial.

Noite de 17/18 — A cheia mostra-se ameaçadora para a ponte. Recolhem-se as 2 partes sobre os dois braços da margem esquerda. No dia 18 à hora zero, a água atinge o taboleiro. Velocidade da corrente 4m,20 por segundo.

A parte da margem direita é levada pela cheia e o material perdido em grande parte. Apesar disso os sapadores

ensaiam reconstruir a ponte, não o conseguindo devido ao fogo inimigo.

Muitos pontões atingidos por obuzes, afundam-se. A passagem por navegação continua; a viagem de ida e volta dura 3 horas e meia.

Jornada de 18, noite 18/19 e dia 19 — Nada de novo. Passagem por navegação.

Noite 19/20 — Ao cair a noite inicia-se o lançamento da ponte.

Dia 20 — Pelas 6 horas, a ponte sobre cavaletes está quasi pronta. Faltam somente três lances, quando ela é destruída por um pontão que, fazendo o serviço de vai-e-vem à montante, é arrastado à deriva.

Na tarde de 20, chega a ordem de retirada.

Observações sobre as operações técnicas da 31.^a D. I.:

1.º) A ação da artilharia inimiga impediu o lançamento da ponte durante o dia (15), mas não o conseguiu à noite. A cabeça de ponte conquistada nesse dia é da ordem de 2 a 3 kms.

2.º) A manutenção em serviço de uma ponte de cavaletes, apesar da cheia e em uma correnteza violenta, parece em contradição com os princípios regulamentares. (Eles só prevêm o emprêgo dos cavaletes em rios de correnteza e profundidade inferiores respectivamente a 2 m. e 2m,50).

3.º) No dia 15, em **Villa Matta**, a reação da artilharia obrigou a renunciar à passagem por navegação;

4.º) A cheia obrigou à renunciar às pontes (de cavaletes e de pontões);

5.º) As pontes de cavaletes não resistem melhor que os de barcos aos corpos flutuantes;

6.º) Essa Divisão só dispoz de ponte durante 20 horas em um período de seis dias de ataque.

RETIRADA

A ordem de retirada, dada a 20, determina que o re-
traimento de tôdas as tropas e todos os meios seja feito em segredo e por isso impõe a passagem do rio à noite.

Mas a falta de material, as dificuldades do rio, a reação do inimigo, o exgotamento dos pioneiros, impedem, que ela se faça em uma noite somente. Por isso haverá um momento em que o 24.º C. Ex. estará em uma situação crítica. Felizmente, porém, para ele, faltará vigor à pressão aliada. Sob o ponto de vista técnico a operação passou-se assim:

Setor da 17.ª D. I.:

Noite de 20/21 — Para poupar material não se lançou ponte; a passagem fez-se por navegação.

Dia 21 — Nada a assinalar. Provavelmente foram feitas poucas viagens para não alertar o inimigo.

Noite de 21/22 — Às 20 horas de 21 inicia-se o lançamento da ponte; pronto às 2 h. 30 min. de 22.

A ponte foi lançada por uma nova companhia, vinda de refôrço à 2/52. Trabalho feito sob o fogo ininterrupto da artilharia e sob gases durante hora e meia.

A ponte foi utilizada até ao clarear; nesse momento fez-se-lhe um corte para não atrair o fogo.

Dia 22 — Poucos movimentos. Artilharia e aviação inimigos muito ativos sobre as passagens.

Noite de 22/23 — Ponte restabelecida a partir de 22 horas passagem de tôdas as tropas, em formação de marcha por companhia.

23 de Junho — 5 horas — A ponte é recolhida; tôdas as tropas estão na margem esquerda.

Durante as 3 noites de retirada, essa Divisão dispôs de uma ponte durante cêrca de 15 horas, isto é, durante tempo maior que nos 6 dias de ataque. Esse fato indica que a reação foi menor e que os aliados deixaram-se levar pela astúcia de uma ponte cortada durante o dia para não atrair o fogo.

De mais os acidentes provocados por corpos flutuantes, descendo à deriva, por ocasião do ataque não se repetiram, provavelmente porque havia menos material em navegação e portanto menores riscos. Também não havia cheia.

Setor da 13.^a D.I.:

Noite de 20/21 — Todo o material sôbre rodas do 24.^o C. Ex., em particular artilharia montada e frações de artilharia de montanha passam para a margem esquerda, na ponte existente, que é ainda grandemente utilizada no dia 21 e noite de 21/22.

Às 4 h. 45 min. de 22 a ponte é destruída por um pontão, descendo à deriva, cuja amarra fôra cortada por um obuz. A passagem continuou por navegação.

Foi impossível reconstruir a ponte por causa das grandes perdas de material havidos no dia 22, no qual a artilharia e a aviação mostraram-se muito ativas. A passagem terminou por navegação. Essa Divisão dispôs de ponte durante quarenta horas.

Setor da 31.^a D.I.:

Noite de 21 de Junho — Os sapadores exgotados e reduzidos a alguns sobreviventes podem apenas manter a passagem por navegação, que se prolonga até o dia 23.

A assinalar que três bias. de montanha são transportadas; os cavalos passam a nado, acompanhando as embarcações.

Com a correnteza de 3 m/segundo, como o refere o relatório austríaco, êsse resultado recomenda os sapadores austríacos.

Nesse Setor passou-se o último episódio dessa operação.

Dois pontões navegam para a margem inimiga para recolher alguns austríacos, que se pensou reconhecer. Os pontões são recebidos por fogo de metralhadoras e 7 sapadores, dos 10 que compunham a equipagem, foram mortos.

A respeito das operações da passagem do **Piave**, o Gen., que comandava os sapadores austríacos disse em seu relatório:

“Sem dúvida, há poucos exemplos na História de uma passagem, realizada em condições tão difíceis e na qual a segurança das pontes, esteve tão ameaçada de múltiplas e incessantes maneiras.

Só o serviço de vigilância das pontes exigia, não só sob o ponto de vista moral como físico, os maiores esforços dos sapadores, que corajosa e fielmente, cumpriram sua difícil missão, que os absorveu até ao esgotamento, portando-se como verdadeiros heróis”.

Certo, todos os Países podem encontrar, nos altos feitos d'armas de sua história, belos exemplos de devotamento de seus sapadores, rendamos, porém, justiça aos sapadores austríacos e reconheçamos que nessas circunstâncias fizeram jús aos elogios de seu general.

Ensinaamentos a tirar da passagem do Piave:

a) As 2 Divisões das alas, submetidas a fogos de flanco, tiveram dificuldades maiores que a Divisão do Centro. E' certo que a frente de 8 kms. não devia ter sido admitida se os flancos não estivessem protegidos contra a artilharia italiana, isto é, que a preparação austríaca de artilharia de grande densidade devia largamente desbordar a zona de passagem.

Podemos então concluir que, em uma passagem de rio, os tiros de destruição e de contra-bateria da artilharia deverão se estender largamente além dos flancos do setor de ataque.

b) A superioridade do fogo da artilharia e o domínio do ar devem ser quasi absolutos da parte do assaltante, sem o que ficará na impossibilidade de passar meios suficientes para alimentar o ataque.

A passagem por navegação, empregada para escapar ao fogo, é uma ilusão e dará sempre um rendimento insuficiente.

Há duas hipóteses a considerar: 1.^a) há superioridade de fogo (terra e ar) suficiente para permitir o lançamento das pontes, tudo mascarado aliás por uma cortina de fumaça, e então a passagem dos meios para a continuação do ataque se poderá fazer, com a condição aliás que a quantidade do material de pontagem tenha sido proporcionado ao **débito hora** a fornecer aos engenhos de fogo e à tropa; 2.^o) a superioridade de fogo é insuficiente e então o ataque

fracassará, desde que o defensor seja forte e possa trazer as reservas.

Não é com passagem por navegação que se poderá alimentar uma batalha, na qual no primeiro golpe não se tenha obtido superioridade no ar e na terra.

Poder-se-á objectar que um meio de reduzir o débito necessário consistiria em continuar a batalha por meio dos carros de combate em lugar do apôio da artilharia.

Sem exagerar, diremos que os carros não se engajam em todos os terrenos. Como os infantes, êles exigem uma protecção pela artilharia, sua acção em massa requer vultoso aprovisionamento. Se a superioridade de fogo não tiver sido suficientemente realizada, os carros não darão a solução do problema, porque, como vimos, a passagem por navegação, em tal situação, é de pequeno rendimento.

Demais, a intervenção dos carros não diminúe a necessidade e a obrigação de fazer os T.C. seguirem a Infantaria, desde que a progressão ultrapasse 3 a 4 quilômetros.

No **Piave**, êsses T.C. não puderam seguir e a batalha foi conduzida pelos Austríacos, em grande parte com meios tomados ao inimigo.

Assim antes de ver a solução no emprêgo dos carros, estudemos casos concretos baseados na batalha vivida.

c) O esforço a pedir aos sapadores na passagem de um rio é tal que não se póde prever reservas, nem economizar as suas forças.

Em todo o caso é perigoso, em uma guerra, usar prematuramente as tropas de Engenharia bem instruidas durante a paz, porque difficilmente se as substituirá durante a guerra. Meditemos no exemplo do não lançamento de uma ponte, por falta de valor profissional de pioneiros de nova formação.

d) **Em um rio de corrente rápida** a protecção das pontes é o problema mais difficil do sapador.

No futuro parece quasi impossivel resolvê-lo desde que não se tenha superioridade de fogo no ar e em terra, dia e noite. Com efeito é de esperar que o inimigo lance no rio, de dia e muitas vezes de noite, massas de bombas, por mi-

nenwerfer, aviões ou talvez mesmo por canhões, e suscetíveis de se transformar, caindo náguas, em minas flutuantes.

Todos os processos de proteção, ora preconizados pelos regulamentos, são illusórios.

As estacadas pedem um tempo infinito para a sua construção e poderão ainda ser destruídas pelas primeiras minas que as toquem.

Os pescadores de minas em embarcações motorizadas serão impotentes à noite para pescar engenhos, que geralmente não serão vistos e que serão em grande número.

A melhor proteção das pontes contra as minas flutuantes será a substituição, o mais rapidamente possível, dos suportes flutuantes pelos fixos, que oferecem muito menor superfície a êsses engenhos.

e) A quantidade de material necessário para a transposição de um grande rio é formidável, primeiro porque é preciso operar em uma grande frente e depois porque a batalha moderna exige um minimum de débito, abaixo do qual não se pode esperar sucesso contra um inimigo manobreiro e não ainda desmoralizado.

Sob êsse ponto de vista interessa o quadro abaixo:

Capacidade de transporte em algumas passagens

Rio	Largura	Frente de ataque no rio	Densidade por kilom. de frente	Operações correspondentes
Reno	250 m.	18 km.	1.5 Eq.	MOREAU contra os austríacos (1796)
<	<	8 a 10 km.	1,5 a 2 Eq.	< < < < (1797)
Limmat	100 a 150 m.	2 km.	2	MASSENA contra os russos em 1799 (oper. principal)
Danubio	150 a 180 m.	8 a 10 km.	3	Wagran (1809)
Duna	350 m.	10 a 12 km.	2	Riga (1917)
Piave	250 a 320 m.	45 km.	2	Conjunto de operação de Junho de 1918
<	< <	8 a 10 km.	2	Ataque a MONTELLO
Marne	60 a 70 m.	15 km.	1,5	15 de Julho de 1918
Piave	70 a 80 m.	1 km.	2	Outubro de 1918

Constatamos que, no decurso da guerra 1914-1918, as passagens de rio feitas com uma densidade por km. de 2 equi-

pagens de ponte (material regulamentar ou de requisição) só tiveram êxito, quando o adversário, por falta de meios e de reservas, não poudé reagir, isto é, quando de fato foram realizadas condições análogas àquelas que permitiram sucesso durante a Revolução e o Império, como: pontos de passagem ao abrigo do fogo e realização imediata de uma progressão de profundidade modesta.

Situações semelhantes poderão aparecer em guerras futuras e poder-se-á esperar sucesso nas passagens de grandes rios.

Tôdas as vezes, porem, que o defensor poudé, apesar do esmagamento de sua posição de resistência reagir pela ação da aviação ou da artilharia de longo alcance, o assaltante não tem podido alimentar a batalha, por falta de rendimento no rio.

Em particular a 15 de Julho de 1918, no Marne, o sucesso obtido pelos Alemães não poudé desenvolver-se, embora a densidade de ocupação do setor defensivo pelos Aliados nada tivesse de excessivo.

Em todo o caso, pode-se dizer que embora, a história militar anterior a 1914, registre muito poucos exemplos de passagens de rio, tentadas sem êxito, no decorrer da guerra 1914-1918, as duas únicas passagens importantes, tentadas por surpresa ou de viva fôrça, entre adversários em posição do mesmo valor, não lograram resultado, apesar de meticulosa preparação em ambos os casos. De 5 passagens, 2 fracassaram, isto é, quasi 50 %. Não contamos nesse número operações secundárias, em frentes de Divisão, realizadas depois de 15-VII-1918 contra um inimigo, que deixava de o ser.

NOTA — Em sua obra — **Passage des cours d'eau** —, o Cap. de Engenharia **Thival** assinala que de 98 passagens à viva fôrça, empreendidas por diferentes exércitos, 18 somente fracassaram, seja um quinto. Êsses fracassos foram imputados a acidentes, a êrros cometidos, a insuficiência das disposições tomadas pelos assaltantes. O insucesso alemão no Marne, em 15 de Julho não entra nessa categoria”.

CONCLUSÃO

A batalha de Montello é uma operação interessante a estudar; infelizmente constitue a menor parte do ataque austriaco de Isonzo.

Tal como a apresenta o relatório austriaco, é entretanto muito atraente para os oficiais de Engenharia, muito edificante para o Comando.

Esse aí encontrará um magnífico exemplo dos esforços enormes pedidos aos sapadores nas operações dessa natureza. Daí a necessidade de não empregá-los senão em sua especialidade, para reservá-los para casos tais. Importa também que o Comando conheça as possibilidades técnicas da Engenharia para não pedir-lhe trabalhos superiores às suas possibilidades.

FREZAS

Todos os tipos

e tamanhos



Caixa Postal 1094

ALM & HEINRITZ

SÃO PAULO

ALARGADORES

COSSINETES

MACHOS

ARTIGOS NACIONAES QUE SUBSTITUEM EM QUALIDADE OS EXTRANGEIROS

ALBERTO D'ALMEIDA & C.

TELEPHONES:

ESCRITORIO 23-6256
 ARMAZEM 23-0265
 EXPEDIÇÃO 23-5764
 DEPOSITO 43-0650

Importadores de:

Ferragens, Metaes, Cutelarias,
 Objectos para Cosinhas, Tintas,
 Oleos e Artigos semelhantes

CAIXA POSTAL N. 921

Endereço Telegraphico:

"GRANDEVITY"

COGIGOS
 RIBEIRO E BORGES

Rua da Alfandega, 121 a 125
 Rua Urugayana, 126 — Rio de Janeiro

ESTAMPARIA
1924



"CARAVELLAS"
1939

O. R. MÜLLER & CIA. LTDA. - S. PAULO

RUA CARAVELLAS N. 26 - CAIXA POSTAL, 1155

TEL: 7-2542



BISNAGAS PARA DENTIFRICIOS DE:
ALUMINIO
ESTANHO
CHUMBO

CHUMBO ESTANHADO

LAMINAÇÃO DE ALUMINIO "ALCADUR"

PAPEIS DE ALUMINIO PARA CHOCOLATES.
BONBONS, CIGARROS, ETC.

CAPSULAS DE ALUMINIO PARA GARRAFAS
PATENTE ALU-VIN

FORNECEORES DOS MAIORES LABORATORIOS DO PAIZ

Montes, Cruz & Cia. Ltda.

Louça Sanitaria - Banheiros de luxo - Ladrilhos
de granito - Fogões - Aquecedores - Materiais de
Construção - Azulejos brancos, de cores, paineis
coloniaes e ceramica vista alegre

127, Rua Frei Caneca, 131 - Fones: 22-9431 - 22-6360

Caixotaria Brasil Ltda.



RUA GENERAL CAMARA, 313
Rio de Janeiro

Srs. Oficiais! Ido viajar?

Procurai a "Caixotaria Brasil"

Trabalha 90 % para militares

Centenas de alistados:

Engradamento de moveis, cristais, louças etc...

Encarrega-se de embarque e despacho

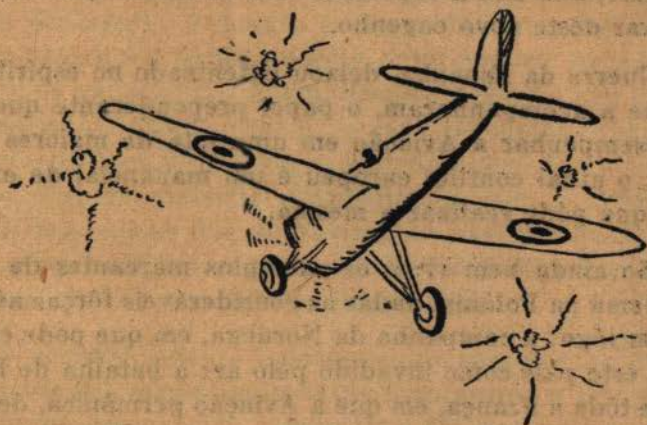
Orçamento sem compromisso

Rua General Camara, 313

Fone 43-4339

Defesa Contra Aeronaves

Pelo Cap. JOSE' CAMPOS DE ARAGÃO



RESUMO HISTÓRICO — PAPEL E MEIOS DA D.C.A.

Não era possível esperar mais dias, pela criação da D. C. A. no Brasil; felizmente, os órgãos competentes, a quem cabem a solução do problema de tal envergadura, ante a clarevidência dos fatos, têm com especial desvêlo, dado o apôio incondicional que acelera no momento num ritmo pouco vulgar, a complexa organização que comporta a defesa anti-aérea do país.

Ao par de poderosíssimas características de arma de guerra, a Aviação veio revolucionar e nortear para quadrantes bem diferentes, a feição e o desenrolar da contenda entre beligerantes de hoje.

Em ação pela primeira vez nos dias tenebrosos de 1914, foi inicialmente um meio precioso de informação, pela faculdade de transpor as frentes em contacto; pouco a pouco, mostrou-se cada vez mais eficiente:

- prolongando a ação da artilharia,
- cooperando no combate,
- agindo pela ação de bombas e metralhadoras, atacando tropas no solo, etc., para no fim da Grande Guerra, constituir, não mais uma interrogação o seu potencial de arma de combate, mas sim a expressão real do muito que se deveria esperar dêste novo engenho.

A Guerra da Espanha, deixou patenteado no espírito de todos que a acompanharam, o papel preponderante que poderia desempenhar a Aviação em uma luta de maiores proporções; o atual conflito europeu é um manancial de exemplos do que pôde realizar a mesma.

Estão ainda bem vivos os exemplos marcantes da conquista alemã na Polónia, dadas as consideráveis forças aéreas postas em jôgo; a campanha da Noruega, em que pode considerar-se êste país como invadido pelo ar; a batalha de Flandres e de toda a França, em que a Aviação germânica, desempenha sem discussão, papel preponderante; finalmente o atual aspecto da luta, em que de um lado a arrojada "Royal Air Force" se empenha a fundo nas ações de represálias e de destruição, e do outro, a violenta "Luftwaffe", a incendiar e esmagar pelo bombardeio, centros industriais, bases navais, cidades e mais cidades, do outro lado da Mancha.

Mas, "A toda ação corresponde uma reação..."; é ainda nesta lei sábia do grande Newton, que se vai buscar a explicação lógica de serem encontrados os artilheiros franceses em 1906, ensaiando os primeiros passos, para o tiro contra aeronaves. Mal acabava o extraordinário Santos Dumont, de crear a Aviação, e já a operosidade fecunda do soldado francês, dir-se-ia, numa autêntica super-visão do que significaria a conquista absoluta do ar, buscava os meios de combater tão perigoso engenho. Duas importantes experiências ficaram célebres em 1907, atirando oficiais franceses com canhões de campanha de 75 m/m., improvisados em anti-aéreos, contra balões. Absolutamente deploráveis foram os resultados da

primeira destas experiências, não apresentando qualquer conclusão quanto à possibilidade do tiro anti-aéreo; na segunda, ao contrário, os resultados foram animadores, e, deixou nitidamente patenteada a viabilidade de uma solução racional para o tiro contra aeronaves.

Como se acaba de verificar, nasceram quasi que simultaneamente a Aviação e a D. C. A.; entretanto, um argumento se faz necessário, é quanto à disparidade sempre crescente de evolução nos primeiros passos, entre ambas. Aquela esteve sempre na vanguarda. Assim, desde o primeiro ano da Grande Guerra a Aviação, tem já os seus elementos organizados, servindo de base ao emprêgo; enquanto que, entre os beligerantes nenhum material especializado para a defesa anti-aérea, servindo-se das improvisações momentâneas, em que cada executante empregava os métodos de tiro que bem entendiam e todos os artifícios imagináveis.

O registro sempre crescente dos sucessos da Aviação, veio mostrar a necessidade de ser emprestada à D.C.A., o papel importante que lhe reservava o futuro; na França e na Alemanha, o problema do tiro anti-aéreo é levado ao gabinete dos balísticos, que vão, finalmente, à luz do cálculo, apresentar os princípios básicos que regerão não só a técnica do tiro como também, orientar a construção do material a ser empregado no tiro contra aeronaves.

Justo, salientar-se a obra fecunda do cel. Eugenie Pagezy, auxiliado por elementos destacados da "Ecole d'Arnouville". A esta inteligência lúcida e disciplinada, que foi o Cel. Pagezy, cabe o mérito de ter creado os métodos e inventado a maioria dos aparelhos aplicados ao tiro.

Na França, em plena guerra, os progressos da D.C.A. são notáveis e somente no ano de 1918, a Artilharia Anti-Aérea conseguiu abater para mais de duzentos aviões inimigos. Ao terminar o conflito, progressos ainda maiores se tinham realizado não só na aparelhagem de tiro, como nos métodos e processos como eram executados.

Após a guerra, houve uma fase de verdadeira paralisação quanto à evolução do material anti-aéreo. O estudo das estatísticas acusando grandes gastos de munição, para abater uma aeronave, veio de novo pôr o problema do tiro anti-aéreo em foco; isto é, se seria interessante ou não, continuar a dispendar somas tão avultadas com fracos resultados.

Paralisada até 1930, nenhuma conquista extraordinária assinalou neste período a D. C. A., em matéria de aparelhagem para o tiro. A partir desse ano, as comissões de estudos e os fabricantes de material retomaram intensamente o assunto, apresentando novos tipos de canhões e aparelhos de comando de tiro, procurando a toda prova acompanhar as altas performances das aeronaves.

Todos os países produtores de material bélico, convencidos do valor ofensivo da aeronáutica, trataram de melhorar cada vez mais sua produção.

A Guerra da Espanha foi um particular campo experimental, aonde a Alemanha, a Itália e a Rússia, procuraram os dados básicos que asseguraram os modernos aperfeiçoamentos dos seus instrumentos de D. C. A.

Tudo indica, neste momento, que o conflito europeu, já impôs traços bem mais evolutivos a tudo que se relaciona com a D. C. A..

PAPEL DA D. C. A.

A D. C. A. constitue um dos principais elementos da defesa anti-aérea.

Ela age em ligação permanente com a Aeronáutica e em particular com a Aviação de Caça.

Em ligação com a Caça, ou na ausência desta, ela procura destruir as aeronaves inimigas e em todos os casos esforça-se para impedir que as mesmas cumpram suas missões.

Assegura ainda, um serviço contínuo de vigilância do ar, tendo em vista recolher e difundir, aos órgãos encarregados de explorá-las, tôdas as informações que dizem respeito à atividade aérea inimiga.

OS MEIOS

Os meios de Defesa Contra Aeronaves são inúmeros.

Pondo de parte a Aviação de Caça, que sem contestação, é o mais importante meio de defesa contra o inimigo aéreo, todos os demais meios:

- artilharia anti-aérea,
- metralhadoras anti-aéreas,
- projetores,
- balões de proteção,
- disfarce,
- meios de proteção individual, etc.,

creados e postos em ação em 1914-1918, constituíram no fim daquela Guerra, um conjunto designado pela expressão:

Defesa Contra Aeronaves, ou mais comumente **D.C.A.**

Os meios são grupados:

em **ativos** — Artilharia Anti-Aérea, Metralhadoras Anti-Aéreas, Projetores;

em **passivos** — Aerostação de proteção, Disfarce, Medidas de proteção individual.

A ARTILHARIA ANTI-AÉREA

A Artilharia Anti-Aérea, ou simplesmente A.A.Ae., comporta modernamente uma aparelhagem complexa; assim é que, além das quatro peças de uma bateria, exige:

- um posto automático de comando de tiro (normalmente um telêmetro conjugado a um calculador mecânico);
- um ou dois postos de localização pelo som (completado por corretores mecânicos, destinados a introduzir as correções necessárias à pontaria);
- motores elétricos capazes de acionar o conjunto.

A A. A. Ae. pode executar:

- de dia, tiros à vista,
- de noite, tiros à vista, sobre aeronaves iluminadas,
- de noite, tiros ao "som".

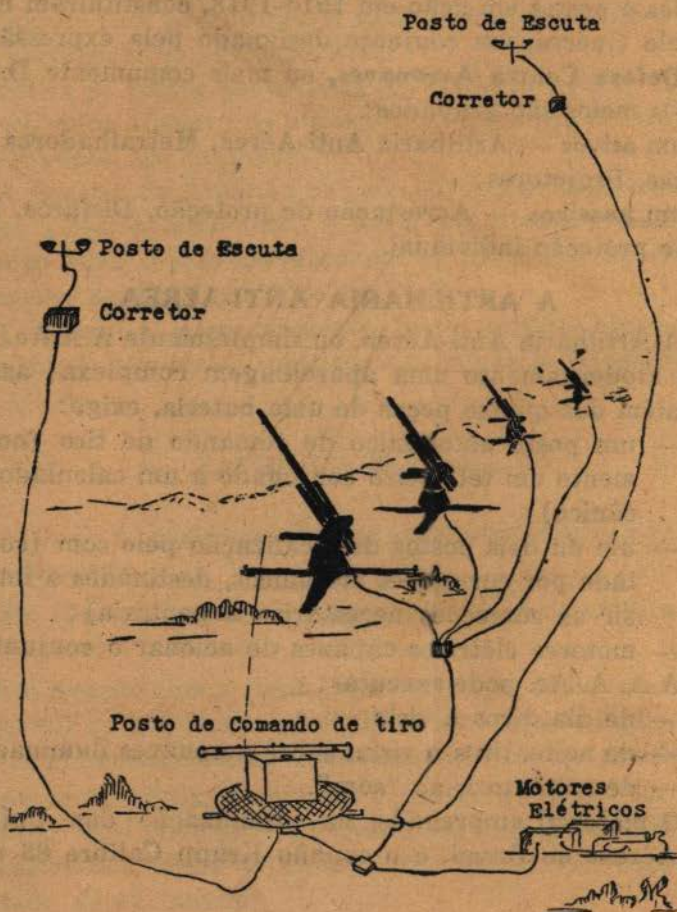
O material empregado na organização das Unidades Anti-Aéreas no Brasil, é o canhão Krupp Calibre 88 m/m., C 56.

E' particularmente apto ao ataque contra aeronaves voando acima de 1.500 ms., presta-se tambem ao tiro contra carros de combate. E' o canhão rebocado por um trator pesado, e pôde em boas estradas desenvolver uma velocidade de 60 Kms/h.

A A. A. Ae. pôde agir:

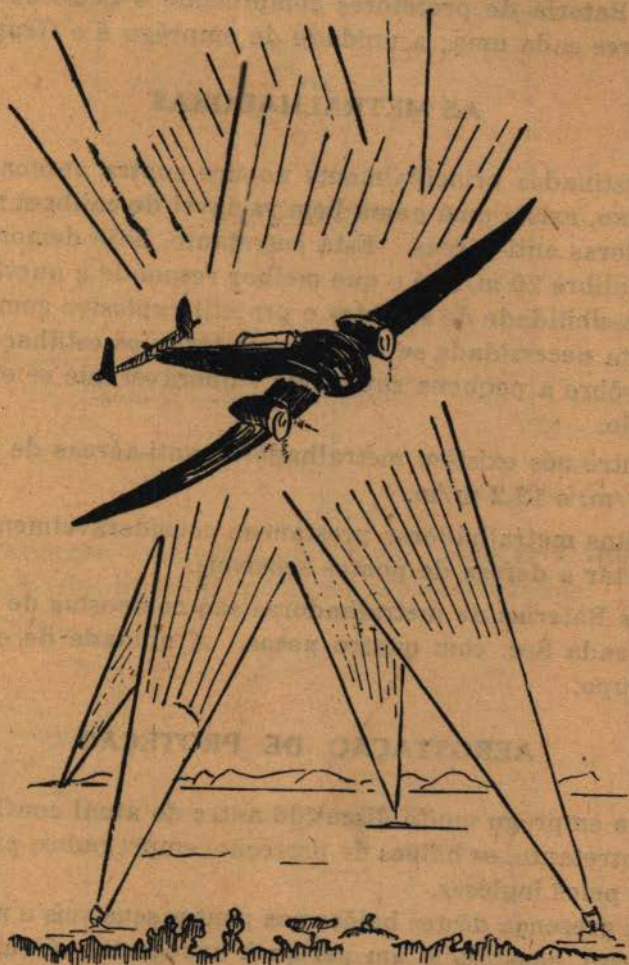
- isoladamente,
- em ligação com a Aviação.
- em ligação com a Aviação.

A unidade de tiro é a Bateria, e a de emprêgo é o Grupo.



OS PROJETORES

Os projetores são auxiliares poderosos não somente do tiro anti-aéreo à noite como também da Caça. Um avião apanhado por um feixe do projetor é imediatamente iluminado



Os projetores vizinhos, e, geralmente, não poderá escapar deles, tornam-se assim uma presa mais fácil.

Os projetores utilizados atualmente nas unidades de D. A., são de calibre 120 e 150 centímetros (isto é o diâmetro do espelho).

Em essência constam de um espelho parabólico formando o refletor, no foco do qual se coloca uma lâmpada de arco voltaico. É alimentado por um grupo eletrogênio, que compreende um dínamo acionado por um motor.

A Bateria de projetores compreende 3 Secs. de quatro projetores cada uma; a unidade de emprêgo é o Grupo.

AS METRALHADORAS

Destinadas principalmente ao tiro contra aeronaves em vôo baixo, existe uma gama bem variável de calibres nas metralhadoras anti-aéreas. Está entretanto, hoje demonstrado que o calibre 20 m/m é o que melhor responde a questão, dada a possibilidade de se obter o projétil explosivo com o mesmo; esta necessidade se impõe, pois terão os estilhaços maior efeito sobre a pequena superfície vulnerável que se encontra no avião.

Entre nós existem metralhadoras anti-aéreas de Calibre 20,1 m/m. e 13,2 m/m.

Estas metralhadoras prestam-se consideravelmente para completar a defesa de pontos sensíveis.

As Baterias de metralhadoras são compostas de 3 Secs. sendo cada Sec. com quatro peças. A unidade de emprêgo é o Grupo.

AEROSTAÇÃO DE PROTEÇÃO

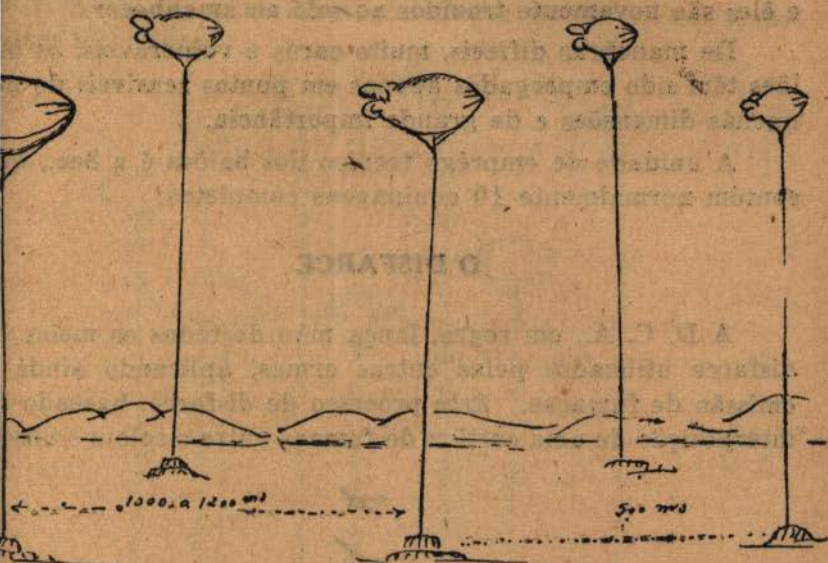
De emprêgo muito discutido antes do atual conflito, têm sido entretanto, os balões de proteção, empregados, principalmente pelos ingleses.

A presença destes balões nos pontos sensíveis e nas rotas de acesso, constituem um perigo à navegação aérea.

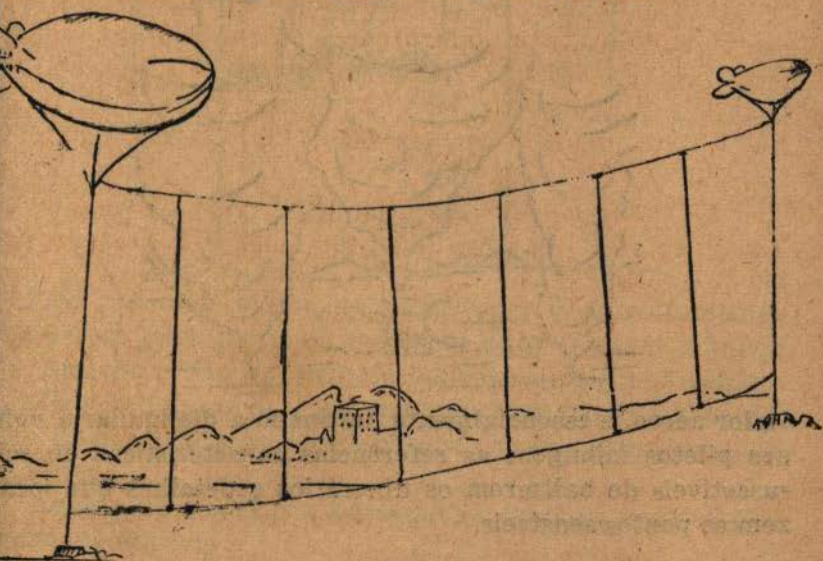
Os balões empregados são dilatáveis, de pequena cubagem e de forma alongada, presos ao solo por um cabo metálico.

São comumente utilizados na proteção de pontos sensíveis de pequenas dimensões. Na guerra passada, em que a

agens aéreas eram balisadas pelos acidentes geográficos, eram empregados nos itinerários prováveis das aeronaves inimigas.



As barragens modernas podem ser elevadas à altura de 1000 ms. Vários tipos de barragens são empregados.



No emprêgo dos balões, a surpresa desempenha um papel importante.

A ascensão é feita somente após a escuridão completa e eles são novamente trazidos ao solo ao amanhecer.

De manobras difíceis, muito caros e vulneráveis, os balões têm sido empregados apenas em pontos sensíveis de pequenas dimensões e de grande importância.

A unidade de emprêgo tecnico dos balões é a Sec., que contém normalmente 10 equipagens completas.

O DISFARCE

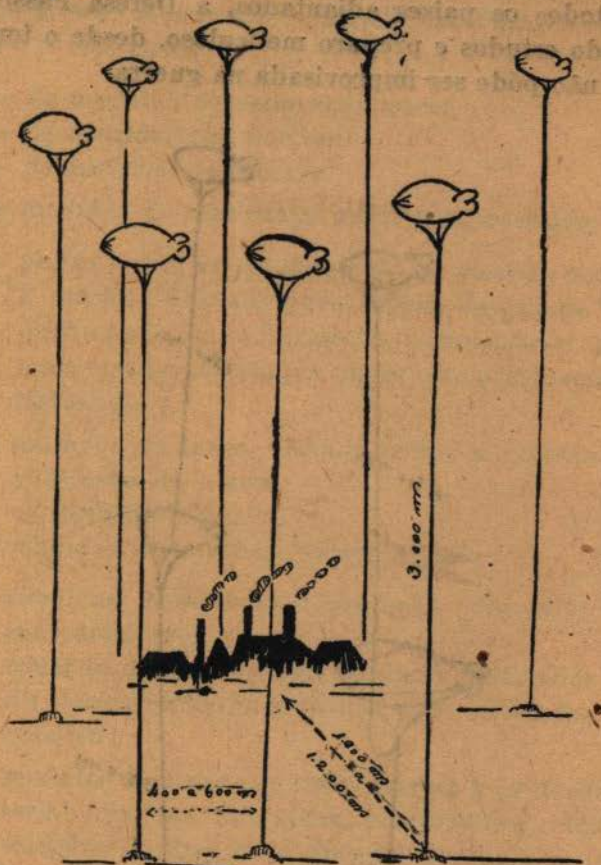
A D. C. A., em regra, lança mão de todos os meios de disfarce utilizados pelas outras armas, aplicando ainda a emissão de fumaças. Este processo de disfarce, baseado na interposição de uma cortina de fumaça entre o solo e o obser-



vador aéreo, é essencialmente destinado a dissimular à noite aos pilotos inimigos: as referências características do solo suscetíveis de balisarem os itinerários e detalhes que localizam os pontos sensíveis.

MEDIDAS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

E' sem dúvida um dos pontos delicados a ser estudado em nosso país, a organização da Defesa Passiva. Sua importância é capital.



Pelo curso das operações na Europa, vê-se claramente, que a defesa ativa por si só não basta para entrar e impedir a Aviação. Haverá sempre expedições que aproveitando o melhor os fatores da surpresa, atravessarão as linhas de defesa ativa e buscarão surpreender os objetivos importantes do interior.

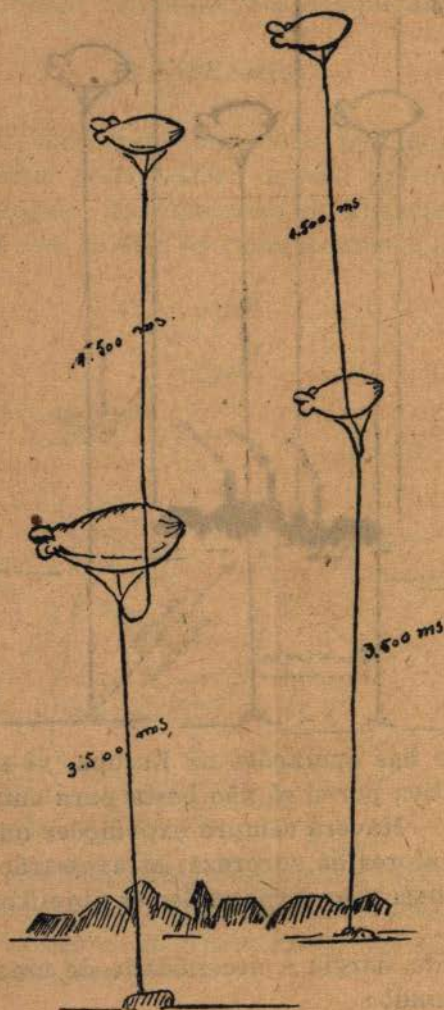
Assim sendo, surgiu a necessidade de uma organização perfeita permitindo:

— diminuir os perigos decorrentes dos bombardeios aéreos;

— atenuar os efeitos dos mesmos.

Esta organização tomou o nome de Defesa Passiva.

Em todos os países adiantados, a Defesa Passiva tem comportado estudos e preparo meticoloso, desde o tempo de paz, pois não pôde ser improvisada na guerra.



As medidas de instrução e o treinamento das populações, para que se tornem eficientes os meios de defesa, requer um tempo relativamente largo, e, um conhecimento seguro da conduta a ter em tais emergências de bombardeios.

Em síntese a preparação da Defesa Passiva comporta o estudo e a realização:

- de medidas de segurança geral,
- de medidas preventivas,
- de medidas de socorro.

As medidas de segurança geral compreendem:

- postos locais de vigilância do ar, visando acompanhar a marcha das aeronaves sobre os pontos sensíveis, informando as autoridades competentes, as partes mais visadas no ataque quando se afastarem as aeronaves, etc.;
- extinção de luzes, visando evitar a referenciação;
- a difusão da alerta;
- os **disfarces, etc..**

As medidas preventivas compreendem:

- medidas destinadas à proteção pessoal, (abrigos, máscaras, etc.);
- redação de documentos públicos destinados a difundir informações ou quaisquer prescrições de utilidade coletiva;
- medidas destinadas a assegurarem a proteção do material precioso, máquinas, monumentos, etc..
- medidas de dispersão visando diminuir a densidade dos grandes centros.

Medidas curativas comportando:

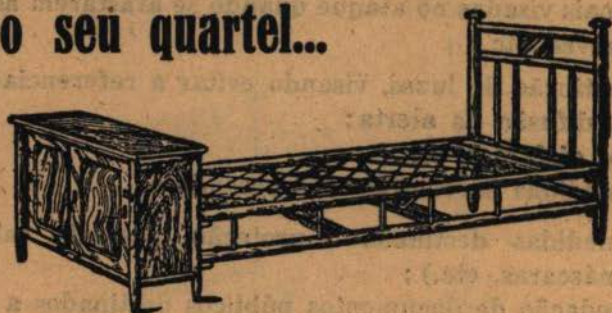
- a desinfecção dos produtos tóxicos;
- a assistência às vítimas civis, primeiros cuidados médicos e hospitalização, etc.;
- a luta contra incêndios;
- a retirada dos projetis que não tenham funcionado, etc. etc..

Das considerações anteriores conclue-se que, um plano de defesa passiva, precisa ser encarado como uma parte complementar do plano de mobilização nacional.

A sua organização precisa ser obrigatória em todo o território nacional e os encargos a que podem ser chamados os cidadãos em seu favor, devem ser considerados paralelamente ao serviço militar.

Assim, todos os indivíduos sem distinção de sexos, podem de acôrdo com suas possibilidades físicas e aptidões, prestar serviços à Defesa Passiva.

Para o seu quartel...



PREFIRA A

CAMA PATENTE

LEGITIMA SÓ COM A *faixa azul!*

L. LISCIO & CIA.



CAMA PATENTE

S. Paulo — Rua Rodolfo Miranda, 97
 Rio — Rua Figueira de Melo, 307 (São Christovam).
 » — Loja — Rua 7 de Setembro, 177.
 Bahia — Praça Tupinambá, 3.
 Recife — Rua Dr. José Mariano, 228.
 » — Loja — Rua da Imperatriz, 118.
 Belo Horizonte, — Rua Espirito Santo, 310.



Vigilância do ar

CAPÍTULO III

A vigilância do ar na Zona de Guerra

1 — Em regra, na zona de Guerra, quer no interior quer no litoral, onde haja D.C.A. desdobrada, a vigilância do ar é assegurada pelos postos normais, das unidades respectivas.

O serviço de Vigilância das unidades de D.C.A. é, assim, o órgão mais avançado, na zona de Guerra, encarregado das missões, de coleta e transmissão das informações aéreas, definidas no cap. I.

MEIOS

2 — Em regra, cada Grupo (de Artilharia, Projétores e Canhões metralhadoras), Sub-Grupamento e Grupamento, organiza uma rede de vigilância com um Centro de Informações. Algumas vezes, quando o P.C. de um Grupamento ou Sub-Grupamento está justaposto ao de um Grupo, organiza-se um único centro para ambos.

E' encarregado da organização e direção do Serviço de Vigilância do Ar nos Grupos e Grupamentos, o Oficial de Informações que tem sob suas ordens o respectivo pessoal especializado e recebe, de acôrdo com as circunstâncias, o pessoal e o material de transmissões necessários ao funcionamento dêsse serviço.

3 — Os Grupos dispõem do seguinte pessoal de Vigilância do Ar:

a) Grupo de Artilharia Anti-Aérea:

- 2 sargentos;
- 3 cabos;
- 20 soldados.

Com êsse pessoal podem ser organizados 3 postos de vigilância e um Centro de Informações.

Para a instalação das transmissões necessárias, normalmente uma das turmas de telefonistas do Grupo é afeta ao serviço de vigilância. Esta rede é reforçada, pelos postos de vigilância das baterias.

A bateria dispõe de pessoal suficiente para dois postos de vigilância avançados:

- 2 sargentos;
- 2 cabos;
- 10 soldados.

Êsses postos ficam ligados ao P.C. da Bia.

Além disso, porém, funcionam também como postos de vigilância do ar, o posto de altimetria, quando esta fôr monoestática, os postos de escuta se a bateria dispuzer de localização pelo som e, quando ela for dotada de altimetria biestática, os postos respectivos.

Êsses últimos têm, porém, principalmente, a fornecer os elementos para a preparação do tiro. Suas informações destinam-se mais à exploração imediata do que, propriamente ao serviço de informações. Dispondo, todavia de instrumentos precisos de observação e medida, suas informações são muito úteis para a reconstituição da atividade aérea (traçados das rôtas, etc.) que faz objeto dos relatórios da atividade aérea (Vd. cap. IV).

b) Nos Grupos de Canhões-metralhadores:

no estado maior do Grupo e nas Seções de comando das Bias. o mesmo pessoal que no Gr. A. A. Ae. O serviço de vigilância é organizado também por Grupamento e por Grupo.

c) Nos projetores:

Os projetores se estendem sobre uma grande área de terreno.

Ordinariamente, escala-se, na bateria, dois ou três postos de escuta das seções extremas, para constituírem postos do serviço de vigilância do ar. Estes postos são reforçados, então, em pessoal tirado da Bia. extranumerária do Grupo que dispõe, para isto, dos mesmos elementos que a Artilharia e os Canhões-metralhadores.

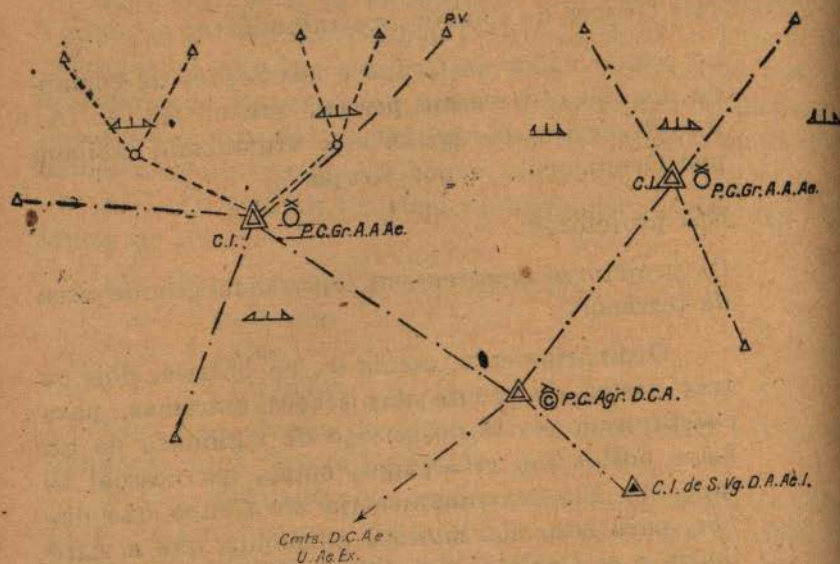
DESDOBRAMENTO

4 — Quando a situação o permite, os P.V. do Grupo, são avançados à cerca de 3 kms. à frente das bias. avançadas. Eles devem ficar, ou prolongando para os flancos a linha dos postos de escuta ou da altimetria bi-estática das bias. ou nos seus intervalos. Em geral, um posto fica no flanco, vigiando o espaço entre dois Grupos vizinhos, e outro fica no intervalo.

Importa também às vezes, quando não haja D. C. A. desdobrada à retaguarda, prolongar para este lado a vigilância com o estabelecimento de um posto recuado.

Cabe ao Cmt. do Grupamento ou ao Cmt. da D. C. A. marcar as zonas de ação dos Grupos para a vigilância do ar e, em consequência, o Cmt. do Grupo, estabelece o seu dispositivo.

Ficarão então os Grupos, com os dispositivos seguinte, por exemplo:



5 — Quando as operações terrestres se desenrolarem em um terreno onde já exista serviço de vigilância do ar da D. A. Ae. T., todos os órgãos dêste, na zona de ação de um exército ou em um D. D. C., passam ao comando do Cmt. da D. C. A. respectivo. Êste entretanto, não introduzirá modificações no dispositivo do Serviço de Vigilância existente, mas, tão somente, utilizará os seus serviços para reforçar o serviço de informações aéreas da D. C. A. do Exército ou D. D. C.

Por outro lado, os C. I. do Serviço de Vigilância da D. A. Ae. T. continuarão ligados aos C. I. mais próximos do interior, transmitindo-lhes as informações provenientes dos P. V. da malha, bem como os provenientes dos C. I. das unidades, a que estiverem ligados.

CAPÍTULO IV

Funcionamento do serviço

A) — Classificação das Informações — B) — Marcha das Informações.

A) — CLASSIFICAÇÃO DAS INFORMAÇÕES. CONTEX- TURA DAS MENSAGENS.

1 — As informações classificam-se em:

a) Informações de alerta:

1.º — mensagens periódicas;

2.º — mensagens especiais:

b) Informações documentadas.

c) Informações particulares às aeronaves.

d) Informações especiais.

A) — INFORMAÇÕES DE ALERTA.

2 — As Informações de alerta compreendem:

1.º — as referentes à atividade aérea do inimigo na zona da frente; são destinadas à aviação de caça e ao comando das unidades aéreas;

2.º — as referentes às operações aéreas do inimigo visando o restante da Zona de Guerra (Pontos sensíveis da zona de etapas e da retaguarda) e o interior.

Ambas devem ser transmitidas com toda a urgência, porque permitem:

primeiros:

— aos Cmts. de unidades aéreas dos Exércitos — e ao comando em geral, manter-se ao corrente da atividade aérea do inimigo, e decidir, em consequência, sobre o emprêgo das unidades sob suas ordens;

segundos:

— aos Cmts. de D. A. Ae. T., alertar oportunamente os meios ativos e aos Cmts. de pontos sensíveis e às populações do interior, executar em tempo útil as medidas de defesa passiva previstas para caso de ataque aéreo.

INFORMAÇÕES COLHIDAS NA ZONA DA FRENTE

3 — As informações citadas no n. 2, colhidas na zona da frente pelos postos de vigilância das unidades e grupamentos de D. C. A. aí desdobradas, são coletadas nos C. destas unidades e são transmitidas por êstes, ao comando de D. C. A. e de U. Ae. a que estão subordinadas:

- regularmente, de duas em duas horas sob a forma de “mensagens periódicas” que dão a conhecer a atividade aérea durante as duas horas decorridas
- a qualquer momento, sob a forma de “mensagens especiais” quando se trata de manifestação de atividade que justifique a intervenção da caça amiga

- 1.º — aeronave transpondo as linhas e se dirigindo francamente para o interior;
- 2.º — patrulha de, pelo menos cinco aviões;
- 3.º — avião de informação fora do alcance dos tiros em evoluções prolongadas sobre a zona de ação do Grupamento;
- 4.º — avião ou grupo de aviões, entregando-se a operações de ataque sobre objetivos terrestres.

MENSAGENS PERIÓDICAS

4 — As mensagens periódicas têm a contextura seguinte

Natureza das Informações	Código
1.º — Indicativo do Centro de Informações emissor.	X. ... (Fixado pelo comando).
2.º — N.º de aviões de caça vistos durante as duas horas.	Letra C (seguida do número de aviões).

3.º — Zona sobrevoada pela patrulha mais agressiva.	Letra N ou I, seguida do número indicando a distância das linhas em kms. (N — Zona amiga; I — Zona inimiga).
4.º — Altitude média dos aviões da caça.	Letra H, seguida de um algarismo, dando a altitude em Kms.
5.º — Aviões em missão de regulação vistos durante as duas horas.	Letra R, seguida do n. de aviões. *
6.º — Aviões de reconhecimento e de bombardeio vistos durante as duas horas.	Letras O (reconhecimento) e B (bombardeio), seguidas do número de aviões.

Exemplo de mensagem periódica:

XX — C10 — N5 — H3 — R2 — O2 — B6

(O Centro de Informação XX informa que, durante as suas últimas horas, foram vistos: dez aviões de caça, cuja patrulha mais agressiva avançou sobre as linhas amigas até 3 kms. da frente e cuja altitude média foi de 3 kms.; dois aviões de regulação; dois aviões em missões de reconhecimento; seis aviões de bombardeio).

MENSAGENS ESPECIAIS

5 — As mensagens especiais têm a contextura seguinte:

Natureza das informações	Código:
1.º — Indicação dando a conhecer que se trata de informação da D. C. A.	D. C. A.

2.º — Indicativo do P. V. ou do C. I. emissor.	X — (Fixado pelo comando).
3.º — Hora da emissão da informação.	Um número de 4 algarismos.
4.º — Número e natureza das aeronaves vistas ou ouvidas: a) aviões médios em missão de bombardeio; b) aviões de caça; c) aviões de informação; d) aviões cuja natureza não foi determinada; e) aviões pesados; f) dirigíveis.	Número, seguido da letra B Número, seguido da letra C Número, seguido da letra O Número, seguido da letra A Número, seguido da letra P Número, seguido da letra D
5.º — Localidade em cujas proximidades as aeronaves foram percebidas.	O nome do lugar.
6.º — Posição das aeronaves em relação à localidade.	N, S, E, W, NE, SE, NW, SW, excluída qualquer outra indicação.
7.º — Hora a que as aeronaves foram vistas ou ouvidas.	Número de 4 algarismos.
8.º — Direção de marcha das aeronaves.	N, S, E, W, NE, NW, SE, SW, excluída qualquer outra indicação.
9.º — Altitude média das aeronaves (se possível), em Kms.	Letra H seguida de um algarismo.

Exemplo:

DCA — XA — 0948 — 10B — 4C — Rio Negro — NW —
— 0945 — S — H5

(Informação de D. C. A. — O C. I. cujo indicativo é XA informa às 9h48 m. que foram assinalados às 9h45 m. 10 aviões em missão de bombardeio e 4 aviões de caça, a Noroeste do Rio Negro, voando em direção ao Sul, a uma altitude média de 5.000 metros).

6 — As mensagens especiais ou periódicas, são transmitidas pelos C.I., em princípio, pelas rádio-telegrafia ou telefonia e confirmadas telefonicamente. Gozam de prioridade absoluta na transmissão pela rede comum.

As mensagens especiais são transmitidas, pelos C. I. da frente para os C.I. mais próximos do S. V. D. A. Ae. T., quando parecer que a expedição inimiga se dirige para o interior.

INFORMAÇÕES COLHIDAS NA ZONA DO INTERIOR

7 — As informações referentes às operações aéreas do inimigo, que visem o interior, podem provir:

- de um C. I. de D. C. A. da Zona dos exércitos;
- de um posto de vigilância do S.V. da D.A. Ae. T. ou da Vigilância local de um P. S.;
- do Serviço de Vigilância do Ar das unidades de D. C. A. da D. A. Ae. T.

Essas informações permitem:

- às unidades da Defesa ativa dos Pontos sensíveis, colocar-se em condições de intervir desde que o inimigo entre em suas zonas de ação;
- às autoridades da Defesa Passiva tomar as medidas que lhes competem previstas nos planos de Defesa Passiva regionais e locais;
- às populações e às tropas suscetíveis de serem atingidas pela expedição, precaver-se contra a ação desta.

As informações são coletadas nos Centros de Informa-

ções do S. V. da D. A. Ae. T. e daí são difundidas pelos destinatários abaixo, na forma indicada na letra B do presente capítulo:

- aos Cmts. de Grupamentos da D. A. Ae. T. ou das unidades isoladas e Cmts. de pontos sensíveis da malha a que pertencer o Centro;
- às autoridades da Defesa Passiva dos P. S. da malha;
- aos C. I. mais próximos;
- às outras autoridades militares e civis que precisem ser prevenidas, bem como aos estabelecimentos de 1.^a categoria, etc.

8 — A transmissão das informações é feita sob a forma de “mensagens especiais” com a contextura indicada no n. 5 do presente capítulo.

Quando transmitidas pela rede comum, essas mensagens gozam de prioridade absoluta e o pedido de ligação é precedido da indicação “prioridade DCA”.

Quando a mensagem é transmitida de um Posto de Vigilância, leva, como indicado no n.º 5, o indicativo do posto emissor.

Quando retransmitida pelos C. I., as mensagens são repetidas como vieram do P. V., precedidas do indicativo do C. I. e da hora da transmissão; suprime-se, então, a hora da transmissão do P. V.

Exemplo:

YB — 0350 — P. V. 2 — 1P — Bangú — N — 0345 — E.

(O C. I. cujo indicativo é YB, informa às 3h50 que o Posto de Vigilância PV2 percebeu ao Norte de Bangú, 1 avião pesado voando em direção de Leste. A altitude não pôde ser precisada.

9 — Em alguns casos, a mensagem pode ser completada com algumas indicações, sobre a atividade a que se entregam as aeronaves, como por exemplo: “bombardeiam aeródromo Caçapava” ou “fogem perseguidos caça amiga”, “dois aviões foram abatidos”, etc.

10 — A transmissão dessas mensagens pelos C. I. deve ser feita pela rádio-telegrafia ou rádio-telefonía, principalmente entre os C. I. vizinhos e são confirmadas pelo telefone.

Entre os P. V. e C. I. os C. I. e P. S., C. I. e Cmts. de D.C.A., o meio de transmissão normal é o telefone.

B) — INFORMAÇÕES DOCUMENTADAS

11 — Estas informações, destinadas a esclarecer o comando sobre a importância e a tática das unidades aéreas do inimigo, abrangem todos os pontos que permitem caracterizar, de maneira completa e precisa, a atividade aérea adversária.

Tratam principalmente da natureza, número e missão das aeronaves, suas características principais, rotas seguidas, a altitude a que voam, combates travados, bombardeios executados, evoluções de qualquer natureza, etc. tratam também da atividade da D. C. A. inimiga em todas as suas manifestações que puderam ser observadas.

As informações documentadas revestem-se da forma de relatórios escritos e denominam-se relatórios da atividade aérea inimiga". (Ver modelo em anexo).

Esses relatórios são estabelecidos:

- pelos cmts. de unidades de D. C. A. da Frente;
- pelos cmts. de unidades da D. C. A. dos pontos sensíveis dos Exércitos e do Interior.

Centralizados nos Grupamentos, eles dão lugar a um relatório único, estabelecido em cada Grupamento e remetido:

- ao cmt. das U. Ae. de Exército, por intermédio do cmt. da D.C.A se tratar-se de Grupamento de D. C. A. de Exército;
- ao cmt. da D.A. Ae. regional, se tratar-se de unidade afeta à D. A. Ae. T.

No E. M. das Unidades Aéreas do Exército, (ou no do cmt. de D. A. Ae. T. regional), os relatórios dos diferentes cmts. de Grupamentos são condensados em um único documento, referente ao conjunto da Zona do Exército (ou da

Região) e destinado ao cmt. em chefe (ou ao ministro da Guerra).

Os relatórios da atividade aérea inimiga são estabelecidos duas vezes por dia: à tarde, para a jornada decorrida; de manhã, para a noite precedente.

Enviados por um meio rápido, (automóvel, moto), êles são precedidos, em alguns casos de uma parte telefonada, na qual se mencionarão:

- o número e a natureza das aeronaves vistas, ouvidas e abatidas;
- os pontos bombardeados e número aproximado das bombas.

No G. Q. G. (ou no E. M. da D. A. Ae. T.), os relatórios dos Exércitos (ou das Regiões) dão lugar ao estabelecimento de um gráfico da atividade aérea inimiga, abrangendo o conjunto da frente (ou da Zona do Interior), graças ao qual o comando pôde seguir facilmente a importância e o ponto de aplicação do esforço aéreo inimigo.

As dificuldades encontradas no estabelecimento do relatório da atividade aérea inimiga residem principalmente:

- 1.º — na identificação das aeronaves.
- 2.º — na determinação das suas missões.

A identificação, de dia, é facilitada pela utilização dos "cadernos de silhuetas", organizados pelos E. M. das U. Ae. do G. Q. G. e da D. A. Ae. T.

Toda vez que um tipo desconhecido de aeronave fôr observado, tal fato é mencionado no "Relatório", que deve também conter esboços do novo aparelho em suas diversas orientações, as formas e proporções relativas de seus órgãos principais (motores, azas, fuselage, lemes), sua velocidade em diferentes altitudes, maneabilidade aparente, etc.

À noite, as aeronaves sendo percebidas em geral só pelo ruído, a sua identificação é inevitavelmente imprecisa.

— A determinação das missões das aeronaves é, muitas vezes impossível nos escalões subordinados. Na maior parte dos casos, ela só pode ser feita nos escalões de Grupamento, Ponto Sensível ou mesmo Exército ou Região, pelo confronto

das informações providas dos escalões subordinados, desde que essas informações contenham, com a maior fidelidade possível, as altitudes de vôo das diversas aeronaves observadas.

Tôdas as informações, prestadas pela D. C. A. referentes à natureza, missões, evoluções das aeronaves inimigas, ajudam o comando até certo ponto, a desvendar a tática aérea do inimigo e, por conseguinte, a contrabatê-la com maior segurança. A sua importância é grande, por isso, e elas devem ser tomadas com o maior cuidado.

C) — INFORMAÇÕES PARTICULARES AS AERONAVES

12 — Essas informações são transmitidas diretamente pelas unidades que as recolhem, às aeronaves amigas em evoluções nas suas proximidades.

O seu objetivo é:

- 1.º — nas zonas dotadas de artilharia anti-aérea, assinalar às aeronaves amigas, por meio de "Tiros de sinalização", as aeronaves inimigas de cuja presença as primeiras pareçam não se ter apercebido;
- 2.º — nas zonas desprovidas de artilharia anti-aérea mas dotada de postos de vigilância, aos aviões de caça amigos (por meio de painéis) a direção a seguir para alcançar as aeronaves inimigas que aqueles tenham por missão atacar;
- 3.º — nas zonas dotadas de projetores, indicar, de noite (por meio dos fachos luminosos), aeronaves amigas perdidas, a direção do mais próximo terreno de aterragem.

No primeiro caso, as informações são transmitidas por meio de séries de 4 tiros feitos sobre a linha de sítio da aeronave inimiga, escalonados de 200 mts., repetidos até que a aeronave amiga tenha dado indicação de haver percebido o perigo.

No segundo caso, são colocados no solo painéis em forma de flexa, com a ponta voltada para a direção tomada pelas aeronaves inimigas, enquanto estas forem visíveis, em seguida, são mantidas na direção em que elas desapareceram, até que os aviões amigos tenham tomado essa direção.

No terceiro caso os facho são orientados na direção do terreno, ligeiramente inclinados acima da horizontal e aí mantidos até que a aeronave tenha se dirigido francamente para esta direção.

A execução desta missão está subordinada às seguintes regras: o avião, para pedir a indicação lançará um foguete convencionado previamente e, a pedido da unidade de projetores, emitirá, com o projetor de bordo, a "letra do dia" convencionada no plano de transmissões. Somente após esses sinais de reconhecimento é que poderá ser dada a indicação, pelos projetores.

D) — INFORMAÇÕES ESPECIAIS

13 — As informações especiais dizem respeito:

- 1.º — às incursões aéreas que têm por fim deixar cair tropa de paraquedistas ou paraquedistas isolados que podem destinar-se, seja a entregar-se a hostilidades na retaguarda da frente ou no interior, seja a praticar a espionagem;
- 2.º — à aterragem suspeita de aeronaves em território amigo, com o mesmo fim;
- 3.º — à troca de sinais entre aeronaves inimigas e o solo ou entre observatórios terrestres inimigos e agentes de espionagem operando em território amigo.

A transmissão das informações acima, é de resto, atribuição de qualquer órgão militar ou mesmo civil que se ache em condições de observar tais atividades. A organização do Serviço de Vigilância do Ar da D. C. A., entretanto, permite que esta possa prestar tais informações nas melhores condições.

14 — As informações referentes às aterragens suspeitas, ao lançamento de paraquedistas ou de objetos quaisquer, por meio de paraquedas ou não, são prestadas em primeira urgência à tropa mais próxima destinada à repressão de tais atividades, ou, de um modo geral, aos cmts. de unidade ou autoridade mais próxima, em seguida ao E.M. do Exército, da Direção de Etapas ou da Região sob a rubrica: 2.^a Secção — Informações. Essas informações são transmitidas diretamente pelo Comandante da unidade a que pertence o posto de vigilância de onde emanaram, sempre que as transmissões a isto se prestarem. Em seguida, é informado o Comando da D. C. A. e das U. Ae. ou da D. A. Ae. T.. A mensagem é, depois, confirmada por uma parte escrita, destinada às mesmas autoridades.

Os sinais luminosos, trocados entre aeronaves inimigas e entre estas e o solo, bem como os emitidos pelos observatórios terrestres do inimigo, são cuidadosamente observados e são objeto de relatórios circunstanciados que são dirigidos à 2.^a Secção do E.M. do Exército ou da Região, e ao Cmt. das U. Ae. Ex. ou da D. A. Ae. T.

B) — MARCHA DAS INFORMAÇÕES

15 — As informações sobre a atividade aérea inimiga, destinadas à exploração imediata se transmitem, por todo o território interessado, através os Centros de Informações das malhas do S.V. D.A.Ae.T.

O Centro de Informações é o único órgão encarregado de interpretar as informações, e de julgar se convém ou não prosseguir na sua transmissão e exploração e, no caso afirmativo, como convém fazer a sua exploração e a sua difusão.

16 — Vimos no Capítulo II qual a organização geral de um C.I. de S.V. do Ar da D. A. Ae. T.

A central telefônica do C.I. devem estar ligados:

- todos os postos de vigilância da malha;
- os postos de vigilância da Vigilância local;
- as autoridades da Defesa Passiva local;

— os comandantes ou autoridades da Defesa Passiva dos P.S. da malha;

— as unidades de aeronáutica.

Além disso, sempre que fôr possível:

— os C.I. dos Grupamentos e das unidades isoladas da D. A. Ae. T. da malha;

— os Centros de Informações das malhas vizinhas e, quando o centro é vizinho da Zona de Guerra;

— os C.I. de D.C.A. de Ex. mais próximos.

Quando a ligação pelo telefone não é possível, dada a deficiência das redes locais, as ligações entre centros de informações vizinhos se faz somente por meio da rádio-telefonia ou da rádio-telegrafia (de preferência a primeira).

Estes últimos meios ainda são empregados, em qualquer caso, para dobrar a transmissão telefônica entre C.I. vizinhos.

Tambem em certos casos ser-se-á forçado a prever, antes da completa instalação do serviço, a ligação de postos de vigilância ao C.I., por meio da rádio-telefonia.

PROVENIÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RECEBIDAS PELO CENTRO

17 — Desde que uma expedição inimiga transpõe a fronteira, deve ser assinalada por, pelo menos um pôsto de vigilância, como já vimos. O Centro de Informações correspondente será por consequência alertado, e alertará por sua vez, outros Centros. Podemos considerar, por conseguinte, dois casos distintos para a conduta do Centro em face das informações chegadas:

1.^o — trata-se de um C.I. de malha de fronteira (terrestre ou marítima); a primeira notícia sobre a expedição provém, portanto, normalmente, de um P.V.;

2.^o — trata-se do C.I. de uma malha interior; neste caso, se o serviço funcionar bem, êle será advertido em primeiro lugar por um

C.I. vizinho, pois a informação terá tempo de ser transmitida antes que as aeronaves atinjam a linha mais próxima da sua malha.

No interior da sua malha se a expedição se dirigir para P.S. em que se acha o C.I., êste receberá notícias sôbre a marcha da expedição, sucessivamente:

1.º caso:

- das unidades desdobradas entre o C.I. e o limite da malha;
- dos pontos sensíveis mais avançados, se os houver;
- da D.C.A. desdobrada na defesa do P.S. em que se acha o Centro;
- da vigilância local dêste ponto;

2.º caso:

- de um centro de informações mais próximo da fronteira;
- de um P.V. da sua própria malha;
- em seguida, como no 1.º caso.

INTERPRETAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

18 — Recebida a informação por uma das cabines de recepção não especializadas, dela o telefonista tira cópia dupla; uma via é entregue ao encarregado da recepção que inscreve no registro apropriado (Vide modelo em anexo) e a outra é remetida por um estafeta ao oficial interpretador.

Êste dispõe, como já vimos, de uma grande carta mural (Escala 1/200.000 a 1/400.000) abrangendo um raio de cerca de 500 kms. em torno do C.I. Nela serão assinaladas as linhas de postos de vigilância e os centros de informações da região representada, bem como os pontos sensíveis. Estarão também traçados os círculos de extinção de luzes e os de alerta dos pontos sensíveis da malha do C.I.

Em outra carta (escala 1/50.000 a 1/25.000) são assinalados todos os P.V. da malha, os P.S., os P.V. locais, as posições da D.C.A. e campos — bases da aviação de caça afeta à D. A. Ae. T..

Os operadores são munidos de coleção de símbolos de diferentes côres, representando as diversas naturezas de aeronaves.

Dispõem ainda, de réguas, graduadas em distância percorrida por minuto, para diferentes velocidades de aeronaves, o que permite ao interpretador, a qualquer momento, fazer juízo sobre a posição atual da expedição em função da posição em que ela se achava quando da emissão da última informação recebida, da velocidade das aeronaves e do tempo decorrido após a hora assinalada naquela informação.

19 — O oficial interpretador faz marcar na carta, por meio dos símbolos, a posição e o número das aeronaves, e a sua direção de vôo, à medida que as informações forem chegando. Algumas vezes, pode medir a velocidade de vôo das aeronaves, comparando o intervalo de tempo entre duas observações consecutivas e a distância entre os pontos em que estas observações forem feitas. Outras vezes, precisará contentar-se com uma hipótese sobre as velocidades das aeronaves, para as suas conclusões.

Tendo, assinaladas na carta, diferentes posições de uma expedição e sabendo suas condições de vôo, o interpretador pode tirar conclusões sobre sua marcha futura e os objetivos que poderá atingir em um tempo dado. Pode prever a hora em que a expedição atingirá o círculo de extinção de luzes e o de alerta e, em consequência, o oficial de alerta ordenará, em tempo oportuno, a execução dessas medidas. Essas previsões se referem, não só ao ponto sensível em que se acha o Centro como também aos outros pontos sensíveis da malha. À medida da oportunidade, as mensagens de alerta vão sendo expedidas aos seus destinatários, Cmts. de U. Ae., Cmts. de Grupamentos, P.S., autoridades da Defesa Passiva, Cmts. de tropas vizinhas, etc.

— Sempre que houver aviação em missão de caça, a interpretação das informações determinará também o momento em que as patrulhas devem levantar vôo para contrabater o inimigo. E' conveniente, por isso, haver no C.I. um

representante da aeronáutica com autoridade para julgar a necessidade e da oportunidade de tal intervenção.

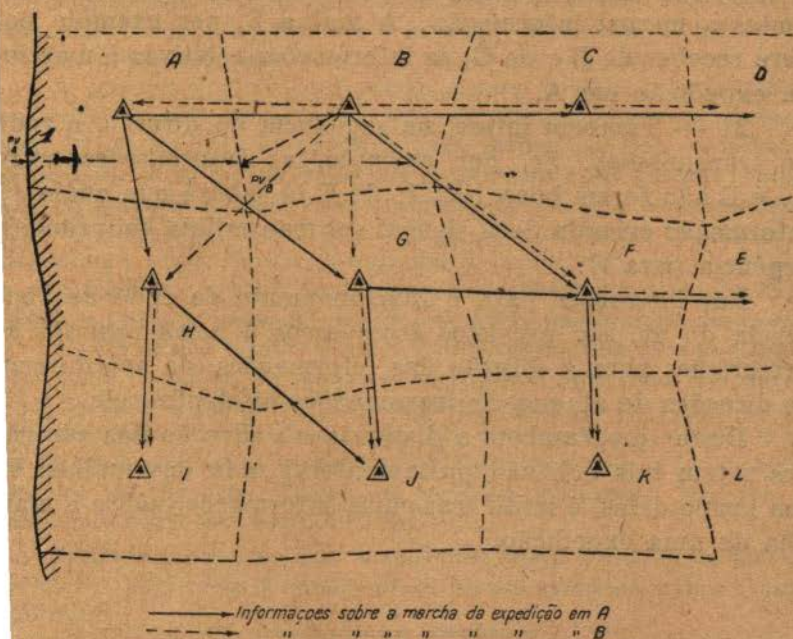
DIFUSÃO DAS INFORMAÇÕES

20 — Após a interpretação das mensagens, trata-se, além de tomar as medidas de exploração citadas acima, de difundir a informação pelos C.I. vizinhos.

Não se pode fixar uma regra geral a aplicar em todos os casos, por exemplo, recebida uma informação, transmiti-la a todos os C.I. vizinhos.

— Suponhamos, por exemplo, um desdobramento como o indicado na fig. 6:

A difusão se fará de modo diferente para cada um dos casos citados no número 14 do presente capítulo:



— Se um P.V. de uma malha de fronteira A, por exemplo assinala a passagem de uma expedição em 1, o respectivo C.I. transmitirá esta informação a tôdas as malhas

vizinhas, B, G, e H, e mantê-las-á durante o percurso da expedição pela malha, ao corrente das informações que fôr recebendo.

Já o C.I. de B, não procederá da mesma forma: **A** necessita evidentemente ser alertado por B, visto ser o emissor da informação. G e H também já foram informados por A; por isso, a-fim de em períodos de grande atividade aérea, não sobrecarregar os circuitos com grande número de transmissões inúteis, B só transmitirá as informações a C e a F, e os C.I. dessas malhas procederão idênticamente.

Desde que as aeronaves prossigam em sua marcha através de B, o respectivo C.I. manterá então **A, G, H** bem como **C e F** ao corrente da sua marcha, devendo A ser informado especialmente quando a expedição entrar em G, e quando daí sair. À volta da expedição, procede-se do mesmo modo.

Mesmo assim, em alguns casos, o C.I. receberá de duas fontes a mesma informação. A malha F, por exemplo poderá receber de B e de G, as informações relativas à marcha da expedição em A.

21 — Também influe, na sequência da difusão, a rede de transmissões. Se, por exemplo, as transmissões entre C. e E não forem boas, o C.I. de F já saberá que qualquer informação oriunda de C, deverá ser transmitida em primeira urgência para E.

Nas instruções para o funcionamento da rede de vigilância do ar, são previstos êsses casos e nelas figuram as prescrições para a difusão das informações, de acôrdo com as direções de ataque, as transmissões existentes, etc.

Desde que, também a distância e a direção das aeronaves sejam tais que não possam afetar uma das malhas ou um grupo delas, é inútil transmitir informações sobre a marcha de uma expedição.

"Na guerra, aquele que tudo prevê, é o único que tem razão".
(Do livro "A Tragedia na França", de André Maurois)

ORAÇÕES NOTÁVEIS

Oração proferida pelo Cel. João Baptista de Magalhães na homenagem que — no Cassino do 1.º R. C. D. — foi prestada ao Cel. Orozimbo Martins Pereira, por seus camaradas, amigos e antigos alunos em virtude de sua passagem para a Reserva.

Quizeram nossos camaradas de armas, promotores desta manifestação de fraternidade, justo preito a um dos maiores contribuintes da transformação do fâcies profissional de nossa Cavalaria, fosse eu o intérprete dos sentimentos que a todos animam. Aceitei a incumbência, embora não na julgasse empresa fácil. Desde os primeiros entendimentos entre os promotores desta homenagem e eu, vislumbrei de relance, com vistas cavalerianas, o quadro dessa tarefa de aparência banal, mas, de fato, eivada de dificuldades e de sutilezas.

E' que a vida militar de Orozimbo, que ora se retira voluntariamente das lides chamadas ativas, é daquelas que influíram em nossos progressos. E' que sua ação foi produtiva entre muitas que mais ou menos se desenvolveram na mesma época sem causar bens e até causando males. E' que, assim sendo, sua decisão em retirar-se da luta incruenta, silenciosa às vezes, mas sempre viva, e tanto mais edificante quanto menos espetacular, surpreendeu e desapontou a muitos dos que se dedicam, e empregam sua inteligência e fôrças, sem consultar a miudo o Almanaque; e não raro, esquecidos até de que existe êste precioso documento.

No afã de suas labutas honestas e incessantes, olhos fitos no horizonte, sempre longínquo, de fascinantes aspirações; absorvidos pela imensidade das reformas a efetuar e dos aperfeiçoamentos a introduzir, a-pesar das resistências dos que essas cousas não vêm ou das que resultam daqueles em quem domina o rotinismo; não percebem êles as justas razões dos que vão perdendo o alento de razoáveis esperanças. Não vêm os que vão cansando e se desenganando.

Surpreendem-se, por isso, quando lhes chega a notícia de que um Orozimbo, pioneiro de progressos reais, decidiu retirar-se da liça e depôr as armas.

Uma consulta, porém, aos dados do Almanaque, feita ao par do exame retrospectivo da atividade militar de Orozimbo, desde o tempo em que cavalgava o famoso "Inca" até aquele em que foi instrutor da Escola destinada a assegurar a formação dos que serão chamados ao exercício de funções, nas altas esferas do comando, obriga a dizer:

— **Silêncio, a decisão é respeitável. Compreende-se !**

Há, meus Senhores, evidentemente uma muito aparente discordância, uma desproporção, entre a velocidade da carreira de Orozimbo e as causas ou razões teóricas e legais de aceleração, as razões que a **lei natural** e a **lei decretada**, determinam, exerçam influência na matéria, se levarmos em conta a quantidade e principalmente a qualidade do trabalho que produziu.

Essa desproporção, ou discordância, será tanto mais visível, se puzermos êsses fatos em presença das funções que exerceu, das referências e julgamentos feitos aos seus trabalhos, a suas atividades e à sua pessoa, por muitos e numerosos chefes em forma oficial e não oficial.

Não é isso, porém, nenhum fenômeno raro, nem extranho, pois tais aparentes e visíveis anomalias, são cogumelos de geração espontânea em todo organismo militar que não ventila o sôpro das necessidades da guerra, **fortemente sentidas**. E' fatal, nos Exércitos em que, embora reconhecendo-se e afirmando-se de público suas precípua finalidades, não vive presente, e em alto relêvo, a nítida **imagem da guerra**, mercê da distância indefinida em que é vista e mercê das tintas nuançadas com que a pintam, os que constroem o quadro prático das situações nacionais vividas. Êstes quasi sempre, são fascinados, êles mesmos, pelas miragens formadas com os reflexos do meio em que se agitam, é, sempre dominados por causas históricas, políticas ou raciais, jacentes e atuantes no subconsciente que os condiciona.

Seja como fôr, as razões dos que, como Orozimbo, deixam o campo da luta, embora nos surpreenda o movimento, são sempre respeitáveis e bastantes para que se não discuta a decisão tomada, tanto mais quando se apresenta como uma consequência lógica das próprias prédicas feitas e dos exemplos dados. E' o caso dos que se retiram porque temem vêr amortecer-se a própria atividade e assim temem venham tornar-se passíveis da própria censura. Ninguém pode comentar, são êles os juizes mais competentes na matéria.

Mas, meus Senhores, exorbitei e peço perdão.

Não me cumpre aqui analisar o fenômeno, basta que o assinale, para que esta homenagem adquira a distinta significação que lhe emprestamos. No fundo, o que queremos é dizer que não nos ficaram indiferentes nem nos foram extranhos, os méritos de Orozimbo.

Intentamos lastimar que as circunstâncias que envolveram sua carreira militar, não tenham permitido melhor aproveitamento de suas possibilidades, reveladas por uma produtividade tantas vezes manifesta, na vida profissional ativa de nossos quadros e unidades de cavalaria, para só referir o campo em que mais se acentuou.

Intentamos dizer-te, Orozimbo, que não somos esquecidos nem ingratos e que muito apreciamos a forte influência que exerceste por tua atividade, pelo que produziste, para que a instrução da nossa cavalaria, des-

pertasse do letargo em que vivia e empreendesse marcha firme e segura, na verêda que a levará a saber agir conforme as realidades da ação em campanha.

Serviços êstes tanto mais valiosos quanto foste dos que, vindos dos tempos dos combates simulados, onde estrugiam toques de corneta e aturdia a fumaceira do pipocar dos festins de pólvora negra, no campo estreito das nossas façanhas de então, contribuíram de fato para os melhores aspectos atuais do Exército.

Foste dos que fizeram os últimos exercícios de túnica de pano e calça branca; as paradas e desfiles em passo de ginga e bonet do lado. Foste do tempo da bombacha, do ombro esquerdo em frente e dos repetidos gritos letristas de "acerta o passo!" Foste daqueles tempos em que o trote elevado era vaiado, de quando era impossível distinguir-se a andadura de marcha, de uma tropa de cavalaria, porque passo e chôto concorriam por igual, apenas entrecortados pelo galope aporreado de redomões mal contidos.

Felizmente, tudo passou e o Exército seguiu, mercê dos que se dedicaram ao seu progresso, até a consciência de suas necessidades, até o estado que nos permite rir dos tempos de antanho, mas faz-nos sérios e apreensivos diante do que resta fazer.

Trabalhaste. Tens direito incontestável ao repouso. Outros, aqueles que, contribuíste para formar, têm agora o dever de fazê-lo continuar a avançar.

Nós, porém, contamos ainda contigo se houver amanhã uma campanha !

Oração proferida pelo Cel. Orozimbo Martins Pereira, em agradecimento.

— O caráter extraordinário e impar desta homenagem, é mais que bastante para justificar a extrema comoção de que me acho possuído, neste momento.

— Honra-me sobremodo a presença nesta festa de camaradagem, oferecida por amigos e antigos alunos a um velho camarada que se recolhe à sombra da inatividade, dos representantes dos Exmo. Sr. General Ministro da Guerra, do Exmo. Sr. General Cmt. da 4.^a Região Militar do Cmt. do 4.^o R.C.D., Regimento no qual exerci meu último comando.

— Tocaram-me, profundamente, os bondosos conceitos com que acabou de se referir à minha apagada personalidade, o nosso talentoso, alto e brilhante intérprete — meu velho amigo e companheiro de sonhos de lutas por um Exército cada vez mais forte, mais disciplinado e mais eficiente — o Cel. João Baptista de Magalhães.

— Esta carinhosa demonstração de afeto e de camaradagem eu a recebo, meus camaradas, como o mais valioso prêmio que me fosse dado aspirar, ao encerrar minha carreira e, por esta razão, sinto plenamente compensados todos os esforços que, honestamente dispendi, no decorrer dos meus trabalhosos 40 anos de serviço.

— Como este quasi meio século correu ligeiro !

— Relanceando o olhar por sobre vós e, rememorando o passado, revejo a todos emoldurando várias etapas da minha carreira:

— Primeiramente — vislumbro alguns dos meus velhos colegas de estudos e de sonhos, nos bancos da saudosa Escola Militar; — após, companheiros de glórias desportivas, nos belos tempos de subalterno, quando — plenos de ânsia de evolução e sem dispôr ainda, de segura orientação — procurávamos, por nossa própria iniciativa, ensaiar os primeiros passos no conhecimento dos justos procedimentos táticos e malbaratávamos a maior parte do nosso tempo no cultivo do hipismo e em competições desportivas ! Evóco, neste momento, os saudosos 8 anos passados — como aspirante e 2.º Tenente — neste velho e querido 1.º R.C.D. — Regimento onde iniciei minha carreira de oficial e, sob cujo teto, por nímia gentileza dos meus bondosos Camaradas, me é prestada tão carinhosa homenagem !

— Depois — revejo antigos alunos meus, na Escola Militar, hoje destacados e brilhantes Oficiais !

Guardo comigo a satisfação e o orgulho de ter tido a ventura de cooperar na formação, tanto do seu espírito como da sua cultura militar e, ainda — de tê-los, a todos, como bons, sinceros e leais amigos !

— Evoluída e terminada a Grande Guerra (914-918) chegava ao Brasil a M. M. F., contratada para instruir nosso Exército.

A febre de evolução que dominava a jovem oficialidade do meu tempo, encontrou, então, o almejado ambiente e sua ânsia de aperfeiçoamento profissional foi plenamente satisfeita nas novas Escolas orientadas pela Missão.

— Muitos dos meus antigos colegas de estudos, de então, aqui se encontram hoje, demonstrando sua simpatia e seu apreço pelo antigo camarada que se afasta !

Feitos os meus cursos de Aperfeiçoamento e de Estado-Maior, tive meus serviços chamados, primeiramente — para o exercício das funções de adjunto do curso de Tática de Cavalaria na E.E.M.; dois anos após — das funções de Sub-Diretor do ensino da E.C., em substituição ao saudoso Mestre Cmt. Colin e, sob o comando do presado amigo aqui presente — General Valentim Benicio; — mais tarde, em 1935 e em 1937, para a chefia do curso de Tática de Cavalaria da E.E.M.

— Na decorrência do exercício de tôdas essas árduas funções, tive a ventura de reencontrar muitos dos meus antigos alunos dos tempos em que fui instrutor da Escola Militar e, novamente — a oportunidade de

poder influir: — primeiro, no seu aperfeiçoamento profissional e, depois, na formação da sua mentalidade de futuros chefes.

— Muitos dêles aqui estão presentes, afirmando-me, com seu delicado gesto, que minha passagem por aquelas funções deixou ponderáveis traços!

— Alongando mais o olhar, distingó Camaradas que comigo cursaram a E.E.M., que foram meus colegas no professorado da mesma Escola e, alguns que comigo serviram no E.M.E.

— Comove-me a demonstração de simpatia, de consideração e de afeto que concretizam com a fidalguia do seu gesto.

— A presença de tão distinguidos Chefes e de tão brilhantes Oficiais, dá-me a certeza de que — em todos os escalões e por toda a parte onde exerci minhas atividades — só deixei amigos.

— Perguntam-me, surpreendidos, os meus camaradas e amigos, a razão por que — tão inesperadamente, decidi encerrar minha carreira, acolhendo-me à sombra da inatividade, quando aparentemente, inda tão moço e, possuindo já todos os requisitos para aspirar ao Generalato e, mais o Curso de Alto Comando

— E' meu dever dar-lhes uma explicação e, esta, será a mesma que ofereci ao Exmo. Sr. Gen. Ministro da Guerra, ao apresentar meu requerimento solicitando passagem para a reserva, explicação que, a S. Ex., pareceu de todo o ponto justa:

— Após 40 anos de honestos e leais serviços prestados à Nação, no decorrer dos quais, empenhei sempre e exclusivamente em benefício do Exército, todas as minhas energias — físicas, morais e intelectuais — encontrei-me, após uma carreira mal sucedida, já com quasi 56 anos, no posto de Coronel, relativamente moderno, tendo de aguardar, talvez, 2, 3 ou mais anos para atingir o posto de General; isso — na hipótese de que tal posto fosse por mim atingido.

— Admitida tal hipótese (mesmo contrariando o princípio: **admitir sempre a peor hipótese**) — estaria eu, então, beirando os 60 anos e, certamente, já um tanto desfalcado nas minhas reservas físicas e, por isso mesmo, talvez impossibilitado de exercer as funções inerentes ao importante posto de General nas condições por mim desejadas; isto é — nas condições em que exerci as correspondentes aos diferentes postos da minha carreira, até Coronel.

— Pesando minhas possibilidades de acesso e, tendo em vista as qualidades indispensáveis ao exercício das funções de General:

— **Energia física, perfeita** — permitindo trabalhar dia e noite, jornadas inteiras à fio, sem descanso;

- **Grande capacidade profissional**, exercitada sempre e cada vez mais na pronta tomada de **decisões** permitindo solucionar casos que, na guerra, se sucedem vertiginosamente;
- **Energia moral**, capaz de sobrepôr-se à vertiginosidade e ao pêso dos acontecimentos, pois que, sem ela — é impossível dominá-los e vencê-los; e

comparando tais **qualidades** com as **possibilidades** com que poderia eu contar, ao atingir o Generalato, daqui a 2, 3 ou 4 anos, concluí que — se bem que, tanto minha **energia moral** como minha **capacidade profissional** deveriam estar cada vez mais sólidas, certamente o mesmo não poderia acontecer no respeitante às minhas **energias físicas**, fatalmente abaladas pela tirania dos anos, não mais podendo, a meu vêr, corresponder às exigências do desempenho das funções de General;

— Assim, convenci-me de que — a única decisão a ser por mim tomada, seria solicitar minha passagem para a reserva, o que fiz.

— E' que, julguei isso preferível a aguardar, beatificamente, uma das duas soluções que, fatalmente, viriam encerrar o meu caso pessoal:

- a) Ser promovido a general quando já velho e esgotado, não podendo mais encarar as responsabilidades do posto com o mesmo entusiasmo e eficiência que caracterizam o desempenho das funções correspondentes aos meus postos anteriores, desde Aspirante até Coronel.
- b) Ser atingido pela compulsória, no posto de Coronel, sem qualquer compensação que, pelo menos, revertesse em benefício da minha Família.

— Ante tão cruel dilema e, tendo sido baixado o Decreto-lei n.º 2.567 de 6 de Setembro, último, concedendo vantagens aos Coroneis com mais de 35 anos de serviço que quizessem passar para a reserva, não tive a menor dúvida em aproveitar a oportunidade que se me oferecia.

Eis aí, meus camaradas e amigos, expostas, com toda a sinceridade, as razões do meu gesto.

Estou satisfeito comigo mesmo, por ter, após um frio raciocínio e tremenda luta contra meus próprios sentimentos, obtido uma completa vitória sobre eles e, por estar convicto de que, assim, prestei mais um serviço ao Exército, deixando a outro que reuna a plenitude das qualidades desejadas, a possibilidade de atingir o generalato.

— Julgo interessante, nesta altura, fazer referência a dois fatos que são do conhecimento de alguns de vós e que evidenciam a coerência do meu atual procedimento:

1.º — Quando ainda moço, na época em que participava ativamente das competições hípias, em plena fase dos meus sucessos e no apogeu da minha forma física, pressenti, após 20 anos de ininterruptas atividades, que era chegado o momento de me retirar de tais competições, antes que a lei fatal da evolução viesse influir, com sua tirania na minha atuação, fazendo com que meus esforços, até então compensados com brilhantes êxitos, passassem a ser coroados com insucessos.

2.º — No decorrer do tempo em que tive a ventura de instruir, quer na Escola Militar, quer na Escola de Cavalaria e, quer ainda, na Escola de Estado Maior — preguei sempre a necessidade da manutenção de quadros moços no Exército, particularmente nos postos em que maiores são as responsabilidades.

— Sou, pois, nesta emergência, coerente com o meu passado.

E' certo que me retiro das atividades do Exército inda na plena posse das minhas energias e em plena fase de produção e de eficiência.

E' que não desejo prestar a êle, o desserviço de suportar o peso morto da minha presença na atividade quando declinarem minhas possibilidades.

Bem podeis avaliar a intensidade do meu sofrimento ao abandonar a vida ativa, quando minhas energias — físicas, morais e intellectuais, fazem, ainda, vibrar meu entusiasmo tal e qual como nos meus belos e saudosos tempos de Tenente!

Camaradas.

Esta extraordinária homenagem que vossa bondade decidiu proporcionar-me, é bem uma prova de que soubestes compreender as razões do meu gesto !

Ela significa, para mim, que compreendestes também, que não passei para a reserva visando acolher-me à sombra de uma inatividade ociosa e estéril.

— E' meu desejo e, espero que Deus me dê forças para tanto, aproveitar os conhecimentos e a experiência que adquiri, numa longa vida ativa, inteiramente consagrada à profissão e, com o cabedal reunido — elaborar uma série de trabalhos profissionais úteis aos jovens camaradas da tropa, visando, particularmente, seu aperfeiçoamento — quer como instrutores, quer como chefes.

— Além disso e, conforme é do meu dever — estarei sempre alérta e pronto para, em quaisquer circunstâncias condizentes com os interesses e com a defesa do Brasil e das suas instituições — prestar os serviços que meus Chefes julgarem me devam ser atribuídos

— Mão grado ter encerrado minha carreira, sinto-me bastante feliz, neste momento, ao sentir minha desvaliosa personalidade cercada pela consideração dos meus Chefes e pela amizade dos meus Camaradas

— E' pois, profundamente comovido que agradeço a magnífica e carinhosa demonstração de aféto que vossa gentileza e vosso sentimento de camaradagem decidiram proporcionar ao desvalioso camarada que, voluntariamente se retira para a massa da reserva; demonstração que — pelo seu caráter singular — vale, para mim, muito mais que qualquer outra compensação !

— Sensibilisa-me, igualmente, o fato dela ser realizada sob o tétó dêste inesquecível Regimento — no qual iniciei minhas primeiras atividades de oficial e, do qual, guardo as mais agradáveis recordações!

— Agradeço pois às altas autoridades aqui representadas e, a vós, meus Chefes, Camaradas e amigos, a extraordinária homenagem com que acabo de ser honrado.

— Ficai certos de que jamais a olvidarei e de que a recebo como um valioso prêmio, suficiente — por si só — para compensar todos os esforços que despendi nos meus trabalhosos 40 anos de serviço; de que, ela me servirá de estímulo para, mesmo como *inativo* — continuar a contribuir, na medida das minhas forças, para o aperfeiçoamento profissional dos quadros do nosso grande Exército, tendo sempre em mira os superiores imperativos da defesa dêste nosso grande, belo, magnífico e invejado Brasil e das suas livres instituições!

— Ficai certos, também, de que — apesar de naturalmente contristado com o meu afastamento das atividades desta carreira que tanto amo e à qual dediquei, exclusivamente, tôdas as minhas energias, durante 40 anos — sinto-me, ao mesmo tempo, de certo modo, feliz:

1.º — porque estou convencido de que, na esfera das minhas atribuições, tudo empenhei no sentido de honrá-la e bem servi-la;

2.º — porque esta demonstração de aféto que me proporcionais no momento em que me recolho à sombra da inatividade, constitue uma confortadora afirmação de que reconheceis como bons, os serviços que, honestamente, pude prestar ao Exército;

3.º — finalmente — porque, pude, nas vésperas e no momento mesmo do meu afastamento, merecer do último Chefe sob cujas ordens tive a honra de servir — o Exmo. Snr. Gen. Christovam Barcellos, Cmt. da 4.ª Região Militar, as mais confortadoras referências que jamais recebi em tôda a minha longa e trabalhosa carreira. Ei-las:

A) — Referentes às Manobras de Outubro, no Vale do Paraíba:

“No decorrer das manobras do Vale do Paraíba, ora terminadas — o 4.º R.C.D. teve a feliz oportunidade de patentear a sua aprimorada preparação militar, a alma nobre e viril da Cavalaria, mostrando mais uma vez, aos olhos de todos, como é necessária, útil e imprescindível nos nossos campos de operações, esta Arma que tanto tem de impávida como

robre, tanto de audácia como de prudência, tanto de perseverança como sentimento e sacrifício.

Mas, a Cavalaria é uma Arma que precisa ter à sua frente um Chefe com sua alma, com seus ímpetos, com sua sensibilidade.

E o 4. R.C.D. teve êsse Chefe !

— O Cel. Orozimbo Martins Pereira foi bem um Chefe de Cavalaria — entusiasta, enérgico, vivaz, pronto de decisão e de ação. Colocou em acentuado destaque o seu Regimento que, se em operações de guerra, sob o comando do nosso atual Ministro, revelou-se unidade combativa e valorosa, nas manobras, ostentou o seu alto grão de instrução, de disciplina e de eficiência.

O Cel. Orozimbo deu tudo de sua dedicação e competência profissional, de sua inteligência e alma de cavalarião, para a conquista de laureis de inarcecíveis êxitos para a sua Arma e para a nossa D.I.

Êle e sua brilhante oficialidade tornaram-se credores da minha maior estima e crescente apreço.

Ao meu caro companheiro de Arma e velho amigo, efusivas felicitações e meus melhores louvores”.

B) — Referentes à minha passagem para a reserva:

“Por Decreto de 7 do corrente, foi o Cel. Orozimbo Martins Pereira, à pedido, transferido para a reserva

Não posso deixar de tornar público o meu profundo pesar pelo afastamento do Cel. Orozimbo, cuja vida inteiramente consagrada ao Exército e carreira sempre brilhante, levava-nos a vê-lo nos últimos postos, como um Chefe dos mais capazes.

— Não sabemos porque procurou a sombra de uma inatividade, um espírito tão refulgente, de tanta vida e tanta imaginação.

— Inteligência sempre alérrta para as cousas do Exército, alma que foi sempre vibração pela Cavalaria e pela profissão; tudo no Cel. Orozimbo é vida, é entusiasmo, é devotamento e foi sempre servir.

Por que buscou um descanso, para nós tão prematuro ?

— Interêsses — não, para quem sempre viveu por um ideal;

— desenganos — não o seria para o seu espírito forte, para a sua alma de soldado entusiasta, animado pela chama de uma esplendida vocação.

— Se pelo estado de saúde, faremos votos para o seu completo restabelecimento, pois a Pátria o tem como um filho amantíssimo e o Exército — como um servidor pronto a acudir os apelos à sua esclarecida inteligência, ao seu coração de soldado e aos sentimentos de patriotismo que não extinguem em quem foi sempre um vibrante exemplo de devotamento e de amor à profissão e ao Brasil.

— Quaisquer que sejam os motivos do seu afastamento, o seu pensamento e o coração estarão voltados para o Exército e destinos da Pátria.

Surpreendido por essa deliberação do meu presado camarada e velho amigo, tenho certeza que, a sombra que procurou em plena radiossidade de uma vida militar fulgurante, não o envolverá no esquecimento; como êle, dela não se servirá para eximir-se dos vínculos que o prendem à classe que muito amou e tanto o estima.

A sua passagem no Comando do 4.º R. C. D. deixou traços imperecíveis da operosidade, da vivacidade de sua inteligência, cultura profissional, grande bondade e sentimentos de camaradagem.

— Ao agradecer as constantes provas de amizade e preciosa colaboração do meu velho companheiro de entusiasmo pela Arma e pela profissão, envio-lhe um grande e comovido abraço”.

— Que outros prêmios poderia um soldado aspirar ao encerrar sua carreira, que êstes que me foram proporcionados ?

— E' pois, compreensível e mais que justificada, a profunda comoção de que me acho possuído, neste momento.

E', consequentemente, comovido ao extremo, que renovo meus melhores agradecimentos a todos — Chefes e Camaradas — que me distinguiram com tão valiosos prêmios. Muito obrigado !



Desafiando chuvas e ventos

Marchemos sem receio
por montes e vales, ao
vento e à chuva, plena-
men e corfiados ro

PEITORAL DE ANGICO PELOTENSE

o remedio maravilhoso para os resfriados, tosses, bronquites e rouquidões
Encontra-se em todo o Brasil

CASA LOHNER S. A.

Fabricação de aparelhos

MEDICO-CIRURGICOS E DENTARIOS

Fornecedora da D. S. E.

Rio de Janeiro

—:—

São Paulo

Agentes e Representantes em todo o Brasil

O CONCEITO JURÍDICO DO SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO

DISCURSO PRONUNCIADO NA SOLENIDADE DO
SERVIÇO MILITAR EM VITORIA

Pelo Dr. LINDOLPHO BARBOSA LIMA
Procurador regional da República
no Espírito Santo

O Dr. Lindolpho Barbosa Lima reúne na sua personalidade a retidão e a serenidade do magistrado, a insociabilidade do sociólogo e a sensibilidade do artista nato.

Homem do ideal, o seu espírito sonha por melhor vida em sociedade onde domine a bondade e a justiça.

Homem do dever, a sua razão dobra-se às contingências da vida real, em que impera a ambição das nações e paira o espectro da guerra, cruento, trágico e funesto.

O seu estudo sobre o conceito jurídico das Forças Armadas aflora de suas concepções idealistas por força do sentimento de responsabilidade do homem público, no choque com os problemas concretos da vida social. Nele se encarna a compreensão que se encaminha por querer todos os esforços do país orientados não apenas para o seu engrandecimento mas principalmente em pró de sua conservação e de sua defesa. — T.A.A.

O chefe da 3.^a C. R. Ten.-Cel. Rosemiro de Freitas Marinho, escolheu-me para falar sobre a solenidade a que dais o realce da vossa presença.

Esse convite o acolhi sob o penhor da minha lealdade. Cumpre-me, pois, selar com o timbre da verdade o sentido real desta solenidade, como fato de exaltação da Pátria. Contudo, seja-me permitido roubar um momento ao magno assunto, para fazer certo relêvo pessoal de um de entre todos nós presentes, como homenagem às qualidades de um chefe militar.

O convite, com que me distinguiu o chefe da 3.^a C. R., o tive por uma ordem irrecusável, tal conceito me merece o honrado soldado que, nesta hora, preside os trabalhos de recruta-

mento militar nesta Circunscrição da República. Tanto mais grata a incumbência posta a meu cargo, quanto certo que a distinta officialidade da 3.^a C. R. não discrepa do meu juízo sôbre o outorgante do mandato em virtude do qual falo. Dest'arte, quero acentuar que meu pensamento não se mede pela subordinação à oferta da outorga, deprimindo-a na essência da sua espontaneidade. Ao contrário, tem o preço de estimativa moral da representação desta Circunscrição, onde tanto impera a cordialidade, como a disciplina impera: sintoma de harmonia, preságio de nobreza do sentimento, indicio de efeitos benéficos do trabalho coordenado, que gera a força representativa do pequeno núcleo de cabeças dirigentes do serviço de recrutamento neste Departamento da Federação Brasileira.

Não terá atingido a perfeição o trabalho da 3.^a C. R., que se não supõe o tipo modelar das congêneres no cumprimento do dever de servir fielmente à Nação. Aqui, como nos demais Estados da República, há falhas no serviço, mas estas só quanto aos imprevistos de cada dia e com relação aos meios de atividade, falhos na sua acepção de desdobramento da ação de superfície, de natureza mecânica, por falta, muitas vezes, de propulsão natural dos métodos práticos do trabalho, em virtude do acúmulo das funções que exigem, por sua vez, direção especial de capacidade técnica, ao passo que as cabeças responsáveis são bem poucas para dirigir com precisão os diversos setores desta Administração Militar.

Uma Circunscrição de Recrutamento — com suas diversas seções, sua tesouraria, seu arquivo, seu serviço secreto, suas constantes relações com o meio civil e o militar, sua interdependência da ordem hierárquica e meio governamental, sua Junta de encargo jurídico da situação dos alistados e sorteados, e, finalmente com a coordenação de seus serviços interno e externo, qual o da fiscalização dos diversos órgãos do alistamento, sob todos os aspectos de sua expansão — constitue um conjunto administrativo de múltiplas faces, cujo centro de gravidade só se mantém pela influência superior da voz do comando. Aqui, porem, ao pé da realidade, acontece que,

sendo exíguo o número de oficiais, é muito o que se faz e não menos do que seria possível se fizesse.

Esse êxito — a cavaleiro da situação de fato — atesta-o a expressão de um comando sereno que sabe se equilibrar entre a razão imperiosa dos fatos e a evidência de uma contribuição que multiplica as ordens e os cálculos de projeção da força e do prestígio dêsse comando.

Eis o espírito de camaradagem e de ordem da 3.^a C. R.

Partamos porem, dêste âmbito estreito da agitação quotidiana, monótona, de alguns cérebros e vejamo-lo para mais longe, no cenário uniforme da organização, de conceito atual, do Exército Brasileiro, dentro do grande mundo da República.

Não vos detenho diante do fato incolor do sorteio sob seu aspecto mecânico, que, positivamente, só nos oferece um conceito de manifestação interior — o que sentimos através da objetiva emocional daqueles, em tão grande número ausentes de nós, submetidos ao sorteio e, que por força dêste, à mercê de um simples movimento com que lhes atira o destino a luva da sorte.

O assunto em foco revive sempre a memória do governo do Marechal Hermes da Fonseca ao qual deve o país a organização democrática do Exército, no tocante à contribuição de todos para o serviço militar obrigatório mediante sorteio, em cuja consequência deve cada cidadão se saber soldado, qual guerreiro de elmo a pluma e lança em riste pronto para a investida de defesa da soberania da Nação.

Já não se me ajusta tanto à mente — permiti vos diga — o estilo das arrancadas épicas do pensamento. Mas, na verdade, de tanto não exclue o imperativo do ideal, principalmente dêsse ideal tantas vezes sublime da grandeza espiritual da Pátria, não libertada, como todos os povos do planeta, da necessidade de manter fôrças armadas em face das injunções da guerra, embora o paradoxal contraste da civilização vista diante das mais surpreendentes descobertas científicas que o despudor dessa mesma civilização explora como elemento de destruição do homem, dos povos, da humanidade.

Não fôra — é certo, não ha negá-lo o aceno único da esperança de vitória das armas de defesa da liberdade dos povos, o homem teria já a certeza plena de sepultar-se nas sombras dessa civilização, que veio se postergar a si mesma no crime dos golpes feros da surpresa e da traição, conduzida, nos seus requintes de involução, pela filosofia do cinismo, guiada nas suas realizações de conquista pela ambição incontida da instituição de novos impérios e, por fim, autopsiada no flagrante impudico de sua própria nudez, tentando reduzir o homem ao automatismo da própria alma, roubada, vilipendiada, estigmatizada a liberdade espiritual das nações.

Os enlevos da oratória, pois, já não arrebatam mais para as regiões azues do sonho e da ilusão, como quando dos tempos em que o homem, feliz, calmo, despreocupado, podia sonhar e ter em repouso a mente e o coração.

Esse homem do sonho e da ilusão desapareceu, não existe mais. Hoje, o homem é outro; tomado da inquietação de espírito, é aquele cuja palavra e pensamento têm o ritmo dos efeitos trágicos da guerra.

De fato, a realidade é cruciante: o clangor das armas está por tôda a parte. Os homens e os povos já não têm o dia e a noite para o trabalho e para o repouso. Outro é o aspecto da vida: a realidade mundial é a da guerra.

Por sôbre as obras fundamentais de maior relêvo dos tempos passa o espectro da morte, como o relâmpago das tempestades.

Sopram ventos furiosos de ameaça aos destinos de paz do mundo inteiro. Ventos impetuosos das iras dantescas uivam pela boca das granadas de alto poder mortífero, num movimento ciclópico de destruição das nações inteiras, que se reduzem a cinzas...

Comanda o furor da hecatombe o espírito do terror.

Nunca a humanidade assistira a destroços tamanhos da vida: nunca a humanidade assistira a sucessos assim tão infaustos, tão cruentos, tão trágicos, tão funestos. A realidade do poder da força só se opõe a realidade de uma força maior.

Inevitável, portanto, cuide sèriamente cada povo de sua completa organização militar e da eficiência de seus exércitos.

País pacifista, não obstante, o Brasil precisa de bases seguras de resistência militar concreta de capacidade de defesa contra os atentados da brutalidade, ora convertidos em princípio de fôrça e de conquista a título de padrão de civilização nova da humanidade.

Eis que em bôa hora sancionou o govêrno da República a lei do serviço militar obrigatório, que a todos obriga e a ninguém excusa, postos em pé de igualdade todos os cidadãos capazes, forma essa de recrutamento que vem servir de advento da organização impressionante da nacionalidade para os possíveis embates da guerra, que ameaça, qual convulsão fatal, o mundo inteiro.

Ao contrário do senso de repulsa geral do sorteio militar, êste teve para logo a virtude de extinguir o mal que residia na espécie descentralizada, do meio social brasileiro, do soldado profissional, embora quasi sempre êste cheio do valor inconsciente da sua coragem, que tambem se manifestava, negativamente, pelo prisma da indisciplina e da insubordinação, negação assim manifesta das virtudes da ordem pública.

De fato, as fileiras do Exército eram, d'antes, profissionais, fato que perdura na existência das fileiras profissionais das praças razas das Policias Militares, que precisam de ser transformadas em valores da cidadania, integradas, assim, no conceito dos destinos humanos da sociedade.

O serviço militar obrigatório, no seu conceito de doutrina e de princípios democráticos, exclue a organização de fôrça armada de fileiras razas profissionais. De fato, estranha é a concepção de ordem democrática das fileiras razas do Exército e ao critério de unidade eficiente das fôrças armadas a existência de fileiras razas de soldados profissionais. Isto posto, reservas do Exército Nacional, fôrças auxiliares do Exército Nacional, as Policias Militares deviam ser integradas na organização democrática do serviço militar obrigatório,

fundidas no próprio espírito de ordem do Exército Nacional, segundo o imperativo da lei que teve por fim e efeito extinguir a classe da praça mercenária e restituir ao soldado a sua qualidade precípua de cidadão consciente do seu dever para com a Nação.

Só dessa forma, creio, se poderia atingir o ideal de um comando único eficiente de tôdas as forças de terra da Nação, unidas num só corpo, numa só alma e num espírito único, num regime de disciplina e de ordem, num regime único de eficiência da nossa organização militar.

O serviço militar obrigatório é, sob êsse aspecto de sã doutrina democrática, a instituição orgânica da defesa solidária da República. A esta altura chega a instituição e mais alto ainda se levanta, nesta hora, em que cada homem deve ser de fato um verdadeiro soldado, por isto mesmo que a razão da consciência livre dos povos não tem mais o conceito da política humana entre as nações !

Impõe-se a formação de nova mentalidade do soldado.

Modificou-se o conceito de força dos exércitos: não se entende mais a ação dos exércitos isolada da ação em conjunto das forças humanas de uma nação. A função do operário, que produz o material bélico e do lavrador que deita a semente ao chão não se distingue mais da do soldado que empunha a arma de combate no mar, em terra e no ar.

O conceito da força toma, sugestivamente, a sua última forma palpitante de expressão: é a tendência de manifestação final da falsa civilização das formas convencionais da violência, moduladas pelo ritmo destes novos tempos de conquistas da guerra. Portanto, o serviço militar obrigatório, que, segundo o espírito da lei, estende a mão por sobre todos, sem a ninguém excetuar, deve trazer com a realidade prática da sua força o timbre característico da solidariedade absoluta a todo preço. Só a caserna, pois, pode formar o soldado de que precisa o país: essa necessidade viva clama, em verdade, pela unidade de espírito de tôdas as forças armadas, num conjunto único marcial de consciência nacional.

O estilo de literatura de fantasias é inócuo: o estilo do pensador deve ser de clareza meridiana e sincera, deve ser de opinião.

O estilo literário de visão exterior da Pátria, já não se ajusta também ao momento crítico que atravessa o mundo. Empolga-nos, por certo, o aspecto maravilhoso das nossas cordilheiras e das nossas florestas, da riqueza do nosso sub-solo, das alvoradas e dos crepúsculos do norte, do sul, do leste e de oeste, qual gama colorida dos soluços musicais e dos suspiros sonoros da nossa alma, assim como nos embevece o sussurro das águas rumorejantes do regato, que inspirou a poesia da nossa mocidade. Mas a civilização do sentimento fictício, que fez do coração do homem o ritmo das pancadas da inquietação do espírito, nos roubou aos encantos da vida simples à moda dos tempos patriarcais.

A realidade é bem outra: é a da experiência de crueis provações que jogam com a vida para os abismos da tragédia!

O tema lançado nestas proporções é vasto: forçoso é reduzi-lo à síntese dos termos do assunto em foco.

Tão dura verdade dos fatos da atualidade humana impõe a concepção de uma pátria emoldurada nos rasgos e nos vãos dos arremessos de granito. À essa pátria é de vê-la na consubstanciação de tôdas as forças vitais da nacionalidade pelo prisma do seu conceito de virtudes da alma, pela feição interior do seu passado, da sua história, e das suas tradições, qual fato de condensação espiritual das energias humanas de feição da consciência histórica e do determinismo de evolução do espírito nacional.

À essa pátria é de vê-la pelo prisma da evolução humana, conceituada na forma da atualidade histórica, una e indivisível, sob pena de sua dissolução, talvez, em momento de guerra, como aconteceu desgraçadamente à França, essa eleita do pensamento, hoje sob o tripudio da escravidão!

Eis a minha conclusão: o soldado é o povo, como o cidadão é a pátria, o povo e a pátria tidos como conceito humano da consciência disciplinada.

Sôbre essa consciência disciplinada da atualidade, segundo aquele conceito de pátria cai o reflexo aurifulgente da imortalidade dos nossos heróis.

Nosso passado tem páginas de ouro, nosso passado abunda em exemplos do valor espiritual do homem: invoquemos, nesta hora, êsse valor espiritual do padrão de consciência histórica da Nação.

Nossa história militar tem facetas imarcessíveis à estrutura de granito.

O monumento espiritual de suas memoráveis tradições reponta em perfis de destaques famosos desde a coragem da gente brava das fileiras razas até o conceito épico dos comandos em chefe.

Confundem-se, na verdade, os feitos e os homens na epopéia do valor e da gloria: êsse valor e essa gloria confundem-se, sinteticamente, na decisão incomparável de Barroso e na bravura sem par de Marcilio Dias; no arrôjo de Osorio e na intrepidez calma de Antonio João; na dedicação indescritível de Poty e no ardor guerreiro insaciável de Henrique Dias; na impetuosidade marcial de Maria Quiteria e na arte épica intangível do Duque de Caxias, o gênio Militar da raça.

Essa representação heróica do amor e da honra da Pátria, guarda-a o bronze imperecível da nossa história: êsse o padrão de consciência histórica das gerações.

Eis o rumo apontado àqueles que tem a correr nas veias o sangue dos nossos heróis, cujo espírito não pode ser desmentido sem a nossa deshonra.

Soldados do Brasil, eis o evangelho do verdadeiro patriotismo.

**Serralheria Artistica - Construções Metalicas.
Esquadrias Metalicas - Venezianas de enrolar.**

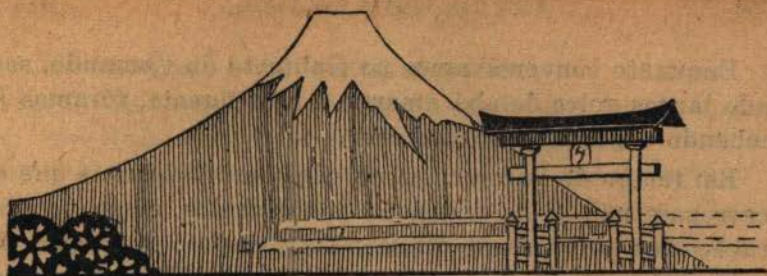
Empreza Metalurgica

L. Castier, Ltda.

Rua Annibal Benevolo, 99/107 (antiga D. JULIA)

Fone: 22-8846

RIO DE JANEIRO



Algumas Visitas no Japão

Ten.-Cel. LIMA FIGUEIRÊDO

Consultor Técnico do Conselho Nacional de Geografia,
Membro efetivo da National Geographic Society, de Washington,
e da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro.
Socio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense.

2.º Batalhão Ferroviário sediado em Tsudanuma (12-5-1939)

A 12 de Maio de 1939, em companhia do capitão Kabayama e do Sr. Ariyama do Ministério dos Estrangeiros, visitei o 2.º Regimento Ferroviário sêdiado em Tsudanuma, que fica cêrca de uma hora de trem elétrico de Tóquio.

Fui recebido pelo tenente-coronel H. Hayase que em seu modesto gabinete me aguardava. Todos os edifícios do quartel são de madeira como, aliás, soem ser as demais construções do Exército. No gabinete do comando havia uma mesa com três cadeiras destinadas a receber os visitantes. A um canto encostada à parede existia outra mesa de madeira tôska onde o comandante trabalha e assina o expediente. Pregados à parede uma série de programas de instrução e um gráfico mostrando o adiantamento da mesma e o rendimento da oficina.

O Regimento se compõe de:

- E. M.
- 3 Cias. iguais (150 aproximadamente).
- Uma secção de estudos.
- Uma secção de material e oficina.

Enquanto conversávamos no Gabinete do Comando, sorvendo largos goles de chá amargo e bem quente, fôramos já recebendo algumas informações.

Em tempo de paz servem ali cêrca de 70 officiaes que se encarregam não só da instrução dos soldados, como da preparação dos futuros sub-officiaes ferroviários. A secção de estudo acima citada destina-se a isso. Os soldados que revelarem aptidão moral e intellectual, após completarem seu tempo de serviço, ficam mais um ano, preparando-se para o pôsto de sargento da ativa. Geralmente os candidatos chegam a êste pôsto com 22 anos e poderão permanecer na caserna até a idade de 30 anos em tempo de paz. Se conseguirem atingir a graduação de **jun-i** (sub-tenente) servirão até a idade de 40 anos.

Todos os sub-officiaes poderão ingressar na Escola Militar, desde que sejam indicados pelo Cmt. do Corpo. Êste faz a escolha depois de haver observado meticulosamente. Se o sub-official chega às idades acima citadas sem lograr ingressar na Escola Militar, é licenciado sem nenhum onus para o estado, sendo convocado em caso de guerra ou de grande manobra.

Aqui no Japão não tive a oportunidade de ver sargentos velhos que mal se podem pôr de pé, como succede no Brasil. Deviamos adotar as mesmas medidas do exército japonês — **sargento com mais de trinta anos não pode ser sargento**. Mesmo os técnicos ficam sòmente até a idade de 40 anos. Podem classificar esta medida de deshumana, porém é ela a mais adequada com os interêsses da nação. No Brasil eu só vejo um caso do sargento ficar servindo a vida tôda — quando êle servir nos contingentes de fronteiras com sua família e lá permanecer para sempre, como um elemento colonizador. Aqui não há sargentos reformados, nem famílias de sargentos recebendo do tesouro público.

Atrás do quartel há um excelente campo destinado à instrução que consta das seguintes partes:

- construção de uma linha Decauville.
- construção de uma linha normal

- montagem de pontes metálicas
- construção de pontes de madeira
- destruição das pontes e vias férreas
- montagem de estações
- instrução militar e geral.

No campo estava uma companhia destinada a fazer alguns exercícios para eu ver. Os oficiais e sargentos estavam armados de espada que ali era o sinal de comando e que se mantinha desembainhada durante todo o tempo do exercício.

O oficial comandante da companhia, com a tropa na posição de sentido, diz em voz alta o seu nome, quantos oficiais e soldados está comandando e qual o trabalho que vai fazer. O oficial mais graduado entre os que chegam responde o seu nome e diz-lhe que pode começar o exercício.

Estavam formados cerca de 150 homens. Todos vestiam culote e gandola creme tendo no pescoço uma espécie de gola acolchoada para proteger os ombros na ocasião de carregar os trilhos. Têm na cabeça o quepi com a jugular passada sob o pescoço; nas pernas tiras de pano caqui a guisa de perneiras e nos pés botas de couro.

Tôdas as manobras são feitas debaixo duma formidável gritaria, e, apesar da rudeza do trabalho, os movimentos são marciais **para mostrar que os militares trabalham de modo diferente dos civis**. Assim os trilhos são carregados em passo cadenciado e para jogá-los no chão, o último soldado dá uma voz de comando, todos se afastam rapidamente e a seção de trilho é deixada cair.

O primeiro exercício constava da construção de uma estrada Decauville. As características do material são as seguintes:

- Uma seção completa, com os dois trilhos e as respectivas travessas, pesa 180 kg. e tem 5 metros de comprimento, sendo transportada por seis homens, logo 30 kg. para cada um;
- Rampa máxima — 1/18.
- Raio máximo — 30 metros.

— Velocidade construção — 10 km por dia de 12 horas, inclusive a montagem de uma estação.

A construção da estrada é feita por três turmas. A primeira de cerca de 50 homens vai na frente preparando o terreno e balizando o eixo da estrada. A segunda vai empurrando um vagão carregado de seções de trilhos, colocando-as no chão e ligando-as com um só parafuso. A terceira seção faz a ligação das seções e torna a linha estável, calçando-a com terra.

Cada vagão conduz 30 seções ou $30 \times 180 = 5$ Ton. 400. As seções curvas já estão preparadas, de modo que pelo reconhecimento é fácil localizar o seu emprêgo, transportando-as no fim de tantos vagões de seções retas.

Terminado êste exercício fui ver terminar a armação duma ponte desmontável. Tinha ela 30 metros de vão e na sua construção estavam trabalhando 150 homens. Constava a ponte de oito vigas metálicas em treliça. Sua construção completa demanda um dia inteiro de 12 horas. Foram largamente empregadas na China do Norte. Quando um lance estava bem destruído, porém os pegões intactos, era só acabar de jogar ao rio os escombros e montar a nova ponte. No fim de um dia o tráfego estava restabelecido. Mais tarde, se possível, a ponte era libertada, fazendo-se a definitiva, como aconteceu com a ponte sobre o rio Amarelo perto de Tsinan.

As instruções de montagem de pontes metálicas e de reparação de brechas nas mesmas deveriam merecer mais cuidado de nossa parte. Chego a dizer serem quasi a parte essencial da instrução da engenharia. A M.M.F. descuidou-se dessa parte. Parece-me que os mestres encarregados da instrução da minha arma não eram competentes. Guerriot fez-se militar durante a guerra, não tinha o traquejo da instrução durante o tempo de paz. Serviu quasi sempre em companhias de sapadores. Brigôo era fraco. Vindo da infantaria, conhecia muita coisa acerca do emprêgo das transmissões, porém desconhecia os assuntos relativos à es-

pecialidade da arma. E assim a Engenharia, pelo que pude ver aqui, está erradíssima na sua instrução.

Desejei saber quantos metros de ponte desmontável havia por regimento ferroviário. O oficial que me acompanhava, respondeu-me que era variável, mas que infelizmente não podia dar-me os limites...

A mesma tropa que fez o primeiro exercício já estava em outro local para construir uma via férrea normal de bitola estreita.

O número de homens era o mesmo, porém havia sete turmas de construção.

Cada trilho isolado tinha 10 metros de comprimento e pesava 400 Kg. Na China o peso dos trilhos varia de 300 a 500 kg.

Os trilhos são conduzidos em vagões. Os homens empurram-nos sobre dois rolos metálicos até que suas pontas anteriores atinjam uma espécie de cavalete de madeira. Uma vez o trilho na posição certa, deixam-no cair para ser fixado duma maneira rápida. A construção avança, enquanto a turma que vem atrás vai fazendo a consolidação da linha.

A velocidade de construção é de 2 km. por dia de 12 horas. A rampa máxima é de 1/100. O raio máximo é de 100 metros variando com as locomotivas e os vagões.

O regimento tem suas locomotivas e, aproveitando a linha civil que corre ao lado, após entendimento com o Ministério das Comunicações, faz sua instrução de tráfego.

Terminado o exercício fomos assistir ao preparo da destruição duma ponte metálica. Com arame e petardos de madeira estava a instrução sendo conduzida com muito cuidado.

Aqui quero fazer outro reparo sobre o ensino de engenharia da M.M.F. E' certo que fizemos muitos exercícios teóricos relativos a destruição das pontes. Praticamente só destruições ligeiras — pontes de cavaletes, estacas, tri-

lhos aramados... Nunca vi uma tropa colocar uma carga numa viga metálica e deixá-la em condições de ser destruída.

Há no parque do regimento vários tipos de vigas — geralmente todos os utilizados no Extremo Oriente. Ali os oficiais e soldados aprendem a fazer uma destruição de verdade. Talvez essa lacuna da nossa instrução resultasse em benefício, pois nas nossas guerras intestinas de 1924 para cá, tôdas as vezes que iam fazer uma destruição a obra darte não caía — era facilmente escorada e no fim de algum tempo o tráfego restabelecido. (1)

Afinal fui visitar a oficina que é grande e bem montada. O Regimento já havia dado uma unidade que tomou o nome do seu comandante e estava combatendo na China. Dêste modo algumas viaturas-oficinas ainda não foram repostas. Há, contudo, cinco caminhões-oficinas novinhos e com mais duas viaturas do mesmo tipo estará o novel batalhão pronto para ser empregado na luta.

Alem da grande oficina regimental que se encarrega de fazer e exercitar técnicos e de reparar o material de estrada de ferro do Exército, há ainda oficinas menores para as companhias.

Cada companhia tem seu depósito de material separado.

Perguntei porque o Japão não empregava seus regimentos ferroviários nas construções de estradas civis. Responderam-me que outrora isto fôra feito, mas que ficou verificado que os oficiais e soldados perdiam o espírito militar que é a base de todo o edifício dum exército. Agora só a instrução é cuidada e com isso muito tem ganho os que labutam naquela caserna, pois todos os anos surgem aperfeiçoamentos na instrução.

Acho que no Brasil a tropa que se emprega em trabalhos de natureza civil fica totalmente apaizanada. Como ficam também apaizanados os oficiais que servem nas Diretorias de Engenharia e Serviços Regionais por longo tem-

(1) A ponte da via férrea entre Ourinhos e Salto Grande (1924) é um exemplo — Nota da secretaria.

po, como estava sucedendo. Somos antes de tudo soldados, depois técnicos. A instrução no Exército Japonês é toda ela desenrolada de maneira que faça surgir no ânimo do soldado o espírito ofensivo. Assim, quando assistíamos ao exercício de preparação duma destruição, o Capitão Comandante da Companhia acentuou que aquilo não era ensinado com o fito de **destruir uma ponte para fugir** e sim para cortar a retaguarda do inimigo, como tem sucedido várias vezes na China.

E' assim que se prepara "carne para canhão" — dando-lhe eficiência e sentimento ofensivo.

ESCOLA DE INFANTARIA

SHIBA

A Escola e o Regimento que lhe é anexo formam um conjunto comandado pelo General de Divisão Honda, sendo sub-comandante um General de Brigada.

Com a guerra o número de alunos aumentou consideravelmente, chegando a quasi mil, pelo contrário a quantidade de instrutores ao todo — Escola e Regimento que era de 100 caiu a 60.

A instrução é diária, das 8 às 16 horas. Não havendo descanso nem aos domingos que eram antes da guerra considerados como dias de folga. Os oficiais almoçam no estabelecimento pagando cada qual sua refeição.

O instrutor não tem gratificação especial, nem seu serviço é considerado mais importante que o da tropa.

Há alguns oficiais superiores, que não estão bem senhores da sua profissão, fazendo um curso especial. Para êstes todo o assunto é ensinado por meio de conferências, para serem depois aplicados nos têmeas.

Para os capitães e tenentes começam o estudo com casos concretos e vão explicando a doutrina no decorrer dos mesmos.

Terminado o curso o oficial volta para seu regimento.

Nas proximidades da Escola fica a de Carros de Combate, a-fim de que possa haver um entrozamento perfeito entre a infantaria e os engenhos mecanizados.

Para as duas escolas e o regimento há um enorme campo de instrução com excelentes linhas de tiro para todo o armamento do infante.

Na linha de tiros para metralhadoras assisti a realização de vários exercícios. Um dêles consistia em derrubar vários alvos metálicos duma só rajada ceifante. Vi atiradores derrubarem todos os seis alvos duma distância de 200 metros.

Com a metralhadora fixa a 500 metros fizeram tiros para mostrar a percentagem e a dispersão. Esta foi ótima e aquela foi de 29 impactos em 36 tiros. A arma com que fizeram êste tiro foi oferecida ao Exército Brasileiro.

Compareci a um exercício com lança-granadas, dois dos quais trouxe comigo para o Exército. Em um grupo de 10 homens, 5 estavam com o fuzil e os outros 5, com lança-granadas.

O homem que leva o lança-granadas deita-se no chão e coloca sua arma fazendo um ângulo de 45° com o terreno. O homem do fuzil fica à sua esquerda e efetua o carregamento colocando a granada no bocal. O lança-granada é carregado com a mão direita.

O alcance máximo foi de 670 metros. A 250 metros fizeram excelentes concentrações.

Empregando tipos de granadas especiais foi feito o balizamento de dia por intermédio de paraquedas de papel fino que saíam de dentro da granada.

Visitei o canil da Escola, pois o adestramento e criação dos cães-estafetas ficam ao seu cargo. Animais maravilhosos. Fazem ordem unida e instrução de combate. Na ordem unida executam movimentos de acôrdo com o que é executado pelo seu dono.

Há ainda na Escola um plano relêvo com um sistema de iluminação engenhoso, para mostrar a influência da luz na

avaliação das distâncias. Dentro da sala eles tinham, com simples comutadores: o arrebol, alta madrugada, o luar, dia chuvoso, etc..

Sai da Escola òtimamente impressionado, apesar das suas modestas instalações quanto ao edifício e mobiliário.

ESCOLA DE ARTILHARIA DE CAMPANHA

IOTSUKAIDO

Estava sendo comandada pelo General de Brigada Izeki.

Foi fundada há 54 anos passados com o nome de "Escola de Tiro". Em 1900 mudou-se para o local que atualmente ocupa.

Em 1922 recebeu o nome de "Escola de Artilharia de Campanha".

Tem por fim a instrução dos oficiais de artilharia e a pesquisa de tudo quanto disser respeito à instrução e ao material de artilharia.

Possue seis classes de alunos, cada um com 30 oficiais ou sub-oficiais.

Há um regimento de artilharia anéxo à Escola, com canhões de 75, 105 e 150 mm. No conjunto Escola-Regimento há mais ou menos 90 oficiais.

Os soldados e sargentos do Regimento são enviados pelos Regimentos de Artilharia que selecionam os candidatos.

Há um departamento de material onde há cortes e peças de canhões desmontados, as quais servem para pesquisas e estudos aos alunos.

Horário. Das 8 às 11,30 e das 12,30 às 16,30, diariamente inclusive aos domingos.

Não há trabalho a domicílio. Tudo é feito na Escola.

Antes do conflito, quando o Governo Chinês estava em boas graças com o Japão, os oficiais do exército da China tinham cursar naquela escola em número que variava de a 10, chegando mesmo, uma vez, a 30 alunos.

Atualmente há oficiais dos exércitos mandchú tirando o curso.

A tendência na artilharia é para a especialização. Os corpos de tropa enviam seus oficiais para a Escola, e, uma vez o curso terminado, voltam para seus corpos. A transferência de oficiais duma espécie de artilharia para outra é feita em número muito reduzido — quasi não existe.

O número de alunos instruídos na Escola a partir de 1922 orça por 5.000.

No ano de 1939 os oficiais da reserva começaram a ser chamados para tirar o curso de aperfeiçoamento.

Antigamente os oficiais da reserva eram feitos nos corpos de tropa, como já tivemos oportunidade de dizer. Agora, por ordenança imperial de 26 de Março de 1938 foi creada a "Rikugan Yobi Shibun Gakko" (Escola de Oficiais da Reserva), com o curso de um ano findo o qual, vão aperfeiçoar-se nas escolas das armas.

Os tiros são de duas espécies:

1 — Executados numa sala, onde, sob um plano relêvo em tela, há um maquinismo elétrico complicado que permite luzes, imitando qualquer hora do dia ou da noite. Os tiros são feitos por meio de pequeninas lâmpadas e a fumaça é obtida por meio dum engenhoso aparelho de soprar. O vento é conseguido com ventiladores.

2 — No exterior, em uma caixa de areia onde há uma miniatura do campo de instrução que permite tiros até 7.000 metros.

ESCOLA DE CAVALARIA

HUNABASHI

O Comandante era o General de Divisão Ishida e o Subcomandante o General de Brigada Sakuma.

A cavalaria está passando por grande transformação. Pensam mecanizá-la na proporção de 4 por 1, isto é um regimento terá 4 esquadrões de cavalaria para um esquadrão de carros.

Cada esquadrão tem 12 canhões **anti-tanks** que vêm em cima dum retrorem duma viatura. Sobem e descem facilmente mercê da articulação da flexa de engate que abre, formando uma rampa. Essas viaturas são puxadas por 4 cavalos e podem acompanhar a Cavalaria em qualquer andadura. A munição vai no armão.

A velocidade de marcha é de 60 Km/dia, podendo fazer excepcionalmente uma etapa de 120 km. Para cada três dias de marcha deve haver um de descanso.

Os cavalos têm altura que variam de 1m,50 a 1m,60.

Há para a Escola e o Regimento a ela anéxa, cinco picadeiros grandes que podem ser divididos em três cada um, se necessário. O guarda-flanco é de cimento armado.

Assisti a um exercício que se inspirou sensivelmente em doutrinas alemães. Procura do flanco, desdobramento sistemático antes mesmo da precisão do contacto, rapidez de execução — são as características principais.

Parece que os japoneses ganharam alguma experiência na China, pois suas formações agora são mais diluídas, a progressão é mais rígida e, sobretudo, há o cuidado constante de ter-se em linha, no momento decisivo, fogos em quantidade suficiente.

Tive o prazer de presenciar alguns saltos do Cap. Iwashî, campeão mundial.

Vi sargentos em equipes de cinco fazendo um percurso de obstáculo com a altura máxima de 1m,30 e largura variável até 3 metros.

Estavam cursando apenas 40 oficiais.

ESCOLA DE TRANSMISSÕES

No dia 26 de abril de 1939 em companhia do capitão Kabayama e do engenheiro Clovis Gastal visitei a Escola de Transmissões situada na localidade chamada Zama. Através de boa estrada durante cerca de uma hora e meia chegamos à sua sede. Enormes edifícios de madeira recémconstruídos com dois andares e separados uns dos outros por longas ave-

nidas, exigiram larga área para abranger tôdas as secções do estabelecimento, erigido sob às vistas do major Masamoto Tokawa que visitou instituições congêneres na Itália, Alemanha e Polônia.

Há atualmente quatro cursos funcionando na Escola:

— um curso de oficiais de tôdas as armas, com capacidade para 40 ou 50; com a duração de dez meses;

— um curso para sargentos com a duração de oito meses;

— um curso para candidatos a sargentos com a duração de um ano, constituído por soldados de tôdas as armas que mostrarem pendor acentuados pelas transmissões;

— um curso para jovens de 17 a 19 anos que tenham terminado a Escola Média, com a duração de dois anos.

Com exceção dos oficiais todos os demais alunos são internados. Há alojamentos para 25 alunos, tendo dum lado as camas e de outro confortáveis mesas para o estudo. Fazem exercícios militares com o mosquetão. Todos têm as mesmas fontes de consulta e o professor dá a aula com o livro aberto, sendo acompanhado pelos discípulos nos seus respectivos livros que, geralmente, são traduzidos dos compêndios americanos, tornados porém mais claros. Fica assim o ensino uniformizado e facilitado. O principal trabalho dos professores é fazer o livro e organizar as notas, o resto é muito simples. As turmas para os exercícios técnicos são no máximo de 25 alunos; as aulas de teoria podem ter qualquer número de discípulos.

As matérias ensinadas na escola são as seguintes: eletricidade, máquinas em geral, telefone e telégrafo, rádio, motores e dinamos, tática e tiro. Esse assunto é ensinado em todos os cursos, guardadas as devidas proporções. Sòmente para os oficiais é a matéria tratada à luz da matemática.

O curso para jovens de que falamos acima é uma coisa digna de imitar, porque teremos assim sargentos muito moços e com grandes conhecimentos. Terminado o curso na escola vão para os corpos de tropa onde passam um ano fazendo o

serviço militar normal, findo o qual são promovidos a sargentos.

A manipulação e leitura ao som merecem cuidados especiais. Há salas para 25 alunos dotadas de tôdas as instalações modernas. De início os alunos recebem o som dos sinais transmitidos por uma cigarra e ampliados por alto-falante, depois recebem diretamente no fone que, junto com um manipulador, se acha instalado na carteira de cada um. No fim de um ano cada aluno deverá receber cem palavras por minuto. Utilizam o Morse, porém dada à dificuldade da escrita japonesa, tiveram de organizar outros sinais para o alfabeto denominado **catacana**. Sòmente depois que os alunos sabem trabalhar com êste é que ensinam o **romagi** que é o japonês escrito com caracteres latinos. Isto torna o aprendizado muito mais difícil. Há quadros comutadores que permitem os alunos de duas salas trocarem despachos entre si. Quando a escola acabar de consruir-se — pois ainda está por acabar-se — poderá haver transmissões entre dois edifícios.

O material de rádio se resume em duas estações — uma para Divisão e Exército e outra para Regimento e Batalhão. Ambas utilizam ondas curtas e longas, as primeiras para as grandes distâncias e as segundas para as pequenas. A passagem duma espécie de onda para outra se faz com uma simples mudança de bobina. A estação de Divisão é facilmente transportada num cavalo em duas cangalhas, uma das quais carrega a estação numa caixa de 60x80 centímetros e na outra o gerador de corrente acionado a braço, a antena e o material para a estação, além das lâmpadas de sobressalente. O conjunto pesa 50 Kg., sendo que sòmente a estação pesa 15 Kg.

Os postos de R. I. e Btl. são acondicionados em duas caixinhas e facilmente transportadas por dois homens, tendo um pêso máximo de 30 Kg. Em tempo frio e com uma antena alta alcançam na Mandchuria cêrca de 100 Km. e no Japão, dada a sua configuração geográfica, apenas 20 Km.

Os aparelhos telefônicos são um pouco menores que os usados no nosso Exército. Têm o inconveniente de terem um

magneto muito pequenino. O combinado é mais prático, pois pode ser dependurado no pescoço do operador impedindo que este com facilidade o entregue a qualquer outro. Há um fone suplementar que é muito utilizado quando a distância dos postos telefônicos é grande. Dada a resistência da linha, a chamada pela campainha é muito fraca, então um soldado dorme com o fone prêso no ouvido e será despertado pela chamada vibrada. Há quadros comutadores para 12 direções, seguindo o princípio e esquema geral dos nossos. As régua são separadas e feitas de madeira. O alcance máximo do telefone com cabo isolado é de cerca de 100 Km.

Visitamos o edifício onde estão os pombos destinados somente à procreação. No pátio há grandes gaiolas que ficam completamente cercadas por um tapume de madeira, de modo que os pombos só possam ver o céu. Há também umas outras sem cerca alguma em derredor. Disse-me o major que nos acompanhava, o seguinte: um pombo acostumado a ver somente o céu, se a sua gaiola com o tapume for levada para Nagoia, por exemplo, ele irá ter lá. O outro que está acostumado a ver a configuração do lugar onde vive, voltará para Tóquio, onde vivia, mesmo que seu pombal seja levado para Nagoia. A explicação deste fato não foi obtida.

Há carros com rodas de borracha com capacidade para 40 ou 50 pombos, destinados a serem rebocados por uma viatura qualquer. Na China os pombais estão sendo transportados sobre cangalhas no dorso dos cavalos. São para isso os pombais completamente desmontáveis e os pombos em número de 40 transportados em cestas de vime. O alcance de ação dum pombal fixo é de 300 Km. e dum pombal móvel de 50 Km. somente.

Há uma farta e completa oficina para reparação do material de transmissões da guarnição de Tóquio.

A Escola é comandada por um general de brigada. E a sua organização é a seguinte:

Diretor: General de Brigada — 1 Assistente — 1 Ajudante de Ordens.

Comissão de Rede n. 3 — Séde Porto Alegre (atual Comissão de Rede Viação Férrea do Rio Grande do Sul).

Comissão de Rede n. 5 — Séde Curitiba (atual Comissão de Rede São Paulo — Rio Grande).

Comissão de Rede n. 6 — Séde Salvador (criada pelo presente Aviso).

Comissão de Rede n. 7 — Séde Recife (idem).

(Aviso n. 571, de 3 — D. O. de 5-3-942).

CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA — (emenda)

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º — O artigo 122, número 14, da Constituição, fica assim redigido:

“Art. 122

14 — O direito de propriedade, salvo a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, mediante indenização prévia, ou a hipótese prevista no § 2.º do art. 166. O seu conteúdo e os seus limites serão definidos nas leis que lhe regularém o exercício.”

Art. 2.º — Fica redigido nestes termos o artigo 166 da Constituição:

Art. 166 — Em caso de ameaça externa ou iminência de perturbações internas, ou existência de concerto, plano ou conspiração, tendente a perturbar a paz pública ou pôr em perigo a estrutura das instituições, a segurança do Estado ou dos cidadãos, poderá o Presidente da República declarar em todo o território do país, ou na porção do território particularmente ameaçado, o estado de emergência.

Desde que se torne necessário o emprego das forças armadas para a defesa do Estado, o Presidente da República decretará em todo o território nacional, ou em parte dele, o estado de guerra.

§ 1.º Para nenhum desses atos será necessária a autorização do Parlamento Nacional, nem este poderá suspender o estado de emergência ou o estado de guerra declarado pelo Presidente da República.

§ 2.º Declarado o estado de emergência em todo o país, poderá o Presidente da República, no intuito de salvaguardar os interesses materiais e morais do Estado ou de seus nacionais, decretar, com prévia aquiescência do Poder Legislativo, a suspensão das garantias constitucionais atribuídas à propriedade e à liberdade de pessoas físicas ou jurídicas súditos de Estado estrangeiro, que, por qualquer forma, tenha praticado atos de agressão de que rezultem prejuízos para os bens e direitos do Estado Brasileiro, ou para a vida, os bens e os direitos das pessoas físicas ou jurídicas brasileiras, domiciliadas ou residentes no país”.

Art. 3.º — Ao artigo 168 da Constituição acrescenta-se a alínea seguinte: “e) — atos decorrentes das providências decretadas com fundamento no § 2.º do artigo 166”.

(Lei Constitucional n. 5, de 10 — D. O. de 11-3-942).

CURSOS DE COMANDO DE PELOTÃO — (secção)

Os cursos de comando de pelotão (Secção) que funcionarem nas Regiões Militares em 1934 e 1935 (Aviso número 77, de 11-II-1935) e a partir de 1936 (Aviso n. 42 de 30-IV-1936) para os sargentos promovidos sem os requisitos regulamentares normalizaram suas situações, são somente válidos para o acesso na reserva.

(Aviso n. 605, de 7 — D. O. de 10-3-942)

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO — (distintivo)

Torna extensivo a todos os graduados e sargentos portadores de curso de especialização, inclusive o de moto-mecanização do Centro de Instrução de



BARBELINO
AFFIRMA!

GILLETTE AZUL
a melhor lâmina
até hoje fabricada

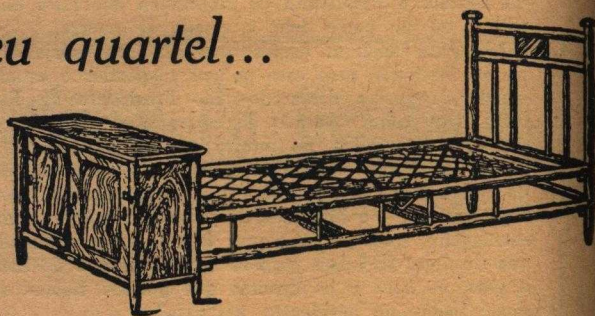
Gillette

C-10

Para o seu quartel...

Prefira

a



CAMA PATENTE

LEGITIMA SÓ COM A *faixa azul!*

L.LISCIO & CIA.



CAMA PATENTE

RIO — RUA FIGUEIRA DE MELO, 307 — SÃO CRISTOVAM

RIO — Loja: Rua 7 de Setembro, 177
S. PAULO — Rua Rodolfo Miranda, 97
B. HORIZONTE — Rua Espírito Santo, 310
Pelotas — Rua 15 de Novembro, 626
Porto Alegre — Rua dos Andradas, 1.205

BAÍA — Praça Tupinambá, 3
RECIFE — Rua Dr. José Mariano, 228
RECIFE — Loja: Rua da Imperatriz, 118
Fortaleza — Rua Floriano Peixoto, 794
Belém — Pará — Rua Sen. Barata, 138

Motorização e Mecanização, o uso do distintivo aprovado por Aviso n. 1.381 — Dist. 2, de 9 de Maio de 1941.

O referido distintivo deve ser em metal branco.

(Aviso n. 578, de 4 — D. O. de 6-3-942).

CURSO DE FORMAÇÃO DE GRADUADOS — (autorização)

Autoriza, no corrente ano, a participação de sargentos e cabos de Aeronáutica nos cursos de formação e aperfeiçoamento de graduados do Exército, que funcionem nas sedes das Zonas Aéreas (Capital Federal, São Paulo, Porto Alegre, Recife e Belém).

Designa, na Capital Federal, o Batalhão de Guardas para receber o pessoal da Aeronáutica, que se destina ao curso de formação de graduados.

(Aviso n. 640, de 13 — D. O. de 14-3-942).

CURSO DE PREPARAÇÃO DE OFICIAIS DA RESERVA — (curso de especialização)

O Diário Oficial de 4-3-942, publica na íntegra o Decreto n. 8.888, de 2-3-942, que aprova o Regulamento para o Curso de Especialização de Mecanização, a funcionar nos C. P. O. R. das 2.^a e 7.^a Regiões Militares.

DESAPROPRIAÇÕES — (representantes)

Em complemento ao Aviso n. 224-Imov. 1, de 26 de Janeiro último, declara o Snr. Ministro:

a) A diretoria de Engenharia, no Distrito Federal, e os Comandos de Região Militar, nos Estados, entender-se-ão diretamente com as autoridades competentes, para a efetivação das desapropriações cuja utilidade pública for declarada por decreto;

b) Não cabe a este Ministério designar representantes para assinar as escrituras de aquisição ou alienação de imóveis autorizada por lei, porquanto, pela legislação em vigor, semelhante atribuição é da competência do procurador do Domínio da União, no Distrito Federal, e dos procuradores das Delegacias Fiscais, nos Estados (artigos 16 e 17, do decreto n. 3.777, de 2 de Março de 1939);

c) Nos casos de doação, proceder-se-á como na alínea a, do presente Aviso e, para a organização do processo, da maneira prescrita no Aviso n. 224, de referência, no que lhe for aplicável, quanto à apresentação do relatório da Comissão de Escolha de Terrenos e ao cumprimento das "Normas para aquisição de imóveis pela União", da Diretoria do Domínio da União;

d) Nesses casos (doação), em que a incorporação do imóvel não depender de autorização legal, o representante da União para receber a doação e assinar a respectiva escritura será designado por este Ministério (resolução no processo n. 60.898-40, de 26-XII-1940).

(Aviso n. 622, de 10 — D. O. de 12-3-942).

DESTACAMENTO MISTO DA GUARNIÇÃO DE FERNANDO NORONHA — (autonomia)

O Destacamento Misto da Guarnição de Fernando de Noronha passa a ter autonomia administrativa, de conformidade com o disposto no art. 25 do Regulamento para Administração do Exército, aprovado por decreto n. 3.251, de 9 de Novembro de 1938.

(Aviso n. 589, de 6 — D. O. de 9-3-942).

O Quartel-General do Destacamento Misto de Fernando de Noronha tem organização e efetivo idêntico aos da 1.^a Brigada de Infantaria (Recife).

(Aviso n. 619, de 10 — D. O. de 12-3-942).

NOITE E DIA

a mesma intensa produção... com a
Boa Iluminação!



INVESTIGAÇÕES feitas nas grandes organizações industriais, demonstram que uma iluminação abundante e adequada proporciona imediato aumento de 26 % na capacidade de produção, reduzindo em 30 % as perdas de material. Além disso a boa iluminação previne os acidentes, dá maior conforto e eficiência aos operários em tôdas as horas de trabalho!

No momento em que as indústrias têm a responsabilidade de fornecer ao país abundantes recursos materiais, é imprescindível dotar as fábricas e oficinas deste fator essencial: a boa iluminação.



Procure ouvir os programas "ONDAS MUSICAIS" nas emissoras desta capital, tôdas as 3as. feiras e nas ante-penúltimas e últimas das 13. as 14. horas.



LIGA BRASILEIRA DE ELECTRICIDADE

"Sirva-se da Electricidade"

CAIXA POSTAL 1755

TELEFONE 22-1676

Os sargentos postos à disposição do Comando do Destamento Misto de Fernando de Noronha, devem ser considerados transferidos para aquele Destacamento.

(Aviso n. 639, de 12 — D. O. de 13-3-942).

Os oficiais e praças mandados servir no Destamento Misto de Fernando de Noronha, e que ainda se encontram nesta Capital, deverão embarcar, na primeira condução, a partir de 10 do corrente mês, com aquele destino, providenciando-se o respectivo transporte, com preferência sobre o dos demais.

(Aviso n. 591, de 6 — D. O. de 9-3-942).

Devem ser consideradas *por conveniência do serviço* as transferências ou designações de oficiais e praças para a Guarnição de Fernando de Noronha.

(Aviso n. 592, de 6 — D. O. de 9-3-942).

DISTRIBUIÇÃO DE CASAS — (Plano)

Declara o Snr. Ministro que fica aprovado o incluso Plano de Distribuição de Casas, organizado de acordo com o Aviso n. 1.690, — Locp. 1, de 4 de Junho de 1941, com as modificações decorrentes da seguinte relação de locatários, que deve ser adotada:

4.^a Região Militar:

Q. G. da Região (Juiz de Fora):

— Comandante da Região, 1; 3.^o B. C. (Vila Velha): — Comandante, 1; — Sub-comandante, 1; — Cmts. de Cias., 1; — Médico, aprovisionador e subalterno, 2; Q. G. da I. D. 4 (Belo Horizonte): — Comandante da I. D. 4, 1; Armazem de Trânsito (Soledade): — Gestor, 1; — Sargento auxiliar, 1; Soma, 10.

5.^a Região Militar:

Q. G. da Região (Curitiba): — Comandante da Região, 1; — Encarregado das Secções do D.R.M.B., 1; — Encarregado das Oficinas do D.R.M.B., 1; — Soldados do D.R.M.B., 3; 13.^o B. C. (Joinville): — Comandante, 1; — Sub-comandante, 1; — Cmts. de Cias., 3; 1.^a Cia. Indep. Front. (Foz do Iguaçu): — Comandante, 1; — Sub-comandante, 1; — Médico, aprovisionador e subalternos, 3; 6.^a B.I.A.C. (São Francisco): — Comandante, 1; — Sub-comandante, 1; — Médico, aprovisionador e subalternos, 2; — Residência coletiva de oficiais solteiros, 1; — Idem de sargentos solteiros, 1; — Soma, 22.

7.^a Região Militar:

Q. G. da Região (Recife): — Comandante, 1; — Crefe do E.M.R., 1; — Encarregado do paiol de Imbiribeira, 1; — Encarregado do D.R.M.B., 1; 14.^a R. I. (V. M. Marechal Floriano): — Comandante, 1; Sub-comandante, 1; — Fiscal Administrativo, 1; — Cmts. de Cias. e médico, 5; — Aprovisionador, veterinário e subalternos, 8; — Sub-tenentes e sargentos, 20; Agência do Correio de V. M. Marechal Floriano: — Civil, 1; Soma 41.

8.^a Região Militar:

G.P. da Região (Belem): — Comandante da Região, 1; 8.^a B.I.A.C. (Óbidos): — Comandante, 1; — Sub-comandante, 1; — Médico, aprovisionador e subalternos, 4; — Sub-tenente, 1; — Sargentos, 2; Pel. de Front. de Guajará-Mirim: — Comandante, 1; — Médico, 1; Cia. Indep. de Front. — Porto Velho: — Comandante, 1; — Médico, 1; Soma, 14.



REFRIGERAÇÃO, VENTILAÇÃO, EXAUSTÃO DE AR EM
LABORATORIOS E CONDICIONAMENTO DE AR NA NOVA
SÉDE DA **ESCOLA TÉCNICA DO EXÉRCITO**

— POR —

CEIBRASIL REPRESENTAÇÕES LTDA.
ENGENHEIROS - IMPORTADORES

ESCRITÓRIO :

Rua Gal. Camara, 64-7.º

Telefone 23-3166

DEPÓSITO :

Rua do Lavradio, 157

Telefone 42-2808

“ROLLAND”

(Marca Registrada)

M. Cabral & Cia. Ltda.

(IMPORTADORES)

Perfumarias e Cutelarias finas
Artigos para Farmácias
e Drogarias

End. Teleg. “MCABRAL”
Telef. 42-3001 e 22-0060

RUA S. JOSÉ, 13
RIO DE JANEIRO

Q.G. da Região (Campo Grande): — Comandante da Região, 1; — Chefe do E.M.R., 1; — Chefes de serviço, 3; — Sub-chefe e Chefes de Secção do E.M.R., 3; — Ajudante de ordens, 1; Brigada Mista (Aquidauana): — Comandante de Brigada, 1; — Assistente, 1; 3.º G.A.Do. (Campo Grande): — Comandante, 1; Sub-comandante, 1; — Comts. de Bias., 3; — Aprovevisionador, 1; 18.º B.C. (Campo Grande): — Comandante, 1; — Sub-comandante, 1; — Cmts. de Cias., 3; — Aprovevisionador, 1; 2.º Esq. Tr. (Campo Grande): — Comandante, 1; — Sub-comandante, 1; 2.ª Cia. Indep. Trans. (Campo Grande): — Comandante, 1; — Sub-comandante, 1; E.S.M. (Campo Grande): — Adjunto, 1; — Gestor, 1; — Chefe da 2.ª Secção, 1; — Contador, 1; H.M.R. (Campo Grande): — Diretor, 1; — Aprovevisionador, 1; 1.º, 5.º R. A. D. C. (Aquidauana) Comandante, 1; Subcomandante, 1; Cmts. de Bias, 2; 17.º B. C. (Corumbá) Comandante, 1; Subcomandante, 1; Cmts. de Cias., 3; 6.º G. A. Do. (Coimbra) Comandante, 1; Sub-comandante, 1; Medico, Aprovevisionador e subalternos, 4; Residencia coletiva de oficiais, 2; Soma 70.

A distribuição de casas aos oficiais que figuram no mesmo grupo obedecerá ao principio de antiguidade de apresentação dos mesmos aos corpos.

A ocupação das casas pelos oficiais contemplados no Plano é obrigatória, com as restrições previstas na alínea "d" do capítulo *Distribuição* do Aviso 1.690, citado.

Os oficiais que se acharem no momento ocupando casas indevidamente, serão, a partir desta data, considerando-se ocupantes a *título precário*, na forma da alínea "e" do mesmo capítulo.

A alteração do número de casas existente nessa Região implica na imediata ajustagem do Plano de Distribuição de Casas, a ser aprovada pelo Ministro. (Avisos ns. 328, 329, 330, 331 e 332, de 13 — D. O. de 14-3-942).

DIRETORIA DE ARTILHARIA (Contingente)

— Declara, em retificação, que o contingente em praças atribuido à Diretoria de Artilharia passa a ser constituído dos elementos abaixo, de conformidade com a dotação prevista no Regulamento da mesma Diretoria, aprovado por decreto número 7.768, de 2 de setembro de 1941: Segundos sargentos, 2; Terceiros sargentos, 5; Soldados, 8; Total, 15.

(Aviso n.º 501, de 24-2 — D. O. de 3-3-942).

EMBARQUE DE OFICIAIS E PRAÇAS (Ordem)

— Devem embarcar na primeira condução, após 10 do corrente mês, com destino ao Nordeste, os oficiais e praças clasificados ou transferidos para unidades, serviços e formações da 7.ª Região Militar, os quais, por diversos motivos, não tiveram embarque determinado para data anterior.

(Aviso n.º 593, de 6 — D. O. de 9-3-942).

ENGAJAMENTO — (Porcentagem)

— Em aditamento ao Aviso n. 3.042-Quad. 56, de 9 de outubro último, publicado no "Diário Oficial" de 11 do mesmo mês e ano, declara que é fixada em 50% a porcentagem do engajamento e (reengajamento) de soldados para as unidades motorizadas e moto-mecanizadas da 7.ª Região Militar.

(Aviso n.º 618, de 10 — D. O. de 12-3-942).

ESCOLA PREPARATORIA DE CADETES (enfermeiro).

— Mantem para o corrente ano, um terceiro sargento-enfermeiro, no quadro de efetivo da Escola Preparatória de Cadetes de São Paulo, constante do quadro n.º 17, dos efetivos aprovados para a organização do Exército em 1942.

(Aviso n.º 624, de 10 — D. O. de 12-3-942)

Depósito e Oficina de Mármore e Granitos

Importadores diretos de todos os artigos do seu comércio
Encarregam-se de aprontar toda e qualquer obra pertencente
a sua arte com perfeição e por preços razoáveis

Especialidade em Mausoléus, Cruzes, Colunas, Vasos, etc.

José Francisco dos Santos & Cia. Ltda.

Rua do Senado, 69 a 75 - Telefone 22-8820
RIO DE JANEIRO

TRANSPORTE "BORGES"

TRANSPORTE EM AUTO-CAMINHÕES

Juiz de Fora - Belo Horizonte - Rio - S. Paulo

BORGES & CASTRO

RIO DE JANEIRO

Rua do Senado, 70 — Telefone 42-7766

JUIZ DE FORA

Rua São Sebastião, 574 — Fone 1633

Banco de Minas Geraes

Sociedade Anônima

Matriz :

Rua Espírito Santo, 527 - Belo Horizonte

Filial:

Rua 1.º de Março, 86 - Rio de Janeiro

Agências e Escritórios:

Abaeté — Arcos — Bambuí — Bom Sucesso — Carmo do Para-
naíba — Dôres do Indaia — Formiga — Ibiá — Luz — Mariana
— Oliveira — Pirapóla — Piumhi — São Gotardo — São João
Del Rei e Sete Lagoas

FAZ TODAS AS OPERAÇÕES BANCÁRIAS :
DESCONTOS, EMPRÉSTIMOS, COBRANÇA, REMESSA
DE VALORES, ETC.

ESCOLA DE SAUDE DO EXÉRCITO — (Sargentos)

— Os sargentos enfermeiros, manipuladores de farmácia e de radiologia, oriundos da Escola de Saúde do Exército, ficam na dependência da Diretoria de Saúde do Exército.

As praças auxiliares da administração e das seções mobilizadoras continuam dependendo da Secretaria Geral do Ministério da Guerra.
(Aviso n.º 645, de 13 — D. O. de 16-3-942).

ESCOLA TÉCNICA DO EXÉRCITO (Curso)

— Não funcionará no corrente ano o curso de Geodésia e Topografia da Escola Técnica do Exército.

(Aviso n.º 530, de 27-2 — D. O. de 2-3-942).

ESCOLA DE TRANSMISSÕES (Contingente).

— Fica adiado até 31 de dezembro do corrente ano, o licenciamento de todos os soldados do contingente da Escola de Transmissões que terminaram o respectivo tempo de serviço.

(Aviso n.º 721, de 18 — D. O. de 20-3-942).

— O "Diário Oficial" de 4-3-942, publica na íntegra, o Decreto n.º 8.889, de 2-3-942, que aprova o Regulamento para a Escola de Transmissões do Exército.

ESTABELECIMENTOS DE INDUSTRIA CIVIL — (Diretor Técnico)

— É considerado de interesse para o serviço militar o exercício, em comissão, do cargo de Diretor Técnico, nos seguintes estabelecimentos de indústria civil: "Carl Zeiss, Sociedade Otica Ltda.", nesta capital; "Bromberg & Cia.", e "Alnorma Sociedade de Máquinas Ltda.", ambas em São Paulo; e "Schering S.A.", e "A Química Bayer Ltda.", ambas nesta capital.
(Decreto-lei n.º 4.174, de 13 — D. O. de 16-3-942).

FUNCIONARIOS CIVIS — (Férias)

— De acordo com os artigos 145 e 150 do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis, baixado com o decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939, as férias dos funcionários civis, neste Ministério, devem ser concedidas na seguinte conformidade:

- a) só depois do primeiro ano de exercício adquirirá o funcionário direito a férias;
- b) é obrigatório, em cada ano, o gozo de 20 dias consecutivos de férias, não podendo ser fracionados;
- c) é absolutamente proibido abonar faltas ao serviço à conta de férias;
- d) as férias correspondentes a um exercício, não podem de modo algum, e sob qualquer pretexto, ser gozadas no ano seguinte;
- e) o funcionário, que interromper as férias por convocação para o serviço militar ou outro obrigatório por lei, tem direito de gozar o restante quando reassumir o cargo, mas dentro do ano;
- f) ficam os Chefes de Repartições responsáveis pelo não cumprimento das determinações acima, devendo organizar as escalas de férias em dezembro, para vigorarem no ano seguinte, de sorte que o gozo de férias, para todos os funcionários, termine impreterivelmente no dia 31 de Dezembro de cada exercício.

(Aviso n.º 638, de 11 — D. O. de 13-3-942).

GRUPO PORTOCARRERO — (Estandarte).

— Fica criado o estandarte distintivo para o 6.º Grupo de Artilharia de Costa (Grupo Portocarrero), de acordo com o modelo que acompanha o presente decreto-lei e os seguintes característicos:
Campo terciado em pala, vermelho, azul, vermelho. Na primeira pala, de vermelho, uma bomba em chamas ladeada de uma coroa de louro, atada de

SEGUANÇA • CONFORTO



RAPIDÊZ

PANAIR

PAN AMERICAN AIRWAYS SYSTEM

THE CALORIC COMPANY

MATRIS-RIO DE JANEIRO
AV. PRESIDENTE WILSON, 118 - 4º ANDAR
TEL. 22-5133

**ÓLEO
COMBUSTIVEL**

Para Indústrias
e Navegação



**ÓLEO
DIESEL**

Para Motores
e Tratores

ÓLEOS LUBRIFICANTES
DEPÓSITOS:

Rio, S. Paulo, Santos, Cde do Salvador, Recife e Belém
REPRESENTANTES EM TODAS AS CIDADES DO PAÍS

verde e amarelo. Acima das chamas, a data 1801; abaixo da coroa, o nome "Ricardo Franco", em duas linhas, tudo em ouro.

Na segunda pala, de azul, uma faixa amarela, verde, amarela, onde assenta uma fortaleza de prata, lavrada de negro e encimada pela constelação do Cruzeiro do Sul, em estrelas de prata. Entre estas, na posição vertical, a espada heráldica das Armas da República, em ouro.

Ao alto, o título: Coimbra, em caracteres de ouro, disposto em uma só linha; abaixo da faixa uma coroa de louro, de ouro, atada de verde e amarelo.

Na terceira pala, de vermelho, os mesmos motivos da primeira, com a data 1864 e o nome "Portocarrero", em duas linhas, tudo de ouro.

Franja de ouro em volta do estandarte.

Laço militar, com o dístico: 6.º Grupo de Artilharia de Costa.

Dimensões: 0,80 x 1,10.

(Decreto-lei n. 4.150, de 5 — D.O. de 14-3-942).

GUARNIÇÃO DE FERNANDO DE NORONHA — (Serviços).

— Os órgãos de serviços da Guarnição de Fernando de Noronha, a partir da sua instalação ali, passarão, automaticamente, à jurisdição de 7.ª Região Militar, devendo, pois, ser atendidos pelos Serviços correspondentes dessa Região Militar.

(Aviso n. 723, de 18 — D.O. de 20-3-942).

INDENISAÇÕES DEVIDAS POR ATOS DE AGRESSÃO — (Dispõe).

— O Diário Oficial n. 59, de 12, publica, na íntegra, o Decreto-lei n. 4.166, de 11-3-942, que dispõe sobre as indenizações de vidas por atos de agressão contra bens do Estado brasileiro e contra a vida e bens de brasileiros ou de estrangeiros residentes no Brasil.

INTERSTÍCIO — (Redução)

— Atendendo às ponderações das Diretorias de Armas, resolvo reduzir a seis meses o interstício para o acesso dos sargentos ajudantes ao posto de sub-tenente.

(Aviso n.º 637, de 11 — D. O. de 13-3-942).

JUNTA INTERAMERICANA DE DEFESA — (Representante).

— Foi designado o Exmo. Snr. General Amaro Soares Bithencourt para representante do Exército na Junta Interamericana de Defesa a reunir-se a 30-3-942 em Washington.

(Aviso n.º 625, de 11 — D.O. de 12-3-942).

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE — (Vencimentos)

— Consulta o chefe do S. F. da 3.ª R. M. se a um oficial que gozou sessenta dias de licença, de acordo com a letra "a" do art. 30 do C. V. V. M. E., finda a qual foi julgado apto, pode ser posteriormente concedida outra licença da mesma natureza, com vencimentos integrais, visto não ter sido ainda excedido o prazo de um ano limitado naquele dispositivo.

Em consequência, declara o Snr. Ministro:

Os militares da situação acima só fazem jus às vantagens previstas no art. 30, alínea "a", do C. V. M. S., quando licenciados nas condições previstas no artigo 14 do decreto-lei n.º 3.940, de 16-12-41.

(Aviso n.º 635, de 11 — D. O. de 13-3-942).

PESSOAL CIVIL EXTRANUMERÁRIO — (Solução de consulta).

— Em solução à consulta do chefe do Estabelecimento de Material de Intendência do Rio, contida em Ofício n.º 842, de 8 de dezembro de 1941, e de acordo com o parecer do Departamento Administrativo do Serviço Públi-

MATADOURO DA PENHA

CARNES VERDES

IRMÃOS GOULART & CIA.

Sucessores de FRANCO, VIEIRA GOULART

Caminho Maria Angú, 226 - Tel. 30-3612 - Penha

Eseritório sede:

Rua Buenos Aires, 104 - 2.º and. - sala 21 - Tel. 23-5109



"RADIOBRAS"

CIA. RADIOTELEGRÁFICA BRASILEIRA S. A.

Comunicações pelo Rádio com o mundo inteiro

RIO DE JANEIRO — Av. Rio Branco, 77 - Tel. 23-2177

SÃO PAULO — Rua São Bento, 357 - Tel. 3-4111

SANTOS — Rua 15 de Novembro, 86 - Tel. 7-194

RECIFE — Av. Rio Branco, 162 - Tel. 9291

co, n.º 325, de 7 de fevereiro de 1942, prestado no respectivo processo, determina o seguinte:

I — Só deve contribuir exclusivamente para o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado o pessoal extranumerário (contratado, mensalista, diarista ou tarefeiro) pago por verba distribuída no orçamento da União.

II — Deve contribuir para o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários o pessoal admitido para obras e o que for pago por quaisquer economias administrativas, rendas industriais, secções comerciais e outras, seja qual for o modo de pagamento.

III — As unidades administrativas que custearem pessoal nas condições do item acima deverão reservar, nos seus orçamentos, a importância necessária ao pagamento da quota de empregador no total das despesas de pessoal correspondente.

IV — Ficam revogadas as soluções anteriores no que colidirem com o presente Aviso.

(Aviso n.º 599, de 7 — D. O. de 10-3-942).

PRECEDÊNCIA MILITAR — (Solução de consulta).

— Consulta o comandante da Companhia Independente de Fronteira sobre a precedência entre os seguintes tenentes da Reserva Convocados e os de curso, para efeito da designação de que trata o § 2º do art. 53 do R. A. E. Em solução, declara o Snr. Ministro:

A precedência entre os segundos tenentes da Reserva Convocados e os de curso é regulada pelo disposto no n. 4 do artigo 57 do decreto n. 8.736, de 10-2-942, que aprova o Regulamento de Continências, Honras e Sinais de Respeito das Forças Armadas, consubstanciada pela doutrina firmada pelo Estatuto dos Militares (art. 91), aprovado pelo decreto-lei n. 3.964, de 24-11-1941.

PROMOÇÃO DE PRAÇAS — (Autorização).

(Aviso n. 634, de 11 — D.O. de 13-3-942).

— Em complemento ao Aviso n. 491 Transf. 7, de 24 de fevereiro de 1942, autoriza o Comandante da 1.ª Região Militar a promover, satisfeitas as exigências regulamentares, soldados e graduados aptos ao acesso à graduação imediatamente superior, com destino à 1.ª Companhia do 2.º Batalhão de Caçadores, mandada reinstalar no Curato de Santa Cruz. — General Eurico G. Dutra.

(Nota n. 286, de 7 — D.O. de 9-3-942).

QUADROS DE DOTAÇÕES EM MATERIAL DE ENGENHARIA — (Aprova).

Aprova os Quadros de dotações em material de engenharia e transmissões, que com este baixam, para o 7.º Regimento de Cavalaria Divisionário (ala), 3.º Esquadrão de Trem Automóvel Parque de Moto-Mecanização da 7.ª Região Militar.

(Aviso n. 407, de 13-2 — D.O. de 9-3-942).

QUADRO DE EFETIVO — (Aumento).

— O quadro de efetivo do Depósito de Material Bélico da 7.ª Região Militar, constante do quadro n. 23 dos efetivos aprovados para o corrente ano, fica aumentado dos seguintes elementos:

Segundo sargento, 1; Terceiros sargentos, 5; Cabos, 12; Soldados, 40; Soma, 58.

(Aviso n. 620, de 10 — D.O. de 12-3-942).

Resolvido

O PROBLEMA DO TRANSPORTE
RÁPIDO E EFICIENTE DE
PORTA A PORTA na zona da LEOPOLDINA!

a A.P.T. em tráfego
mutuo com a L.R.
oferece:

Serviço
Expresso
Carga
preferencial



ENTRE RIO DE JANEIRO

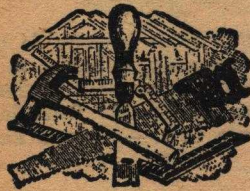
Petropolis - Friburgo - Niteroi -
Campos - Itapemirim - Vitoria
- Juiz de Fora - Ubatuba - Ponta
Nova - Viçosa - Muriaé - S. João
Nepomuceno - São Paulo - Belo Horizonte.
- Carangola - São Paulo - Belo Horizonte.

Tarifas módicas - Prazo de entrega garantido.
Consultem as Agências da L. R. ou os Agentes da A. P. T.

AGENCIA PESTANA DE TRANSPORTES Lda
de PORTA A PORTA

RUA PHAROUX, 3 - Tel. 42-4196 - RIO

Caixotaria Brasil Ltda.



RUA GENERAL CAMARA 313
Rio de Janeiro

Srs. Oficiais! Ide viajar?
Procurai a "Caixotaria Brasil"
Trabalha 90 % para militares
Centenas de atestados.
Engradamento de moveis, cristais, louças etc.
Encarrega-se de embarque e despacho
Orçamento Sem compromisso

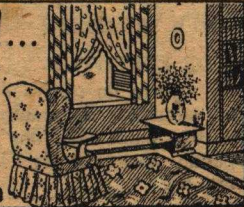
Rua General Camara, 313
Fone 43-4339

DECORAÇÃO do LAR!...

TAPETES · CORTINAS · MOVEIS etc.



A MAIOR E MELHOR ORGANIZAÇÃO DO BRASIL
AGORA SOMENTE 65-R. DA CARIOCA-67 RIO



QUADRO DE OFICIAIS GERAIS DA RESERVA (Passagem).

O Snr. Ministro da Guerra baixou o seguinte Aviso:

N. 660 — Elog. 5 — Por decreto de 6 do corrente passou para o quadro de Oficiais Gerais da Reserva do Exército o Exmo. Snr. general de Divisão José Meira de Vasconcelos do 1.º Grupo de Regiões Militares.

Ao despedir-me desse ilustre chefe, que durante mais de 47 anos serviu o País com exemplar dedicação, inteligência e energia, o faço na convicção de que, se amanhã o Exército precisar das suas admiráveis reservas morais e físicas, terá no general Meira de Vasconcelos um abnegado e impertérito patriota.

Em nome do Exército agradeço, pois, ao Exmo. Sr. general de Divisão José Meira de Vasconcelos, Passadeira de platina de bons serviços prestados à Nação e Comendador da Ordem do Mérito Militar, os relevantes e inoldíscavos trabalhos, obras e serviços diversos prestados ao Brasil, diuturna e infatigavelmente, durante quase meio século de operosa e inteligente atividade.

(Diário Oficial de 17-3-942).

REGIME DE SUBSISTÊNCIA — (sujeição)

O 14.º e o 32.º Batalhões de Caçadores ficam sujeitos ao regime de subsistência; no entanto, só serão remetidos àquelas Unidades os artigos cujos preços na respectiva sede sejam superiores aos obtidos pelo Estabelecimento de Subsistência Militar da 5.ª Região Militar, computadas ainda as despesas de transporte (inciso 2 do art. 56 do Regulamento para os Estabelecimentos de Subsistência Militar).

Deve ser mantido em Joinville o armazem ali existente.

(Aviso n. 528 de 27 — D. O. de 2-3-942).

REGULAMENTO DE CONTINÊNCIAS E SINAIS DE RESPEITO DAS FORÇAS ARMADAS — (Aprova)

O Diário Oficial de 6-3-942, publica o Decreto n. 8.736 de 10-2-942, que aprova o Regulamento de Continências.

Este Regulamento foi publicado, na íntegra, no Diário Oficial de 27-2-942.

REQUISICÃO DE PASSAGENS — (autorização)

Em virtude das ordens em vigor, ficam as autoridades competentes autorizadas a requisitar passagens e transportes de bagagens para as famílias dos oficiais, sub-tenentes e sargentos transferidos ou classificados em Fernando de Noronha, para os destinos que optaram.

Durante o tempo em que os militares de que trata este Aviso permanecerem naquele território, suas famílias não poderão se deslocar, com passagens e transportes de bagagens por conta deste Ministério, do destino em que se acharem, por opção, para outros.

(Aviso n. 647, de 13 — D. O. de 16-3-942)

RESERVISTAS DE 1.ª CATEGORIA — (alistamento)

Em rádio circular n. 54-U, de 30 de Janeiro último, dirigido aos comandos das 2.ª e 4.ª Regiões Militares, o Snr. Ministro autorizou o alistamento de soldados reservistas de primeira categoria motoristas, com vencimentos de mobilizáveis, com destino às novas unidades motorizadas e moto-mecanizadas, em organização nesta Capital, fixando-se em cinquenta o número de alistandos de cada Região.

Os reservistas devem ser considerados alistados para um ano, satisfeitas as demais exigências do alistamento e incorporação.

As Regiões Militares providenciarão o embarque e a apresentação desses reservistas à Diretoria de Moto-Mecanização, nesta Capital.

(Aviso n. 594, de 6 — D. O. de 9-3-942).

CASA AMERICANA

Ferragens em geral, aparelhagem completa para cozinhas modernas. Miudezas para uso domestico

J. Rodrigues & Cia. Ltda.

Importadores

Rua da Quitanda, 15 - Fone 22-5555

Rua da Assembléa, 50 — Rio de Janeiro

Santiago & Kiritchenco

Engheiros civis - Arquitétos - Construtores

ESCRITÓRIO TECNICO

Av. Graça Aranha, 18 - Tel. 22-9844

9.º Pavimento - Salas 908 a 914 - End. Teleg. SANKIR

DIAS GARCIA & CIA. LTDA.

1893 - 1942

Grandes importadores de ferragens em geral, material para construções, Marinha e Estrada de Ferro, artigos para lavoura, ferro, aço e metais em todos os perfis, cimento, produtos químicos e industriais, extintores de incendios, mangueiras e máscaras contra gases, artigos de escanfandria—Seção de laticínios e refrigeração - Desnatadeiras «DAELIA», «DOMO» e «RADIANT»

Rua Visconde de Inhaúma, 23/25

Depósitos : Av. Barão de Tefé, 1/7 e 26/40 — Rio de Janeiro

Estabelecimento Gráfico VILLANI & BARBERO

Rua Ubaldino do Amaral, 78 a 82

TELEFONE 22-0592

Endereço Telegráfico "VILLABERO"

RIO DE JANEIRO

RESERVISTAS DE 2.^a CATEGORIA -- (determinação)

N. 450 — Rex. 2-I — De há muito vem sendo observada a deficiência da preparação dos candidatos a reservistas de 2.^a categoria, preparação esta que, até hoje, por motivos óbvios, lhes tem custado poucos esforços em contraste com os rigores a que se sujeitam aqueles que são instruídos na caserna.

II — Visando, pois, a formação de uma reserva capaz de ser incorporada imediatamente, caso necessário, determina que os comandantes de Região providenciem, com urgência, sobre o maior desenvolvimento, mediante diretrizes que baixarão, das instruções de tiro, organização do terreno, defesa contra gases, utilização e emprego do fuzil metralhador (somente nos casos do item III deste aviso), combate e serviço em campanha, ministradas nos Tiros de Guerra e Escolas de Instrução Militar.

Para isso, serão tomadas as medidas adequadas e tendentes a:

- 1.^o) tornar a instrução acima o mais prática e objetiva possível, mediante frequência constante aos campos e terrenos de exercício;
- 2.^o) aumentar o número de horas semanais de trabalho;
- 3.^o) facilitar-se aos Tiros de Guerra e Escolas de Instrução Militar, com sede em guarnições de corpos de tropa (de qualquer arma), a utilização, sob fiscalização de oficiais dos ditos corpos, em dias e horas que não prejudiquem os trabalhos destes, de todo o material necessário à aludida instrução (equipamento completo, máscaras, ferramentas de sapa, fuzis metralhadores, etc.).

III — Recomendando a estrita observância do disposto no item IV do aviso n. 117-Rex. 3, de 20 de Janeiro de 1941, declara que só é lícito proclamar-se aprovado o candidato que tiver, no mínimo, aprendido a manejar o fuzil metralhador, sem o que não será considerado reservista. Deve-se anotar essa aptidão para que conste do certificado de reservista e possa este ser registrado na Circunscrição de Recrutamento.

Fica, assim, ratificada a publicação constante no *Diário Oficial* de 24 do referido mês de Fevereiro.

(Aviso n. 450, de 20-2-942 — Retificado — D. O. de 2013-942).

SACARIA — (restituição)

As unidades administrativas da 1.^a Região Militar restituirão obrigatoriamente ao Estabelecimento de Subsistência do Rio a maior quantidade possível da sacaria recebida, tendo o máximo cuidado na sua conservação. O Estabelecimento bonificará as unidades com o justo valor dos sacos cuja quantidade ultrapasse da quota de 50 % dos sacos perfeitos recebidos com os víveres e forragem.

(Aviso n. 636, de 11 — D. O. de 13-3-942)

SOLDADOS MOTORISTAS — (transferência)

Os soldados motoristas de que trata o radiograma-circular n. 53-U, de 30 de Janeiro último, do ministro da Guerra aos comandantes das 2.^a, 3.^a, 4.^a e 5.^a Regiões Militares, devem ser transferidos das unidades d'origem para os corpos em que se encontram, por designação da Diretoria de Moto-Mecanização.

Esta Diretoria fornecerá à Secretaria Geral do Ministério da Guerra, com a possível urgência, as relações nominais das praças de que se trata, com declaração da procedência e destino (corpos) para publicação das transferências e notificação às Regiões Militares interessadas.

(Aviso n. 722, de 18 — D. O. de 20-3-942).

SUNGAS MESCLA AZUL — (fornecimento)

Atendendo ao que expõe o diretor do Parque de Moto-Mecanização da 7.^a Região Militar, foi autorizado o fornecimento a todas as praças do mesmo



Exma. Sra. D. Maria Jovem da Silva residente em Bom Conselho, Estado de Pernambuco, portadora do título "UNIVERSAL H" n.º 163319, que no sorteio de Junho de 1940 foi contemplada com o primeiro premio no valor de 100:000\$000.

EMPRESA CONSTRUTORA UNIVERSAL

(a maior organização predial do Brasil)

MATRIZ — S. PAULO

Rua Libero Badaró, 103, loja; 107 s|loja, 1.º e 2.º andar - Cx. Postal, 2999

Telef.: 2-4550 — Teleg.: "Construtora"

Inspetorias em todos os Estados do Brasil — Agências em todas as cidades do Brasil.

Parque de sungas mescla azul, observando-se o que determina a 7.^a observação da tabela n. 1, das Instruções para Distribuição de Fardamento. (Aviso n. 548, de 28-2 — D. O. de 3-3-942).

Atendendo ao que expõe o Comandante do 3.^o Esquadrão de Trem-Automovel, fica autorizada a distribuição de sungas de brim mescla-azul a todas as praças do mesmo Esquadrão, observando-se o que estabelece a 7.^a observação da tabela n. 1 das Instruções para Distribuição de Fardamento. (Aviso n. 579, de 3 — D. O. de 5-3-942).

FA MILITAR — (Regulamento)

O Diário Oficial n. 61, de 14-3-942, publica, na íntegra, o Regulamento para a arrecadação e emprego da Força Militar, aprovado pelo Decreto-lei n. 8.981, de 12-3-942.

CAINA ANTI-AMARÉLICA — (medida adotada)

Fica incluída entre as medidas de profilaxia compulsória adotadas no Exército a vacinação anti-amarélica, que será levada a efeito mediante prévio entendimento com a Diretoria de Saude do Exército e colaboração do seu pessoal técnico, pelo Serviço de Estudos e Pesquisas sobre a Febre Amarela.

A Diretoria de Saude indicará a oportunidade e as regiões em que deve ser posta em prática essa medida.

(Aviso n. 669, de 16 — D. O. de 18-3-942). ..

NTAGENS — (concede)

A partir de 1 de Janeiro do corrente ano, fazem jús, com as limitações do artigo 2.^o deste decreto, à vantagem prevista no artigo 73 do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares do Exército, os militares da ativa que servirem em Belém do Pará.

O militar, em serviço nessa guarnição, que ocupe próprio nacional como residência, perde, em benefício do Estado, tres quartas partes da vantagem prevista no artigo 1.^o deste decreto.

A idêntica redução fica sujeito o militar que, em virtude de Plano de Distribuição de Casas, tenha direito a próprio nacional para residência e, por conveniência pessoal, não o ocupe. ..

Decreto n. 971, de 9 — D. O. de 11-3-942).

UNTÁRIOS — (alistamento)

Autoriza o alistamento de voluntários na 7.^a (sétima) com destino aos corpos da 8.^a Região Militar.

(Aviso n. 617, de 10 — D. O. de 12-3-942).

NAS AÉREAS — (organização)

As Zonas Aéreas criadas pelo decreto-lei n. 3.762, de 25 de Outubro de 1941, passam a ter a seguinte organização:

1.^a Zona Aérea (Norte) — Estados do Amazonas, Pará, Maranhão e Território do Acre — Séde: Belém.

2.^a Zona Aérea (Nordeste) — Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Baía — Séde: Recife.

3.^a Zona Aérea (Centro Leste) — Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Goiaz e Distrito Federal — Séde: Capital Federal.

4.^a Zona Aérea (Centro Oeste) — São Paulo e Mato Grosso — Séde São Paulo.

5.^a Zona Aérea (Sul) — Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul — Séde: Porto Alegre.

(Decreto-lei n. 4.148, de 5 — D. O. de 7-3-942).

Bibliotéca da A DEFESA NACIONAL

Livros à venda

Anuario Militar do Brasil, 1935	17\$
Anuario Militar do Brasil, 1936	22\$
Anuario Militar do Brasil, 1937	17\$
Anuario Militar do Brasil, 1938	22\$
Anuario Militar do Brasil, 1939	22\$
A Campanha da Africa Oriental — Gal. Waldomiro Lima . .	31\$
A Campanha da Africa Oriental — Gal Waldomiro Lima (para oficiais)	21\$
Anuario Militar do Brasil, 1940	27\$
Aspétos Geográficos Sul-Americanos - Ten.-Cel. Mario Travassos	6\$
A. C. P. — Cap. Geraldo Cortes	16\$
A. C. P. (blocos para o)	3\$
A acentuação gráfica — Cap. Antônio Pereira Lira	2\$
Atestado de Origem e Inquerito Sanitario de Origem — Ten.Cel. Dr. E. Marques Porto	4\$
As Condições Geograficas e o Problema Militar Brasileiro — Ten.-Cel. Mario Travassos	5\$
Boletim n.º 2 — Ten.-Cel. Araripe e Ten.-Cel. Lima Figueirêdo	11\$
Bandeira do Brasil — Ten. Janary Gentil Nunes	11\$
Balistica Externa — Cel. A. Morgado da Hora	65\$
Cadernetas de ordens e partes	11\$
Cadernetas de ordens e partes (blocos para)	3\$
Caderneta do Comandante	1\$
Cannae e nossas batalhas — Cap. Wiederspahn	8\$
Caxias (Eudoro Berlink)	20\$
Coletanea de Leis e Decretos de 1544 a 1938 - Maj. Bento Lisboa	13\$
Combate e Serviço em Campanha — Ten.-Cel. Araripe	13\$
Contribuições para a Historia da Guerra entre Buenos Aires e Brasil — Trad. do Gal. Klinger	13\$
Codigo da Justiça Militar — Cel. José Faustino da Silva Filho	27\$
Dispersão do Tiro — Ten.-Cel. A. Morgado da Hora	13\$
Duque de Caxias — Cap. Orlando Rangel Sobrinho	2\$
Do Brasil á Italia — Gal. Newton Braga	7\$
Defesa Pessoal — Cap. Waldemar de Lima e Silva	17\$
Ensaio sôbre Instrução Militar — Cmt. Brailion — Tradução dos Caps. Garcia e Salm	13\$
Elogio de Caxias	2\$
Escola do Pelotão — Ten.-Cel. Araripe	13\$
Equitação em Diagonal — Major Osvaldo Rocha	13\$
Exemplo de Sessões de Estudos de Elementos, lições de Educação Física e Jogos — Cap. Jair Jordão Ramos	3\$
Estudos sobre granadas de mão e de fuzil — Ten. Moacir Nunes de Assunção	11\$
Educação Física Feminina — Cap. Jair	3\$
Educação Física Militar — Cap. Guttenbergh Ayres	10\$
Exercício de Combate de Companhia — Maj. Alcebiades Tamoio	18\$
Fichário para Inst. de Ed. Física — Cap. Jair Jordão Ramos . .	16\$
Formulario do Contador — Cap. José Sales	5\$
Formulário Processual — Major Niso Montezuma	7\$
Guia para Instrução Militar — Cap. Ruy Santiago — 1940 . .	13\$
História da Guerra entre a Triplice Aliança e o Paraguai — Gal. Tasso Fragoso	70\$

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS:

A DEFESA NACIONAL recebeu no período de 20 de fevereiro a 20 de março, as seguintes publicações:

“Revista de Infantaria”, n.º 147-148, de Nov. e Dez. de 1941 - S. Bernardo, Chile; “Novas Diretrizes”, n.º 49-50, Março de 1942, Rio; “Revista de La Escuela Militar”, n.º 191, Nov., 1941, Chorilhos, Perú; “Gaceta Militar de la juventud”, n.º 3, outubro de 1941, Lima, Perú; “Revista del Suboficial”, Janeiro de 1942 Argentina; “Revista Militar”, n.º 1, Janeiro de 1942, Buenos Aires, Argentina; “Revista de las Fuerzas Armadas de la Nación”, n.º 13, Janeiro de 1942, Asunción, Paraguai; “Liga Marítima Brasileira”, n.º 414, Dezembro de 1941, Rio; “Military Review-Staff School”, n.º 83, S. A., Janeiro de 1942; “Revista Duperial do Brasil”, n.º 1, Janeiro e Fevereiro de 1942, Rio; “Revista Militar Brasileira”, n.º 3, S. G. M. G., Julho a Setembro de 1941, Rio; “Revista Braço Armado”, n.º 28, Março de 1942, Rio; “Revista Brasileira de Geografia”, n.º 4, Outubro a Dezembro de 1941, Rio; “Visão Brasileira”, n.º 43-44, Março de 1942, Rio; “Revista de La Escuela Militar”, n.º 192, Dez. de 1941, Chorillos, Perú; “Boletim Juridico Militar” n.º 11-12 — Nov. e Dez. de 1941, México.

CHRYSLER - DE SOTO - DODGE - PLYMOUTH

PEÇAS - ACESSÓRIOS - SERVIÇOS

PAULO GUIMARÃES & CIA.
Distribuidores

Loja e Exposição: Praça Raul Soares, 339-(Prédio próprio)-Fone 2-5580

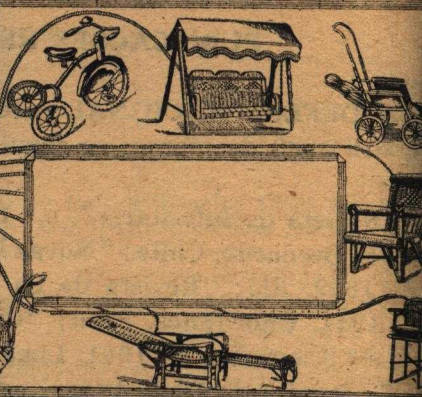
Oficinas: Avenida Olegario Maciel, 572 - Fone 2-5420

Endereço Telegráfico “AUTOS”

Belo Horizonte - Estado de Minas Gerais - BRASIL



CASA FLÔR
PRAÇA TIRADENTES - 50
AV. 28 SETEMBRO - 19
RIO



MÓVEIS, CARRINHOS, CADEIRINHAS, tudo em FIBRAX, a FIBRA da moda, o conforto do lar. - Visitem as nossas exposições Cuidado com imitações

Por que o Snr.
não arranja

Esta Protecção

para sua família?



Se o Sr. não possui fortuna e vive apenas de seu trabalho, pense no futuro da família. Faça um seguro de Vida e assegure á esposa e filhos uma renda mensal fixa, na eventualidade de seu desaparecimento. Para isso, conte com a boa vontade de um Agente da Sul America, que possue planos adaptaveis á sua situação.



Sul America

Companhia Nacional de
Seguros de Vida

Bibliotéca da "A DEFESA NACIONAL"

Livros à venda:

Legislação sobre Su-Tenentes — Cap. Ayrton Nonato de Faria	2\$000
Morteiros — Cap. Guttenberg Ayres Miranda	10\$000
Manual de Orientação em Campanha — Cap. Antônio P. Lira	19\$000
Manual Colombofilo — Dr. Freitas Lima	9\$000
Manobras de Nioac — Gal. Klinger	5\$000
Mais Uma Carga, Camaradas! — Gal. Benicio da Silva	21\$000
Manual do Sapador Mineiro — Ten.-Cel. Benjamin Galhardo	16\$000
Noções de Topologia — Cel. Arthur Paulino	6\$000
Noções de Desenho Topográfico — Cel. Arthur Paulino	13\$000
Notas sôbre o emprego do Batalhão no terreno — Cmt. Audet	3\$500
Notas de Aula — Cap. Cyro Sodré	9\$000
Ortografia Simplificada Brasileira — Gal. Klinger	4\$500
O Serviço de Informações e de Transmissões em Campanha durante uma ação dum regimento de infantaria (caso concreto) — Cap. Geraldo Cortes	10\$500
Organização de Competições entre equipes — Cap. Jair	3\$000
O Oficial de Cavalaria — Gal. V. Benicio da Silva	11\$000
Oeste Paranaense — Ten.-Cel. Lima Figuerêdo	9\$000
O Surto do Japão — Major Nicanor G. Souza	2\$000
O Tiro de Artilharia de Costa — Cap. Ary Silveira	5\$000
Os Pombos Correios e a Defesa Nacional - Dr. Freitas Lima	4\$000
O Livro do Soldado — Ten.-Cel. Araripe	7\$000
O Oficial de Informações — A. Mermet — Trad. e aplic. Cap. José Horacio Garcia	6\$500
O Livro do Observador — Cap. Paladini	11\$000
O Tiro da Secção de Morteiro Brandt de 81 mm — Cap. Pavel	16\$000
Problema Tático — Ten.-Cel. Araripe	9\$000
Pasta para folhas de alterações	5\$000
Regulamento para Inst. Quadro de Tropa	3\$000
R. E. C. I. — 1. ^a Parte	4\$500
Signalização a braço e ótica — Ten.-Cel. Lima Figuerêdo	2\$500
Telemetria — Cap. J. Silva enc. 21\$000 br.	16\$000
Travessia de cursos d'agua — Cap. José Horacio Garcia	6\$500
Transposição de cursos d'agua — Ten.-Cel. Lima Figuerêdo	8\$000
Topografia de Campanha — Gal. Paes de Andrade	11\$000
Telemetros de Inversão Zeiss de 1m,50 e 1 m de base — Cap. Jm. Silva	9\$000
Tabelas de Vencimentos Diarios dos Militares — Barbosa Lima	9\$000
Theoria das Progressões, Logarithmos e suas principais applicações	5\$500
Um Periodo de Recrutas — Cap. Salm Miranda	6\$500

A DEFESA NACIONAL
é do Exército

Trabalhar para ela é trabalhar

PARA O EXÉRCITO

MANDEM SUAS
COLABORAÇÕES

Redação e Administração:
QUARTEL GENERAL DO EXÉRCITO
Rio de Janeiro — Telefone: 43-0563

EXPEDIENTE

Diariamente das 14 às 18 horas.
O Gerente é encontrado diariamente das 14 às 17 horas.

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

“A Defesa Nacional” mantém uma secção de informações destinada a atender aos Snrs. Socios e Assinantes que servem fóra da guarnição do Rio-de-Janeiro.

- a) Fornecer-lhes todas as informações solicitadas sobre interesses pessoais ou militares.
- b) Fazer, mediante encomenda, a aquisição de objetos na praça do Rio-de-Janeiro.

SECÇÃO DE PUBLICIDADE

Diretor: Cel. Orozimbo Martins Pereira
Diariamente — das 9 às 12 horas e das 14 às 16 horas.

CORRESPONDENCIA

Tôda a correspondência relativa à Gerência deve ser remetida para a Caixa Postal 32, Ministério da Guerra. As colaborações deverão ser entregadas ao Ten.-Cel. Lima Figueirêdo, Caixa Postal, Ministério da Guerra, ou Escola de Educação Física do Exército, Barra do Rio de Janeiro, Urca.

P R E Ç O S

Officiais e sub-tenentes	{	ano	30\$000
		semestre	15\$000
Sargentos.....	{	ano	25\$000
		semestre	14\$000

Os assinantes avulsos, caso desejem que a revista siga registrada, e os assinantes do estrangeiro, devem pagar mais 2\$400 por semestre.

Os officiais que desejarem ser socios de “A Defesa Nacional”, deverão pagar uma joia de 50\$000 de uma só vez ou em diferentes prestações durante um ano comercial.

Colaboram neste número:

Cel. Renato Batista Nunes

Cel. T. A. Araripe

Ten.-Cel. Lima Figueirêdo

Maj. Augusto Maggessi

Maj. Eduardo Peres Campelo

Maj. Heitor Paiva

Cap. A. Andrade Araujo

Cap. I. E. J. Salles

Cap. P. Pinto Leite

Cap. Lindolpho Ferraz Filho

1.º Ten. Umberto Peregrino

1.º Ten. Dr. Gualter Doile Ferreira

Ten. Dr. Guilherme Auler

Cláudio de Souza

Pedro Vergara

